

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

SÃO CARLOS-SP

Julho/2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Elaboração:

Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos – Coordenadora
Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento – Vice Coordenador

Assessoria Técnico Pedagógica:

Divisão de Desenvolvimento Pedagógico (DiDPed)
Pró-reitora de Graduação (PROGRAD)

SÃO CARLOS-SP

Julho/2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO
ESCOLAR QUILOMBOLA

Reitora

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

Vice-Reitora

Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Pró-Reitores de Graduação

Prof. Dr. Daniel Rodrigo Leiva

Profa. Dra. Lisandra Marques Gava Borges

Diretora do Centro de Educação e Ciências Humanas

Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz

Vice-Diretor do Centro de Educação e Ciências Humanas

Prof. Dr. Adalcio Camilo Machado

Coordenação do Curso

Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos

Vice Coordenação do Curso

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento

Sumário

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	3
2.	BASE LEGAL DO CURSO	4
3.	CARACTERIZAÇÃO DA UFSCAR	5
4.	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	8
5.	OBJETIVOS DO CURSO	25
6.	PERFIL DO CURSO.....	25
6.1	Pedagogia da Alternância	27
7.	FORMA DE INGRESSO NO CURSO.....	31
8.	PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO	31
9.	EIXOS TEMÁTICOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUILOMBOLAS	32
10.	CONCEPÇÃO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	34
11.	REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES.....	36
11.1.	Regulamentação do Estágio Curricular.....	36
11.2.	Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	38
11.3.	Regulamentação das Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	40
11.4.	Regulamentação das Atividades Complementares.....	42
12.	GESTÃO DO CURSO	43
13.	INFRAESTRUTURA.....	45
14.	MATRIZ CURRICULAR	47
15.	EMENTAS DAS DISCIPLINAS.....	51
16.	REFERÊNCIAS	107
	Anexo I - Lista de ACIEPEs do curso	109

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Instituição	Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
1.2. CNPJ	45.358.058/0001-40
1.3. Endereço	Rod. Washington Luís km 235 - SP-310 - São Carlos CEP 13565-905
1.4. Unidade Responsável	Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)
1.5. Coordenação	Coordenadora: Maria Cristina dos Santos CPF: 110.100.008-29 Categoria: Professor de Ensino Superior Telefone: (16) 3351-9643 E-mail: cbezerra@ufscar.br
1.6. Curso	Licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola
1.7. Área Sub-Área	Educação / Educação Escolar Quilombola
1.8. Modalidade	Presencial
1.9. Titulação	Licenciado em Pedagogia - Educação Escolar Quilombola
1.10. Regime Acadêmico	Seriado Semestral
1.11. Turno	Noturno
1.12. Carga Horária	3490 horas
1.13. Tempo de duração	4 anos
1.14 Número de Vagas	30
1.15. Tipo de ingresso	Processo seletivo especial
1.16. Local de Realização	Campus de São Carlos da UFSCar Polo em Eldorado - SP

2. BASE LEGAL DO CURSO

- Lei Nº. 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Decreto casa civil nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Resolução CNE/CP Nº. 01, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;
- Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 Diretrizes Nacionais para a Educação do Campo;
- Resolução CNE/CP Nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.
- Resolução ConsUni nº 867, de 27 de outubro de 2016. Homologa o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar.
- Resolução Nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior.
- Resolução CNE/CP Nº 1, de 16 de agosto de 2023. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.
- Resolução Conjunta CoG/CoEx Nº 2/2023. Dispõe sobre a regulamentação da inserção curricular das atividades de extensão universitária nos cursos de graduação da UFSCar.
- Resolução CNE/CP Nº 4, DE 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

3. CARACTERIZAÇÃO DA UFSCAR

A Universidade Federal de São Carlos – UFSCar foi criada em 1968, com início das atividades acadêmicas em 1970. Com mais de cinquenta anos de existência, a UFSCar tem assumido o compromisso de atender as demandas de aumento de vagas e de cursos de graduação e pós-graduação; a adoção de Política de Ações Afirmativas em prol da diversidade e equidade e a ampliação das ações de assistência estudantil.

Além da sede em São Carlos-SP, a UFSCar tem três outros campi: Araras, criado em 1991, Sorocaba em 2005, e Lagoa do Sino, situado no município de Buri, criado em 2012 (UFSCAR, 2020).

A UFSCar oferece cursos de graduação, pós-graduação, especialização e aperfeiçoamento, além de diversas atividades de extensão, cujas ações são realizadas em conformidade com as diretrizes propostas pelo Ministério da Educação (MEC) para as Instituições Federais de Ensino (IFES).

Atualmente, a UFSCar tem no total 8 centros e 48 departamentos acadêmicos, 65 cursos de graduação presenciais e 5 cursos à distância. A pós-graduação tem 59 programas com a oferta de 46 cursos de mestrado acadêmico, 13 de mestrado profissional e 32 de doutorado

O corpo docente da UFSCar é altamente qualificado, contando com 99,8% de doutores ou mestres, que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão em regime de dedicação exclusiva (UFSCAR, 2018).

UFSCar em números em 2021

GRADUAÇÃO	
Cursos presenciais	65
Alunos matriculados na Graduação Presencial	14.100
Alunos matriculados na Graduação à Distância	737
Pós-Graduação	
Programas de Pós-Graduação	59
Cursos de Doutorado	33
Alunos matriculados no Doutorado	2.299
Cursos de Mestrado Acadêmico	47
Alunos matriculados no Mestrado Acadêmico	2.205

Cursos de Mestrado Profissional	12
Alunos matriculados no Mestrado Profissional	392

Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	145
Alunos matriculados na Pós-Grad. Lato Sensu	4.855

Assistência Estudantil

Bolsa moradia	1.647
Bolsa alimentação	1.829

Servidores

Docentes (3º grau)	1.268
Técnico-Administrativos	968

Fonte: <https://www.spdi.ufscar.br/informacao-institucional-1/indicadores-1/ufscar-em-numeros>

A UFSCar tem adotado programas de ações afirmativas com o objetivo de promover o ingresso de grupos diferenciados, como indígenas, pessoas em situação de refúgio, estudantes egressos de escolas públicas, estudantes autodeclarados negros (pretos ou pardos), pessoas com deficiência.

Em 2007, a UFSCar instituiu o Programa de Ingresso por Reserva de Vagas e o Programa de Ações Afirmativas na UFSCar.

O Programa de Ingresso por Reserva de Vagas foi implementado em 2008, com a reserva de 20% das vagas a estudantes egressos do ensino médio cursado integralmente em escolas públicas e, desse percentual, 35% eram destinadas a estudantes que se autodeclaravam negros. Este programa próprio da UFSCar funcionou até 2012, quando foi instituída a Lei 12.711 em 29 de agosto de 2012, que ficou conhecida como Lei de Cotas, por estabelecer a reserva de vagas em instituições de ensino superior para estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública, e para autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Em 2016 essa Lei foi alterada pela Lei nº 13.409, passando a incluir também a reserva de vagas para Pessoas com Deficiências PcD). Atualmente, com a Lei 12.711/2012 e a implantação na UFSCar a partir de 2013, a reserva passou para 50% das vagas ofertadas pela UFSCar, conforme as normas da lei.

Outras ações desenvolvidas pela UFSCar para os grupos considerados minoritários:

- A realização do Vestibular Indígena desde 2008. Atualmente são mais de 40 povos indígenas presentes nos quatro campi, em cursos de Administração, Agroecologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Agrônoma, Fisioterapia, Geografia, Gerontologia, Gestão e Análise Ambiental, Imagem e Som, Letras, Medicina, Pedagogia, Psicologia e Turismo.

A pluralidade das ações desenvolvidas no âmbito da educação das relações étnico-raciais por meio da divulgação da riqueza cultural presente na UFSCar são coordenados por setores e grupos como: Centro de Culturas Indígenas (CCI); Coordenadoria de Acompanhamento Acadêmico e Pedagógico para Estudantes (CAAPE); Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE); os grupos do Programa de Educação Tutorial específicos para estudantes indígenas: PET 'Ações em Saúde' e PET 'Saberes Indígenas'; Observatório de Educação Escolar Indígena; o Instituto de Línguas, entre outros.

A partir de 2023, o vestibular indígena da UFSCar será realizado em conjunto com a Universidade de Campinas – UNICAMP.

- O Programa de Estudantes Refugiados implantado pela UFSCar a partir de 2009, quando passou a realizar um exame específico para atender a demanda de refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes beneficiários de políticas humanitárias do governo brasileiro. (Resolução CoG Nº 373, de 29 de junho de 2021).
- Assentados da Reforma Agrária - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) - A UFSCar tem realizado ofertas especiais de cursos presenciais de licenciatura em pedagogia da terra, aos assentados beneficiários de projetos de reforma agrária no Estado de São Paulo através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, por intermédio de convênios firmados com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Em 2007 foi realizada a primeira oferta do curso de pedagogia da terra, que iniciou em 2008 e concluiu em 2011, formando 41 alunos. A segunda oferta do curso de pedagogia da terra foi realizada entre os anos 2013 e 2018, formando 15 alunos.

Além do curso de Pedagogia da Terra, o curso de Bacharelado em Agronomia, campus Sorocaba, foi realizado com um único ingresso em 2009, vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

- Em junho de 2015, a UFSCar criou a Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE), como um órgão de apoio administrativo vinculado à Reitoria da universidade. A SAADE está organizada com três Coordenadorias: Gênero e Diversidade; Inclusão e Direitos Humanos; e Relações étnico-raciais.
- O Grupo de Pesquisa e Educação no Campo - GEPEC/UFSCar tem realizado cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, em convênio com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC), com público-alvo de estudantes assentados, ribeirinhos, desabrigados de barragens, quilombolas.

O curso de aperfeiçoamento Escola da Terra, exclusivo para professores de multisséries, teve a primeira oferta no ano de 2017. Uma nova oferta foi realizada em 2021.

O curso de Especialização em Educação do Campo: a primeira oferta foi realizada nos anos de 2016 e 2017. A segunda oferta teve início em 2022 com previsão de conclusão no início de 2024.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Esta proposta do curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola realiza-se no contexto das lutas históricas dos quilombolas por reconhecimento de seus direitos territoriais e pelo acesso à educação escolar, bem como, por políticas públicas que atendam às demandas das comunidades tradicionais.

As lutas históricas dos quilombos têm origem na resistência dos negros escravos contra o escravismo e as condições em que viviam. A revolta do negro escravo se manifestou de várias formas, sendo a quilombagem uma das formas de resistência. Outras formas de resistência se alastravam por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo. (MOURA, 2021).

O quilombo, além de se tornar a principal forma de resistência ao sistema escravista, se tornou um espaço de afirmação da identidade negra e de preservação da cultura africana, contribuindo para a diversidade cultural e étnica do Brasil.

Os quilombos, todavia, não se perderam no passado. Eles se mantêm vivos, na atualidade, por meio da presença ativa das várias comunidades quilombolas existentes nas diferentes regiões do país. O direito a uma educação escolar que respeite e reconheça sua história, memória, tecnologias, territórios e conhecimentos tem sido uma das reivindicações históricas dessas comunidades e das organizações do movimento quilombola. (BRASIL, 2012, p. 5)

Entre os séculos XVI e XIX surgiram inúmeros quilombos, mas o principal entre eles foi o Quilombo dos Palmares, localizado na região da Serra da Barriga, atual Estado de Alagoas, que existiu por quase um século. O Quilombo dos Palmares tornou-se o principal símbolo da resistência escrava no Brasil e posteriormente, após a abolição da escravidão um símbolo importante na luta pela igualdade racial e contra o racismo.

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, os quilombos foram tratados como grupos marginalizados, sem acesso à terra, à educação, à saúde e à cidadania, sem qualquer reconhecimento de seus direitos pelo Estado brasileiro. Muitos quilombos foram destruídos ou desapropriados ao longo da história, e seus habitantes sofreram violência e discriminação.

No Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espraiava nacionalmente, a sua negação também surgiu como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade. (MOURA, 2021, p.25)

Na Constituição Federal de 1988, os quilombos passaram a ter seus direitos reconhecidos e garantidos, como define o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A Constituição Federal de 1988, também, reformulou o conceito de quilombo, que era considerado apenas como antigos refúgios dos escravizados. O conceito de quilombo passou a considerar também, as áreas onde vivem os descendentes desses grupos, promovendo o tombamento das terras e dos documentos relativos

aos sítios históricos dos quilombos, constituindo as atuais Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Atualmente, podemos conceituar Quilombos Contemporâneos como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. Os habitantes dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícitas, com consciência de sua identidade. São também chamadas de comunidades remanescentes de quilombos, terras de preto, terras de santo ou santíssimo. (BRASIL, 2007, p. 3)

O Artigo 2º do Decreto 4.887/2003 considera as comunidades remanescentes de quilombos “[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

Apesar de passados trinta e cinco anos do reconhecimento dos direitos dos quilombolas pela Constituição Federal, ainda há muitos desafios e conflitos para a efetivação de seus direitos.

Atualmente, a luta das Comunidades Quilombolas tem como centralidade garantir: o direito à titulação de suas terras – símbolo de luta, resistência e razão de viver enquanto tal; o direito à educação e ao reconhecimento identitário, sendo que as demais demandas podem ser entendidas como desdobramentos dessas. (BOTÃO e NORTE, 2014).

As lutas pela titulação das terras quilombolas, assim como, pelo acesso à educação escolar em suas comunidades, são anteriores aos embates de 1988, porém, no longo período de cinco séculos de nossa história, o avanço foi muito lento. Entre as principais reivindicações do movimento negro no processo de elaboração da Constituição de 1988 estavam a demarcação e titulação das terras quilombolas, a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas, a promoção da igualdade racial, a proteção dos direitos das comunidades tradicionais, a oferta de vagas para as crianças quilombolas em escolas próximas das comunidades.

Quanto à educação observa-se que um grande número de comunidades não possui escolas quilombola, ou seja, escola situada no território quilombola. O que leva crianças, jovens e

adultos quilombolas serem transportados para fora de suas comunidades de origem. Observa-se que as unidades educacionais estão longe das residências, o acesso é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados, e o currículo das escolas localizadas fora da comunidade muitas vezes está longe da realidade histórica e cultural destes alunos e alunas. (BRASIL, 2007).

As políticas públicas para as comunidades remanescentes de quilombos avançaram lentamente após a promulgação da Constituição de 1988. Após 15 anos de luta dos quilombolas pela concretização de seus direitos reconhecidos pela Constituição Federal, o Governo Federal aprovou o Decreto nº 4.887 em 20 de novembro de 2003, no Dia Nacional da Consciência Negra. Esse Decreto tem o objetivo de regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro das terras das comunidades remanescentes dos quilombos. No entanto, o Decreto nº 4.887 foi contestado no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) alegando ser inconstitucional. Passados quinze anos, no dia 08 de fevereiro de 2018, o STF proferiu o resultado final do julgamento com a avaliação favorável pelo reconhecimento de direitos fundamentais e a garantia da tutela constitucional às comunidades quilombolas.

Esse histórico de lutas dos Quilombolas pela concretização do reconhecimento de seus direitos territoriais evidencia as barreiras criadas pela sociedade brasileira. Apesar dessa vitória no STF, as dificuldades no desenvolvimento das etapas para a titulação e registro das terras das comunidades remanescentes dos quilombos permanecem até o presente.

No Brasil, as comunidades quilombolas estão localizadas em quase todos os Estados da Federação. Segundo os dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem 1.696 cidades com 1.327.802 quilombolas, sendo que apenas 326 municípios têm Territórios Quilombolas delimitados. De acordo com a pesquisa, apenas 4,3% da população quilombola reside em territórios já titulados no processo de regularização fundiária. O Nordeste concentra 68,19% do total de quilombolas do país, sendo o Estado da Bahia com maior quantidade de quilombolas (29,90%) e o segundo Estado é o Maranhão com

20,26%. Esses dois Estados concentram metade (50,16%) da população quilombola do país.

No Estado de São Paulo, as comunidades quilombolas estão localizados em catorze municípios, sendo a maioria no Vale do Ribeira, na região sul do Estado. De acordo com dados do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), existem 61 quilombos no Estado de São Paulo. Desses, 36 foram reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Itesp, e 25 estão em processo de reconhecimento.

De acordo com o Censo Escolar de 2023 do INEP existem no Brasil 2.601 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Essas escolas têm 19.118 docentes, com matrículas na Educação Básica de 278.030 mil estudantes quilombolas.

A atuação do movimento quilombola não ficou restrita à questão territorial, mas com a mesma determinação tem lutado por educação escolar para as comunidades quilombolas, como um direito a ser concretizado pelo Estado Brasileiro. A luta por educação escolar para os quilombolas foi marcada por alguns eventos e por atos do Governo Brasileiro instituindo normativas.

Um marco importante da luta por educação escolar para as comunidades quilombolas foi a comemoração dos 300 anos de Zumbi, quando foi realizada em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”. A Marcha, simbolizada pelo herói negro Zumbi dos Palmares, teve a presença de mais de trinta mil participantes, representando quase todos os Estados brasileiros.

Durante a realização da Marcha Zumbi dos Palmares foi realizado o I Encontro Nacional dos quilombolas, no período de 17 a 20 de novembro de 1995, cujo documento final apresenta reivindicações concretas das populações quilombolas ao Estado brasileiro, incluindo entre elas a educação.

Tal evento marcou a articulação e a mobilização política das comunidades e deu visibilidade às pautas quilombolas no cenário brasileiro. Nesse movimento, foi criada a Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas e, já no ano seguinte, instituiu-se a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos [CONAQ], 2021). Destacamos que, nesse primeiro encontro nacional, os manifestantes entregaram uma carta ao governo federal pleiteando

educação diferenciada para as comunidades quilombolas.
(MOURA, SOARES, SOARES, 2022)

Como resultado das articulações dos quilombolas foi criada em 1996 a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), com o propósito de mobilizar e representar as comunidades quilombolas em todo o Brasil na luta pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; pelo protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do (a) jovem no quilombo e acima de tudo pelo uso comum do Território, dos recursos naturais e pela em harmonia com o meio ambiente.

Desde a sua criação a CONAQ tem atuado em várias frentes de trabalho e organizado eventos para promover a conscientização e a defesa dos direitos das comunidades quilombolas. O evento I Jornada Nacional Virtual de Educação Quilombola realizado em 04 de dezembro de 2020 pelo Coletivo Nacional de Educação Quilombola, da CONAQ em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), buscou compreender e fortalecer a educação dos/nos quilombos e a que atende estudantes quilombolas fora das comunidades, enquanto ferramenta de luta política em defesa dos direitos territoriais quilombolas. As reivindicações discutidas no evento estão registradas na “Carta da I Jornada Nacional Virtual de Educação Quilombola: Educação Quilombola: Territorialidades, Saberes e as Lutas por Direitos”.

Entre as principais exigências estão: Investimentos nos transportes escolares quilombolas e melhoria das estradas; melhorias na infraestrutura das escolas; formação de professores/as para o trabalho nas ciências e saberes quilombolas; que escolas quilombolas geridas preferencialmente por quilombolas da comunidade onde a escola está inserida; ações públicas que combatam o preconceito religioso; capacitação específica para gestores quilombolas; políticas de esporte e lazer nos quilombos, entre outros.

Em 2005, dez anos após a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, foi realizada a “Marcha Zumbi + 10: Pela Cidadania e a Vida”, onde a Educação Escolar Quilombola, entrou na pauta de discussões.
(BRASI, 2012b)

O ano de 2000 foi de intensa movimentação dos movimentos negro e quilombola na preparação para a participação no ano seguinte na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, na cidade de Durban, África do Sul. Esse evento internacional tornou-se de grande relevância para a população negra brasileira e mundial, por seus resultados terem desdobrados em ações afirmativas para atender as demandas de grupos diferenciados da sociedade brasileira.

A III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata fortaleceu a discussão sobre a necessidade de implementação de medidas voltadas para promover os grupos que se encontram em posição de desvantagem. Os compromissos assumidos pelo Governo brasileiro na conferência tiveram como desdobramentos o estabelecimento de políticas específicas de ação afirmativa no Brasil. A questão racial no Brasil, finalmente entrou na agenda pública da sociedade brasileira, fortalecendo a discussão sobre a necessidade de políticas públicas de ações afirmativas para a população negra.

As políticas de ação afirmativa pelo Estado Brasileiro começaram a ser concretizadas a partir dos anos iniciais do século XXI, quando a educação foi adotada como a principal estratégia para promover e incentivar o reconhecimento, a valorização e a afirmação de direitos e identidade, bem como o combate ao racismo e todo tipo de discriminação. Neste novo contexto, as demandas da população quilombola passaram a receber alguma atenção dos governantes, ainda que a concretização fosse lenta.

Vale registrar pela importância para os quilombolas, a criação em 2003 da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR). No Ministério da Educação foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em 2004, na qual a Educação Escolar Quilombola passou a ter um espaço institucional de discussão.

Alguns marcos normativos que regulamentam a educação escolar quilombola foram instituídos nas décadas recentes.

As discussões sobre a Educação Escolar Quilombola são absolutamente contemporâneas no cenário nacional da política pública educacional. Trata-se de uma modalidade (ampliada?) de educação que está na pauta dos direitos garantidos (assim como de outros grupos sociais) na nova agenda da diversidade brasileira, cujo mapa mostra o reconhecimento étnico-cultural de um grupo

cultural historicamente marginalizado, quando não completamente excluído. (BOTÃO e NORTE, 2014, p. 155).

Além do reconhecimento na Constituição Federal dos direitos dos quilombolas por uma educação escolar que respeite sua identidade cultural, histórica e linguística, outros instrumentos legais foram aprovados na busca de concretização desses direitos.

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) instituída pela Lei nº 9.394 em 21/12/1996 define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição Federal.

A LDB (1996) apesar de não tratar especificamente da educação escolar quilombola, na alteração realizada em 09 de janeiro de 2003 pela Lei 10.639/2003, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nas escolas públicas e privadas, de maneira que abordem os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

A Lei 10.639/03 se tornou um marco histórico de conquistas e avanços nas lutas do movimento negro e dos quilombolas, por viabilizar a apresentação de propostas de escolarização para os quilombolas. A história e cultura afro-brasileira não pode ser abordada sem incorporar a formação dos quilombos.

Após a publicação da Lei 10.639/03, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que recomenda a “Oferta de Educação Fundamental em áreas de remanescentes de quilombos, contando as escolas com professores e pessoal administrativo que se disponham a conhecer física e culturalmente, a comunidade e a formar-se para trabalhar com suas especificidades.” (BRASIL, 2004).

Em 2004 para orientar as ações de valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como promover a educação das relações étnico-raciais, o Conselho Nacional de Educação aprovou as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. As diretrizes apontam para o

papel preponderante que a escola tem para a eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, proporcionando acesso aos conhecimentos indispensáveis para construção de uma sociedade democrática e igualitária. (NASCIMENTO, 2015, p. 55)

Outro marco normativo importante para as demandas da população quilombola apresenta-se na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades e Povos Tradicionais do Brasil (PNPCT) instituída pelo Decreto 6.040/2007, no qual é abordado a educação escolar quilombola, destacando a necessidade de articular saberes tradicionais da comunidade com os saberes escolares. (BOTÃO e NORTE, 2014).

O Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288/2010, estabelece diretrizes e políticas públicas para a promoção da igualdade racial no Brasil, incluindo medidas de proteção e promoção dos direitos dos povos quilombolas.

Entre as principais medidas previstas pelo Estatuto da Igualdade Racial para os quilombolas, podemos destacar: A garantia do direito à terra e à moradia digna, por meio da demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; A promoção da igualdade de oportunidades na educação, com a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas; A promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, com a adoção de políticas de ação afirmativa para o acesso e a permanência dos negros no mercado de trabalho; A promoção da igualdade de oportunidades na saúde, com a adoção de políticas de atenção integral à saúde da população negra, incluindo ações de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças.

Em 2012, após um longo período de debate em torno da Educação Escolar Quilombola, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQ) na Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. As DCNEEQ representam o resultado do longo processo de efetivação dos direitos dos quilombolas por educação escolar de qualidade, nos territórios das comunidades quilombolas. Representa uma vitória dos movimentos sociais, por nasceram a partir da mobilização das bases e da luta da população negra, em especial do movimento quilombola. Pode ser considerada uma revolução no ensino brasileiro, considerando que as diretrizes para a Educação Escolar Quilombola orientam os

sistemas de ensino a valorizar os saberes, as tradições e o patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos, algo impensável em outras épocas. (BRASIL, 2020)

A oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte do direito à educação; porém, o histórico de desigualdades, violência e discriminações que recaem sobre esses coletivos afeta a garantia do seu direito à educação, à saúde, ao trabalho e à terra. (BRASIL, 2013, p. 440)

A educação escolar quilombola, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, é composta por diversas perspectivas. Essas perspectivas incluem a valorização da identidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, a inclusão do estudo de memória, ancestralidade, oralidade, corporeidade, estética e do etnodesenvolvimento¹, produzido pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural. Além disso, a educação escolar quilombola requer pedagogia própria, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, e deve observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira.

A Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica define que a Educação Escolar Quilombola, requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, devem observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira, e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem. (BRASIL, 2020)

Os fundamentos da Educação Escolar Quilombola podem ser encontrados no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e na Resolução CNE/CP nº 01/2004, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos das escolas públicas e privadas da Educação Básica brasileira.

¹ Termo oriundo de estudos indigenistas, que definem Etnodesenvolvimento como um princípio que compreende o respeito à autonomia e à autodeterminação dos Povos Indígenas.

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade da educação básica que tem como objetivo garantir o direito à educação de qualidade para as comunidades remanescentes de quilombos, que compreende as etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância.

Essa modalidade de educação deverá ser ofertada por estabelecimentos de ensino, públicos e privados, localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos aos territórios quilombolas e que recebem parte significativa dos seus estudantes. (BRASIL, 2012a, p. 26).

As DCNEEQ definem que o currículo da Educação Escolar Quilombola deverá considerar os aspectos gerais apontados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, bem como as singularidades das comunidades quilombolas explicitados nestas Diretrizes. A Educação Escolar Quilombola deverá seguir os eixos orientadores gerais da educação brasileira e também se referenciar nos valores das comunidades quilombolas, como: a cultura, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, o mundo do trabalho, o etnodesenvolvimento, a estética, as lutas pela terra e pelo território. Deverá considerar também as questões da liberdade religiosa, atuando de forma a superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas. A proposta curricular da Educação Escolar Quilombola incorpora, portanto, conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas em articulação com o conhecimento escolar, sem hierarquização. (BRASIL, 2012a).

A formação docente para a Educação Escolar Quilombola que tem por base a Resolução Nº 8/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, também, está suportada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério Da Educação Básica - Parecer CNE/CP 02/2015, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 9 de junho de 2015.

O artigo 8 do Parecer CNE/CP 02/2015, ressalta que os professores da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, , deverão: I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos,

valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local; II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes. (BRASIL, 2015)

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola observam que esta modalidade de educação básica requer uma pedagogia própria, que respeite a especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, devem observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira, e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem.

A educação escolar quilombola tem enfrentado muitas dificuldades e desafios. Os estudos sobre a situação da oferta de educação escolar para as comunidades quilombolas demonstram que as escolas estão longe das residências dos alunos e as condições estruturais são precárias, com escassez de água potável e as instalações sanitárias inadequadas, além dos problemas gerados pelo fechamento de escolas rurais e a implantação do transporte escolar para o deslocamento das crianças para escolas em áreas urbanas. A realidade da educação dos quilombolas requer maior atenção por parte dos governantes, no sentido de atender suas demandas específicas, como: a valorização dos conhecimentos tradicionais, locais e da cultural oral; a construção do currículo e da dinâmica escolar que leva em consideração a comunidade, com sua história, valores e costumes.

A invisibilidade, o desconhecimento e a escassa produção teórica no campo educacional sobre a Educação Escolar Quilombola levam a sua quase total inexistência nos currículos de licenciatura. Também não se pode dizer que, na produção teórica educacional, tenhamos, até o momento, um corpo significativo de dissertações e teses e pesquisas acadêmicas que elegem a questão quilombola como tema de investigação e estudo. (BRASIL, 2012a, p. 53).

Essas demandas escolares das comunidades quilombolas implicam na necessidade de formação de professores que compreendam as especificidades quilombolas e consigam articular seus conhecimentos tradicionais e os conhecimentos científicos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 8/2012), no seu

capítulo IV com o título “Da formação inicial, continuada e profissionalização dos professores para atuação na Educação Escolar Quilombola” estabelece que a formação inicial, continuada e profissionalização dos professores para atuação na Educação Escolar Quilombola deve ser realizada em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

A formação inicial deve capacitar o profissional do magistério da educação básica para o exercício da docência e da gestão educacional e escolar na educação básica, o que vai requerer que essa formação em nível superior, adequada à área de conhecimento e às etapas e modalidades de atuação, possibilite acesso a conhecimentos específicos sobre gestão educacional e escolar, bem como formação pedagógica para o exercício da gestão e coordenação pedagógica e atividades afins. (DOURADO, 2015)

As DCNEEQ enfatizam que a Educação Escolar Quilombola deve ser conduzida, preferencialmente, por professores pertencentes às comunidades quilombolas. Uma recomendação que está de acordo com o documento final da Conferência Nacional Educação - CONAE (2010), no qual ressalta que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão: “Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas”. (CONAE, 2010, p. 131-132)

O Artigo 50 das DCNEEQ estabelece que a formação inicial de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola deverá: ser ofertada em cursos de licenciatura aos docentes que atuam em escolas quilombolas e em escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas; quando for o caso, também ser ofertada em serviço, concomitante com o efetivo exercício do magistério; propiciar a participação dos graduandos ou normalistas na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos currículos e programas, considerando o contexto sociocultural e histórico das comunidades quilombolas; garantir a produção de materiais didáticos e de apoio pedagógico específicos, de acordo com a realidade quilombola em diálogo com a sociedade mais ampla; garantir a utilização de metodologias e estratégias adequadas de ensino no currículo que visem à pesquisa, à inserção e à articulação entre os conhecimentos científicos e os

conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas em seus contextos sócio-histórico-culturais;

A formação inicial de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola deverá ter como eixos norteadores do currículo: a) os conteúdos gerais sobre a educação, política educacional, gestão, currículo e avaliação; b) os fundamentos históricos, sociológicos, sociolinguísticos, antropológicos, políticos, econômicos, filosóficos e artísticos da educação; c) o estudo das metodologias e dos processos de ensino-aprendizagem; dos conteúdos curriculares da base nacional comum; e) o estudo do trabalho como princípio educativo; f) o estudo da memória, da ancestralidade, da oralidade, da corporeidade, da estética e do etnodesenvolvimento, entendidos como conhecimentos e parte da cosmovisão produzidos pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural; g) a realização de estágio curricular em articulação com a realidade da Educação Escolar Quilombola; h) as demais questões de ordem sociocultural, artística e pedagógica da sociedade e da educação brasileira de acordo com a proposta curricular da instituição.

Esta proposta de curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola, ao assumir a metodologia da alternância visa uma formação de professores que atenda as especificidades e particularidades da Educação Escolar Quilombola e promova a articulação dos sujeitos das comunidades quilombolas e a universidade para que haja interação e atuação no ensino, pesquisa e extensão, de maneira que atenda as demandas das comunidades e movimentos sociais quilombolas, bem como, das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola.

Outros dispositivos legais fundamentais para a Educação Escolar Quilombola foram emitidos, como o Plano Nacional de Educação (PNE– 2014/2024) - Lei nº 13.005/2014 de 25 de junho de 2014, que apresenta como um de seus princípios para a oferta da educação: “considerem as necessidades específicas das populações do campo, e das comunidades indígenas e quilombolas, assegurados à equidade educacional e a diversidade cultural”.

Em 2020, o CNE aprovou as Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas, que definem os critérios e os indicadores para avaliar e monitorar as condições de funcionamento das escolas quilombolas, como infraestrutura, recursos humanos, materiais didáticos,

transporte escolar, alimentação escolar, entre outros. Devido à reforma do Ensino Médio, em 2022, o CNE revisou e atualizou as Diretrizes Nacionais Operacionais.

Atualmente, diante da realidade das crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental estarem em sua totalidade nas escolas, as reivindicações dos quilombolas em termos de educação escolar, estão centradas na criação de cursos de formação docente para a educação escolar quilombola, tendo em vista, a necessidade de articulação nesses cursos dos conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos historicamente nas comunidades quilombolas, assim como, criar possibilidades para cada vez mais os quilombolas sejam formados em cursos de licenciatura e possam assumir as salas de aulas em escolas quilombolas.

Neste contexto de demandas por uma educação escolar quilombola conduzida por professores quilombolas e diante da carência desses, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo – GEPEC na UFSCar campus São Carlos, proponente do curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola, tem atuado, nas últimas duas décadas, com atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da Educação do Campo. Vale destacar, a experiência com a oferta de dois cursos especiais de licenciatura em pedagogia com ênfase em educação do campo, que embasa esta proposta de criação do curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola no município de Eldorado - SP, localizado na região do Vale do Ribeira.

O edital Parfor-Equidade 2023 em consonância com as DCNEEQ, no seu artigo Art. 49, expressa a importância de criação desse curso.

Os sistemas de ensino, no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, deverão estimular a criação e implementar programas de formação inicial de professores em licenciatura para atuação em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos de magistério de nível médio na modalidade normal, de acordo com a necessidade das comunidades quilombolas. (BRASIL DCNEEQ, 2012)

O edital Parfor-Equidade 2023 tem por objetivos de “formar docentes e pedagogos para a atuação na educação escolar indígena, na educação do campo, na educação escolar quilombola, na educação especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos, em consonância com as Diretrizes Curriculares específicas de

cada grupo”, assim como, “Fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo deste edital, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos, tempos e espaços.” Busca atender as demandas do movimento negro e dos quilombolas, do movimento do campo, com esta proposta de criação e oferecimento pela UFSCar – campus São Carlos do curso de Licenciatura em Pedagogia - Educação Escolar Quilombola no município de Eldorado - SP, como polo central dos municípios da região do Vale do Ribeira.

A proposta de realização do curso no município de Eldorado - SP deve-se ao fato da maioria das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado de São Paulo está localizada na região do Vale do Ribeira e por Eldorado é o município que tem o maior número de comunidades quilombolas, com oito localizadas dentro do território do município e quatro com parte dos territórios nos municípios de Iporanga e Jacupiranga. Eldorado tem uma população de 2.245 quilombolas, que corresponde a 17,18% dos habitantes da cidade. O município vizinho Iporanga tem o maior percentual, com 1.424 quilombolas, representando 35,2% dos moradores da cidade.

A região do Vale do Ribeira é pouco populosa e apresenta elevado número de pessoas vivendo na zona rural, em relação à média estadual. A principal luta dos quilombolas é a titulação dos territórios tradicionais cujas ações de regularização fundiária não tem avançado nos últimos anos. Trata-se de uma região que é altamente carente por políticas públicas que promovam a redução da pobreza e das desigualdades.

As demandas por educação escolar na região do Vale do Ribeira são muitas, com destaque para as dificuldades dos estudantes que moram longe das escolas e dependem do transporte escolar, gastando muitas horas nos trajetos casa-escola e escola-casa; as péssimas condições das instalações das escolares; a alta rotatividade de professores; o ensino em salas multisseriadas, entre outros.

Outra demanda da educação escolar é a formação específica dos professores para atuarem na educação escolar quilombola. A maioria dos professores que lecionam nas escolas quilombolas não receberam formação específica para o trabalho com este público. Decorre desta situação a demanda por uma formação de professores para atuarem nas escolas quilombolas, que articule os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais e das formas de

produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade.

Considerando apenas as escolas da rede pública, o IDEB do Vale do Ribeira em 2019 foi de 6,4 nos anos iniciais do Ensino Fundamental; 5,2 nos anos finais do Ensino Fundamental; e 4,0 no Ensino Médio. Esses números estão próximos das médias do estado de São Paulo e representam uma evolução em relação aos números de 2009. No entanto, os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio na região ainda não alcançaram a média 6,0.

O município de Eldorado apresenta no censo de 2022 uma população de 13.069 pessoas. O IDEB do município em 2019 foi de 6,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental; 5,0 nos anos finais do Ensino Fundamental; e 4,2 no Ensino Médio.

Segundo o Censo Escolar do IBGE de 2021, a rede de educação escolar de Eldorado é composta de:

MATRÍCULAS	
Ensino infantil	553
Ensino fundamental	2.030
Ensino médio	559
DOCENTES	
Ensino infantil	56
Ensino fundamental ANOS INICIAIS	54
Ensino fundamental ANOS FINAIS	91
Ensino médio	54
ESCOLAS	
Ensino infantil (6 creches + 18 pré-escolas municipais)	24
Ensino fundamental (21 escolas municipais)	24
Ensino médio	5

As aulas e as atividades formativas ocorrerão na região do Vale do Paraíba, no município de Eldorado.

Diante das justificativas expostas acima, consideramos oportuna e necessária esta proposta de oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia - Educação Escolar Quilombola no município de Eldorado, SP, com possibilidades de acolher estudantes quilombolas de outros municípios do Vale da Ribeira.

5. OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo geral

Promover a formação de docentes para o ensino em escolas quilombolas e em escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas, na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, na educação de jovens e adultos e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Objetivos específicos

- Desenvolver nos alunos a capacidade de planejar, executar, avaliar e coordenar projetos educacionais no contexto das escolas quilombolas.
- Promover a formação do professor quilombola com participação na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos currículos e programas, considerando o contexto sociocultural das comunidades, o processo histórico, político, econômico e sociocultural dos quilombos, bem como a percepção da realidade atual e necessidades dos mesmos.
- Garantir na formação do professor quilombola o acesso aos conhecimentos tradicionais, a ancestralidade e identidade, bem como as formas de superação do racismo, da discriminação e do preconceito raciais não podem se dissociar desta formação (BRASIL, 2012)
- Propiciar aos alunos oportunidades de análise crítica da relação trabalho, sociedade e educação, considerando a realidade histórica, política, econômica e sociocultural das comunidades quilombolas

6. PERFIL DO CURSO

Em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, o curso pretende formar o licenciado em Pedagogia com ênfase em Educação Escolar Quilombola para “exercer funções de magistério na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e na gestão escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”. As atividades docentes também compreendem a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino.

Características do curso que atendem às especificidades do público atendido, em consonância com as Diretrizes Curriculares específicas;

- As estratégias de ensino-aprendizagem a partir da adoção da Pedagogia da Alternância, organiza o curso em tempo universidade e tempo comunidade de maneira a propiciar momentos para a participação dos estudantes na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos currículos e programas, considerando o contexto sociocultural e histórico das comunidades quilombolas. Esta proposta de um curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola para atendimento às demandas de formação de professores na região do Vale do Ribeira, que tem Comunidades Remanescentes de Quilombos, busca atender às especificidades da população quilombola em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, conforme as seguintes características do curso:

- Poderão se matricular no curso os professores da rede pública de educação básica que lecionam em escolas quilombolas ou que recebem alunos de comunidades quilombolas, das redes de formação por alternância e quilombolas que comprovem ter concluído o ensino médio;

- A produção de materiais didáticos e de apoio pedagógico nas atividades didáticas do curso, de acordo com a realidade quilombola e em diálogo com a sociedade mais ampla;

- As atividades previstas para realização no tempo comunidade possibilitam a pesquisa, a inserção e a articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas em seus contextos sócio-histórico-culturais;

- A matriz curricular do curso contempla os eixos norteadores do currículo indicados no inciso VI do Art. 50 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, de maneira que as disciplinas estão organizadas pelos eixos: Conteúdos gerais da educação; Fundamentos históricos, sociológicos, sociolinguísticos, antropológicos, políticos, econômicos, filosóficos e artísticos da educação; História, conhecimentos e cosmovisão dos quilombolas; Metodologias e processos de ensino-aprendizagem; Estágio curricular.

- O curso está organizado de maneira que os estudantes tenham espaços, condições de estudo, pesquisa e discussões sobre as temáticas: lutas quilombolas ao longo da história; o papel dos quilombos nos processos de libertação e no contexto atual da sociedade brasileira; as políticas de ações afirmativas; a articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas ao longo do seu processo histórico, sociocultural, político e econômico; as formas de superação do racismo, da discriminação e do preconceito raciais.

6.1 Pedagogia da Alternância

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 16 de agosto de 2023, que estabelece as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior, define a Pedagogia da Alternância como uma forma de organização da educação e dos processos formativos que objetivam atender as comunidades do campo, do cerrado, dos rios, das florestas, de outros biomas e de comunidades urbanas específicas, e especificamente neste PPC, para as comunidades quilombolas. Considera que a organização e o funcionamento dos cursos que se utilizam da Pedagogia da Alternância devem respeitar as singularidades das comunidades atendidas quanto às especificidades da atividade laboral, sistemas produtivos, modos de vida, culturas, tradições, saberes e biodiversidade, de maneira que a aplicação das mediações didáticas e metodológicas da Pedagogia da Alternância no âmbito da Educação Escolar Quilombola deve considerar a autonomia dessas comunidades, conforme dispõem leis e normas específicas para essa modalidade de ensino.

Neste sentido, a proposta pedagógica deste curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola está baseada na Pedagogia da Alternância. Na metodologia da alternância, o processo educativo se baseia na divisão do aprendizado em dois períodos e lugares distintos: o da instituição de ensino, e, o da família/comunidade, que são denominados, respectivamente de tempo universidade (TU) e tempo comunidade (TC). Desta maneira, o aluno vivencia, de forma alternada, experiências de formação na escola, conjugadas com as experiências na família e comunidade, estabelecendo uma relação expressiva entre a família, a comunidade, e a instituição de ensino.

A pedagogia da alternância não se traduz apenas num ritmo alternado entre família/comunidade, e instituição escolar. Dentro desse ritmo acontece todo um processo educativo, centrado na vida do aluno como referencial de aprendizagem significativa, a partir do qual ele poderá intervir em sua realidade e transformá-la. A dinâmica da alternância

[...] força a sair dos muros da escola e de seus ritos, para considerar de uma outra maneira os conhecimentos e as pessoas em formação, para trabalhar com os pais, os mestres de estágio, enquanto parceiros de um projeto comum. (GIMONET, 1999, p.124)

O período vivido pelo aluno na escola é o tempo de refletir, pesquisar, aprofundar e partilhar os fatos e os fenômenos da vida familiar e comunitária. O período vivido na comunidade, envolve novas reflexões, pesquisas e a aplicação daquilo que foi ensinado na instituição de ensino. Este movimento de ação-reflexão-ação, possibilita ao aluno contextualizar sua realidade colocando-a em perspectiva

No tempo universidade o estudante elabora um plano de estudo e tem oportunidade de socializar a compreensão que tem da sua realidade sob todos os aspectos, o que é feito com base na sua experiência e no estudo da literatura.

O plano de estudo constitui-se no principal instrumento metodológico da articulação entre comunidade e escola, conhecimentos empíricos e teóricos, trabalho e estudo. Ele é o meio e a oportunidade de observação, de pesquisa, de discussão e reflexão com os sujeitos do meio, mas também de expressão oral e escrita. Através do plano de estudo opera-se a integração da vida com a escola; assim, as potencialidades da Alternância tornam-se ato concreto e fonte de reflexão, problematização e intervenção sobre a realidade.

No tempo comunidade, o aluno executa o plano de trabalho discutindo a sua realidade com a família, com outros sujeitos, provocando reflexões, planejando coletivamente as soluções e realizando experiências a partir de uma determinada concepção de desenvolvimento local sustentável que seja adequada ao contexto, às necessidades e interesses da comunidade. As diferentes atividades são desenvolvidas com o auxílio de apoio pedagógico, de forma que o aluno possa levantar situações vivenciadas na realidade familiar, buscar novos conhecimentos para explicar, compreender e atuar, partindo do senso comum para construir o conhecimento científico.

Há diferentes abordagens sobre a alternância e a forma de implementação, porém, é pressuposto que ela exige uma estreita conexão entre os dois momentos de atividades em todos os níveis – individuais, relacionais, didáticos e institucionais. Não há primazia de um componente sobre o outro ou de um período sobre o outro. A relação entre eles é dinâmica e se efetua através de um movimento contínuo, que supera a ideia de que o tempo universidade é o momento do ensino e o tempo comunidade o momento da pesquisa, da aproximação com a realidade.

Tanto o tempo universidade deve ser um tempo de aproximação entre conhecimento e realidade, através do questionamento da finalidade social e cultural da ciência, quanto o tempo comunidade deve ser o da aproximação e de reconhecimento do contexto sociocultural, ao procurar explorar e ampliar a compreensão dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais através do olhar das diferentes disciplinas.

Em suma, o tempo comunidade, como tempo de pesquisa e extensão, representa também um outro tempo e espaço de realização de exercícios teórico-práticos (o prático, entendido como prática social) e cumpre duas tarefas importantes: estimular e desenvolver a autonomia intelectual e formar agentes de desenvolvimento local. Conforme Queiroz (2004).

Numa concepção de alternância formativa, não é suficiente a aproximação ou a ligação de dois lugares com suas lógicas diferentes e contraditórias, ou seja, a escola e o trabalho. É necessária uma sinergia, uma integração, uma interpenetração rompendo com a dicotomia teoria e prática, abstrato e concreto, saberes formalizados e habilidades (saber – fazer), formação e produção, trabalho intelectual e trabalho físico (manual).

Desta forma, o projeto pedagógico contempla, basicamente, atividades através de disciplinas teóricas, e atividades sob a forma de trabalho dirigido e supervisionado executado na comunidade de origem dos participantes. A matriz integrativa está estruturada em oito etapas, cujos conteúdo das disciplinas procuram explorar e interpretar a realidade dos participantes.

Entre cada etapa haverá um intervalo para a realização das atividades do tempo comunidade, que serão desenvolvidas na própria comunidade do participante, momento em que se realizarão as atividades práticas e a aplicação dos conhecimentos apreendidos. Essas atividades serão monitoradas por supervisores na própria comunidade e orientadas pelo corpo docente do curso. Nas

atividades do tempo universidade serão utilizadas técnicas de trabalho em pequenos grupos, plenárias, exposições coletivas, leitura e discussão de textos e outras atividades práticas.

As atividades do tempo comunidade serão desenvolvidas através da interlocução com as organizações sociais integrantes da equipe proponente (associações, cooperativas, empresas sociais) sob a supervisão de docentes do curso, cujas responsabilidades serão as de enviar materiais, auxiliar nas atividades propostas, redimensionar planejamentos individuais, o que poderá ser operacionalizado tanto através de correio (convencional e/ou eletrônico), reuniões de orientação e oficinas de trabalho. Pelo menos uma vez em cada etapa de atividades do tempo comunidade, o supervisor convocará uma reunião com o grupo pelo qual é responsável, com o objetivo de esclarecer dúvidas, orientar a análise dos resultados e elaboração de sínteses, etc.

Embora as atividades realizadas sejam divididas em tempo universidade e tempo comunidade, a relação entre teoria e prática deve ser objeto de reflexão em todos os momentos do curso. Nas disciplinas, os docentes procuraram organizar o processo ensino-aprendizagem a partir de situações problemas, estabelecendo a partir daí as relações com o conhecimento existente.

Na medida do possível, as atividades do tempo comunidade estarão relacionadas com os conteúdos ministrados nas atividades do tempo universidade e estruturadas de tal forma que o participante, confrontando teoria e prática, possa melhor apreender os conceitos e métodos, elaborar propostas de ação e as discutir com a comunidade de origem. Para efeito de trabalho de conclusão de curso, o participante será desafiado a definir um problema social e cientificamente relevante para a sua realidade, pesquisar as alternativas e os conhecimentos existentes sobre o assunto e apontar soluções pertinentes.

Uma outra dimensão importante da metodologia de implantação do curso é a participação dos educandos no acompanhamento, político, organizativo e pedagógico, desde o momento da proposição e construção do projeto, passando pela gestão coletiva dos recursos necessários para implementá-lo, pela divisão do trabalho e delegação de responsabilidades aos estudantes e ao corpo docente no cotidiano administrativo e pedagógico, na discussão e implementação coletiva de estratégias e mecanismos de planejamento e de avaliação continuada, entre outros importantes, até chegar no acompanhamento da dinâmica das comunidades de

origem dos estudantes, uma vez que, uma grande parte das atividades será ali realizada.

Este processo de acompanhamento é coletivo, realizado através de preparação de aulas, oficinas, seminários, organização e gestão coletiva do espaço acadêmico e extra-acadêmico (alojamentos, transporte etc.), atividades artísticas e lúdicas, participação em eventos fora da escola, registro, reflexão e sistematização das práticas. Por sua vez, o corpo docente além de participar e contribuir no acompanhamento, também constrói com espaços próprios de diálogo e troca de informações sobre o processo de implantação do projeto político-pedagógico. Entre esses espaços destacam-se o colegiado de coordenação do curso, as reuniões pedagógicas por módulos, os seminários temáticos, a realização de encontros ampliados, entre outros.

7. FORMA DE INGRESSO NO CURSO

O ingresso no curso se dará por meio de processo seletivo especial coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), destinado a selecionar candidato que comprove ter concluído o ensino médio, que seja quilombola ou que leciona em escola que recebe alunos quilombolas. Todas as 30 vagas do curso de Licenciatura em Pedagogia - Educação Escolar Quilombola serão destinadas para quilombolas sendo 20 vagas para professores quilombolas que já atuem na rede pública de educação básica e 10 vagas para quilombolas.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas será de acordo com o desempenho nas avaliações realizadas. Caso as vagas específicas destinadas para professores quilombolas não sejam preenchidas, poderão ser ocupadas pelo outro grupo, de forma que não haja perda das vagas.

8. PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O profissional formado no Curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola deverá atuar com competência pedagógica e política como professor na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos, bem como na administração escolar e na

coordenação pedagógica em escolas quilombolas ou em escolas que recebem estudantes quilombolas.

O profissional formado no Curso deve atuar:

- comprometido com a escola pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, especialmente no contexto das comunidades quilombolas;
- compromissado com os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica;
- na promoção da inclusão do estudo de memória, ancestralidade, oralidade, corporeidade, estética e do etnodesenvolvimento, produzido pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural.
- articulando os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas em seus contextos sócio-histórico-culturais;
- na inserção da realidade quilombola no material didático e de apoio pedagógico nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

9. EIXOS TEMÁTICOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUILOMBOLAS

O curso está organizado de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica que, no artigo 50 do Capítulo IV - Da formação inicial, continuada e profissionalização dos professores para atuação na Educação Escolar Quilombola, estabelece os eixos norteadores do currículo.

Eixo: Conteúdos gerais da educação

Introdução à Pesquisa

Introdução ao campo da Educação Escolar

Pesquisa em Educação

Eixo: Fundamentos históricos, sociológicos, sociolinguísticos, antropológicos, políticos, econômicos, filosóficos e artísticos da educação;

Agroecologia, Meio ambiente e educação

Educação e Sociedade

Educação, Estado e Poder

Educação no Campo

Filosofia da Educação

Fundamentos de Educação Especial e inclusiva
História da Educação
Movimentos Sociais e Educação
Pedagogia Histórico Crítica: Teoria e práticas educativas
Política educacional e organização do ensino no Brasil
Princípios da Administração Escolar
Psicologia da Educação
Relações sociais e processo educacional
Sociologia da Educação
Trabalho e Educação

Eixo: Metodologias e dos processos de ensino-aprendizagem

Alfabetização
Didática
Ensino de Libras
Metodologia de Ensino em Ciências Humanas
Metodologia de Ensino em Ciências Naturais
Metodologia de Ensino em Língua Portuguesa
Metodologia de Ensino em Matemática
Prática de Ensino em Educação Escolar
Prática Supervisionada em Administração Escolar
Prática Supervisionada em Educ. Infantil
Prática Supervisionada em Educação de Jovens e Adultos
Prática Supervisionada em Ensino Fundamental
Trabalho pedagógico em educação infantil
Trabalho pedagógico no Ensino Fundamental
Trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos

Eixo: História, conhecimentos e cosmovisão dos quilombolas

Introdução à Educação Escolar Quilombola
Legislação, Currículo e Educação escolar Quilombola
Sociedade, Educação e Relações Étnico-Raciais
Didáticas e Educação das Relações Étnico-Raciais
Aspectos históricos dos quilombos
Questões identitárias e culturais das comunidades quilombolas
História, religião e cultura africana e afro-brasileira

Obs.: As disciplinas do eixo: História, conhecimentos e cosmovisão dos quilombolas serão definidas e estruturadas juntos com os estudantes, de maneira que possam participar na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos programas e conteúdos temáticos, considerando o contexto sociocultural e histórico das comunidades quilombolas.

Eixo: Atividades integradoras

Estágio Supervisionado em Administração Escolar

Estágio Supervisionado em Educ. Infantil

Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos

Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão - ACIEPEs I, II, III ²

10. CONCEPÇÃO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem dos estudantes será realizada de acordo com as normas de avaliação do desempenho discente, previstas na Seção IV do Cap. IV do Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar. (Resolução ConsUni nº 867, de 27 de outubro de 2016).

A avaliação da aprendizagem deve ser vista enquanto processo – diagnóstica, formativa e somativa - visando essencialmente a aprendizagem. Este processo será contínuo e composto de no mínimo três instrumentos ou momentos de avaliação: provas e trabalhos escritos (resumos, resenhas, artigos), seminários, debates, pesquisa e produção intelectual, estudo dirigido, além de auto avaliação individual e grupal.

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento do processo ensino – aprendizagem mais a frequência conforme a legislação em vigor. Será exigida a assiduidade dos alunos nas aulas do tempo universidade para efeito de aprovação, com frequência mínima de (75%) setenta e cinco por cento. A ausência do aluno poderá ser justificada, conforme as regras da UFSCar.

A mensuração do conjunto das atividades desenvolvidas em cada disciplina comporá unidades de ensino a serem definidas de acordo com a especificidade da disciplina e com o plano de trabalho do docente ministrante. A

² As ACIEPEs serão definidas de acordo com os interesses dos alunos do curso nas temáticas listadas no Anexo I ou em outros temas sugeridos no decorrer do curso.

média para aprovação em disciplinas é igual ou superior a seis (6,0) em cada disciplina.

Conforme artigo 22 da Resolução ConsUni nº 867/2016, o estudante que tiver obtido na disciplina/atividade curricular, no período letivo regular, nota final entre 5,0 e 5,9 e que tenha o mínimo de 75% de frequência poderá realizar avaliação complementar de recuperação.

Se ao final da etapa, o aluno que obtiver nota inferior a cinco (5) na atividade curricular terá o direito ao acompanhamento pedagógico dos professores e da coordenação do curso, no período de recesso seguinte à oferta da atividade curricular, com o objetivo de promover a recuperação dos conteúdos e a realização de nova avaliação.

Caso haja desistência de alunos até a metade da primeira etapa, estes poderão, ainda nesta etapa, ser substituído por outros alunos que estejam na lista de espera. Para esses novos alunos ingressantes, será oferecido acompanhamento pedagógico para recuperar os conteúdos perdidos.

Ao final de cada etapa, professores e a equipe de apoio pedagógico, por meio de um instrumento específico, avaliarão o processo obtido com relação à etapa anterior. O instrumento de avaliação abrangerá questões objetivas sobre a implementação do projeto pedagógico, o desenvolvimento teórico e prático de cada disciplina ministrada, as condições de trabalho e de infraestrutura para o funcionamento do curso (condições gerais, recursos audiovisuais, laboratórios), serviços de apoio e acervo de livros e periódicos específicos disponíveis na biblioteca e o envolvimento efetivo dos alunos com o curso.

O conjunto de informações obtidas após trabalho de análise e interpretação do instrumento de avaliação permitirá compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais e identificar possíveis causas de problemas, bem como potencialidades e possibilidades permitindo a reanálise das prioridades estabelecidas no projeto pedagógico do curso e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas.

Ao final de cada etapa a UFSCar apresentará um relatório de execução, acompanhado de quadro certificando a presença dos educandos nas respectivas disciplinas, do Programa Semestral contendo nome, carga horária, local e data dos conteúdos ministrados.

11. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES

11.1. Regulamentação do Estágio Curricular

O estágio deve ser entendido como a ação que articula a teoria, a prática e a pesquisa do profissional da educação voltado para as questões educacionais. Esta ação deve ser capaz de melhor fundamentar a formação deste profissional contribuindo para a criação e o desenvolvimento de projeto político-pedagógico nas instituições educativas em que atua e atuará, articulando-os aos problemas concretos da escola e da comunidade.

O estágio supervisionado será realizado a partir da 3ª etapa, envolvendo o conjunto das disciplinas e contemplando as diferentes áreas do curso, com uma carga horária de 400h/aula. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será supervisionado por docente ou docentes que ofertam as respectivas disciplinas de estágio ao curso. O acompanhamento será feito nas instituições concedentes e na universidade, conforme plano da disciplina.

Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios serão realizados preferencialmente em instituições da rede pública quilombolas ou que atendam alunos quilombolas.

Tendo como objetivo a ação sobre seu próprio local de trabalho, enquanto educadores, o estágio envolverá diretamente o fazer docente em diversas práticas pedagógicas a serem realizadas, tais como: oficinas pedagógicas, seminários, jornadas pedagógicas, práticas pedagógicas nas comunidades quilombolas e nas escolas localizadas junto às comunidades de onde provêm os educandos.

O Estágio supervisionado será planejado pela coordenação junto com educandos e professores, com realização em espaços educativos das comunidades quilombolas, isto é, em escolas quilombolas e/ou escolas que recebem estudantes quilombolas:

- a) nas escolas quilombolas e/ou escolas que recebem estudantes quilombolas de **Educação Infantil**, com carga horária de 80 horas no tempo comunidade e 20 horas de planejamento do cotidiano da escola e da confecção do relatório para ser entregue para a coordenação do curso, com total de 100 horas;
- b) nas escolas quilombolas e/ou escolas que recebem estudantes quilombolas das séries iniciais do **Ensino Fundamental**, com carga horária de 80 horas no tempo comunidade e 20 horas de planejamento

do cotidiano da escola e da confecção do relatório para ser entregue para a coordenação do curso, com total de 100 horas;

- c) nas escolas quilombolas e/ou escolas que recebem estudantes quilombolas de **Educação de Jovens e Adultos**, com carga horária de 80 horas no tempo comunidade e 20 horas de planejamento do cotidiano da escola e da confecção do relatório para ser entregue para a coordenação do curso, com total de 100 horas;
- d) nas escolas quilombolas e/ou escolas que recebem estudantes quilombolas em **Administração Escolar**, com carga horária de 80 horas no tempo comunidade e 20 horas de planejamento do cotidiano da escola e da confecção do relatório para ser entregue para a coordenação do curso, com total de 100 horas;

No estágio do Tempo universidade desenvolver-se-ão Seminários de socialização de práticas do Tempo Comunidade em áreas das comunidades quilombolas. Esta prática será planejada juntamente com os professores de Estágio, de Prática de Ensino, Educandos e Coordenação do Curso, cujo objetivo é que os educandos no TE planejem e realizem uma prática pedagógica tendo como base a realidade das comunidades quilombolas. As atividades serão registradas de diversas formas: textos escritos pelos educandos, fotografias, vídeo, material, que será analisado pelos professores que a orientaram com vista a publicação.

O Estágio, tanto no Tempo universidade quanto no Tempo Comunidade terá como parâmetro a realidade do educando considerando-se o desenvolvimento sócio educacional do mesmo, o grau de compromisso do educando para com a comunidade, seu engajamento crítico e seu fazer/aprender pedagógico, demarcado pelos princípios da Educação e da Educação quilombola. Para o acompanhamento da realização e avaliação do estágio, será elaborado um projeto de estágio pela coordenação do curso juntamente com os professores responsáveis pelo Estágio, de acordo com a realidade dos estudantes quilombolas. Este será realizado nas escolas e nos espaços educativos nas áreas das comunidades quilombolas.

Como um dos instrumentos de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório o estudante deverá elaborar um relatório acadêmico

circunstanciado, entregue ao final da etapa ao docente responsável pela disciplina. O documento será arquivado na coordenação do curso.

Os Estágios Supervisionados não Obrigatórios serão assinados pela coordenação de curso e acompanhados pelo Conselho do Curso. Sua realização deve estar amparada por convênios estabelecidos entre a UFSCar e a instituição ou rede concedente de estágio.

Os Estágios Supervisionados não obrigatórios serão autorizados quando podem contribuir para a formação a qual se destina o curso de licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola da UFSCar. Ficará a cargo da Coordenação do Curso, ou de professor por ela designado, ou de docentes do Conselho do Curso, a avaliação das solicitações para sua realização, cabendo a esses docentes supervisão, acompanhamento e avaliação da efetivação dos Estágios Supervisionados não Obrigatórios.

O estudante deverá entregar um cronograma das atividades previstas para a realização de Estágios Supervisionados de caráter não obrigatório. Ao final de cada etapa o aluno deverá entregarum relatório das atividades realizadas. Ambos os documentos (cronograma e relatório) devem ser assinados pela instituição concedente do estágio.

Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios e os Estágios Supervisionados não Obrigatórios e temas a eles afetos serão de responsabilidade de análise e encaminhamentos da Comissão de Estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia. A comissão será composta por professores dos departamentos que ofertam as disciplinas de estágio e terá caráter consultivo e articulador das atividades de estágio. Os trabalhos da referida Comissão de Estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola acompanhados, avaliados e aprovados nos âmbitos do Conselho de curso.

Os casos omissos serão tratados no âmbito do Conselho do Curso de Pedagogia – Educação Escolar Quilombola da UFSCar.

11.2. Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O trabalho de conclusão de curso é um componente curricular obrigatório para a obtenção do certificado do curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação

Escolar Quilombola, que tem por objetivo proporcionar articulação entre os conhecimentos adquiridos pelos estudantes ao longo do curso.

O trabalho de conclusão de curso tem carga horária de 270 horas, em atividades curriculares oferecidas nas 7ª e 8ª etapas do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, para além do objetivo de avaliar, é um exercício de análise da realidade, a fim de dialogar com as demandas da comunidade em que o educando vive. Nesse sentido, a definição dos eixos de pesquisa deverá contemplar a discussão da Educação Quilombola e/ou da Educação Escolar Quilombola.

Os temas das monografias serão de escolha dos educandos, juntamente com os coletivos em que atuam e os professores orientadores. As pesquisas devem ser desenvolvidas individualmente e apresentadas publicamente por seus autores. Os professores orientadores, a partir de projetos discutidos com os educandos, serão responsáveis pelo acompanhamento e desenvolvimento das pesquisas.

O TCC poderá ter caráter de pesquisa bibliográfica, documental ou de campo e memorial de formação. O TCC poderá ser realizado na forma de um artigo acadêmico.

A orientação do TCC não poderá ser realizada por professores que tenham vínculo familiar ou afetivo com os estudantes.

Procedimentos Gerais para o desenvolvimento do TCC

Na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, realizada na 7ª etapa do curso, será divulgado o cronograma de atividades e os procedimentos gerais para o desenvolvimento e apresentação do TCC.

O TCC deve seguir as normas da ABNT e apresentar a seguinte formatação: fonte 12, times new roman, espaçamento entre linhas 1,5, papel tamanho A4, margens esq. e dir. 3, superior e inferior 2,5; ter entre 30 e 50 páginas, excluídos os anexos; ser elaborado contemplando minimamente os seguintes aspectos:

- Capa: nome do curso, nome do aluno, nome do orientador, título do trabalho, local e ano
- Introdução: Apresentação do tema, justificativa e objetivos.
- Revisão Bibliográfica: levantamento da literatura que servirá de base para o trabalho a ser desenvolvido.
- Corpo do Trabalho: o corpo do trabalho divide-se geralmente em capítulos, seções e subseções, que variam em função do problema a ser tratado.

- Metodologia: descrição dos materiais, métodos e procedimentos a utilizados no desenvolvimento do trabalho.
- Considerações finais: devem estar de acordo com os objetivos propostos para o trabalho.
- Local, data e assinaturas (do orientando e do orientador)

A avaliação do TCC será realizada conforme o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar (Resolução ConsUni nº 867/2016) em quatro etapas:

1. entrega do cronograma de trabalho na disciplina TCC 1;
2. elaboração de relatório parcial de acompanhamento sistematizado durante o desenvolvimento da disciplina TCC 1;
3. elaboração de relatório parcial de acompanhamento sistematizado durante o desenvolvimento da disciplina TCC 2;
4. defesa da monografia.

Para a defesa da monografia serão admitidas duas possibilidades:

- Defesa com apresentação oral do trabalho pelo candidato, perante a banca examinadora, dentro das datas estabelecidas pela Coordenação de curso.
- Avaliação não presencial mediante parecer escrito de cada um dos membros de banca.

A entrega do arquivo ou exemplar do TCC aos membros da banca da defesa é de responsabilidade do estudante com pelo menos uma semana de antecedência da data de defesa. Após a defesa e as correções finais, o estudante deve entregar uma cópia eletrônica em formato PDF da versão final da monografia à Coordenação do Curso.

11.3. Regulamentação das Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)

A Extensão Universitária é definida como um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

As atividades acadêmicas de extensão são regulamentadas pela Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério

da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), estabelecendo o mínimo de 320 (trezentas e vinte) horas de atividades acadêmicas de extensão conforme Núcleo III, de que trata o art. 13, inciso III da mesma Resolução, com a seguinte definição: “Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.”.

A UFSCar, por meio da Resolução Conjunta COG/CoEx N° 2/2023, de 29 de novembro de 2023, já havia estabelecido um percentual mínimo de 10 (dez) por cento da carga horária total do curso de atividades acadêmicas de extensão, com a obrigatoriedade de integrar os currículos dos cursos de graduação e de forma prevista no respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

As atividades acadêmicas de extensão passíveis de inserção curricular na graduação podem ser dos tipos:

I - Atividades Curriculares Obrigatórias, Optativas ou Eletivas com carga horária integral ou parcial voltada à abordagem extensionista;

II - Atividades Curriculares de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPEs) previstas nos PPCs; e

III - Atividades Complementares de Extensão: Ações de extensão, com ou sem bolsa, com aprovação registrada na Pró-Reitoria de Extensão nas modalidades de projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços e ACIEPEs não previstas nos PPCs.

Essas atividades visam o envolvimento proativo dos estudantes na promoção de iniciativas que expressam o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas e prioritariamente as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação linguística, educação das relações étnico-raciais, direitos humanos e educação indígena, educação quilombola, considerando a interprofissionalidade e a interdisciplinaridade.

A proposta pedagógica do curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola baseada na Pedagogia da Alternância tem o Tempo Comunidade com carga horária total de 570 horas, equivalente a 20% da carga

horária total dos componentes curriculares (excluindo as disciplinas de estágio). As atividades dos componentes curriculares do Tempo Comunidade são compostas de atividades práticas e de aplicação dos conhecimentos aprendidos no Tempo Universidade, que caracterizadas como atividades de extensão, serão desenvolvidas nas comunidades dos alunos do curso e nas escolas públicas Educação Básica que atendem essas comunidades, de forma a contemplar a regulamentação das Atividades Curriculares de Extensão estabelecida na Resolução CNE/CP Nº 04/2024.

11.4. Regulamentação das Atividades Complementares

As atividades complementares, com carga horária mínima de com 120 horas, serão realizadas exclusivamente no tempo universidade, abordando temas específicos propostos pelos alunos, professores e coordenação do curso, que podem ser realizadas em encontros, reuniões científicas, congressos, simpósios, seminários, minicursos, oficinas, atividades de monitoria ou outros eventos na área da educação.

O curso fornecerá periodicamente outras atividades complementares, visando ampliar os conhecimentos obtidos nas disciplinas e proporcionar acesso a outros conhecimentos que ampliem sua cultura, podendo contemplar:

Atividades Complementares de Ensino: Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE), cursos, palestras, monitoria, disciplinas eletivas, disciplinas cursadas em programas de mobilidade que não tenham sido aproveitadas para a integralização curricular, programa de iniciação à docência, grupos de estudo, Programa Treinamento, estágio não obrigatório, entre outras.

Atividades Complementares de Produção Acadêmica e Pesquisa: participação em grupos de pesquisa, eventos científicos, minicursos, iniciação científica, produção de artigos, participação em eventos científicos, apresentação de trabalhos e ouvinte em bancas, entre outras.

Atividades Complementares de Cultura, Cidadania, e Responsabilidade Social - participação em projetos de envolvimento institucional, participação em órgãos colegiados e centros acadêmicos, programas e projetos de extensão, eventos culturais e artísticos, entre outras.

As atividades complementares serão validadas pela Coordenação do Curso e pelo Conselho de Curso, com base no formulário de atividades complementares entregue pelos estudantes.

Os estudantes preencherão o formulário de atividades complementares, anexando os respectivos comprovantes, que serão entregues para a Coordenação do curso para a análise e validação.

12. GESTÃO DO CURSO

De acordo com a Resolução 867 do CONSUNI/UFSCar de 2016, no seu Art. 87. A gestão do Curso de Graduação é realizada pelos seguintes órgãos: I - Conselho de Coordenação; II - Coordenação do Curso.

I - Conselho de Coordenação

Art. 88. A composição do Conselho de Coordenação deve ter garantida a participação de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, vinculados ao curso e seus respectivos suplentes.

Art. 89. Cabe ao Conselho de Coordenação do Curso, na definição de seu Regimento Interno, estabelecer os critérios para participação e procedimentos para eleição de seus membros, respeitando a legislação vigente, garantindo, no mínimo: I - O Coordenador do Curso como presidente; II - O Vice Coordenador do Curso como vice-presidente; III - Representação docente das diversas áreas de conhecimento ou campos de atuação que compõem o currículo do curso para mandato de dois anos, permitida uma recondução; IV - Representação discente para mandato de um ano, permitida uma recondução. § 1º. No impedimento do Coordenador e do Vice Coordenador, a presidência do Conselho de Coordenação de Curso de Graduação é exercida por um docente membro do Conselho de Coordenação, previamente designado pelo Coordenador. § 2º. Os representantes dos docentes e dos discentes são indicados por seus pares.

II - Coordenação do Curso

Art. 86. A Coordenação de Curso de Graduação compõe a base da estrutura acadêmica da Universidade e compreende a gestão das atividades didático-científicas, relacionadas a um curso de graduação. (Resolução 867 CONSUNI, 2016)

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Art. 98. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo e propositivo do Conselho de Coordenação de Curso, responsável pelo processo de concepção, avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 100. O Núcleo Docente Estruturante é constituído: I - Pelo Coordenador de Curso; II - Por um mínimo de 5 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente do curso há pelo menos dois anos, salvo em caso de cursos novos.

Corpo Docente

O quadro de docentes do curso será composto por professores que integram o quadro efetivo da UFSCar com dedicação exclusiva e professores convidados de outras instituições de Ensino Superior.

Professores/as da UFSCAR

Professor(a) Doutor(a)	Departamento	Campus
Maria Cristina dos Santos (Coordenadora)	Educação (DEd)	São Carlos-SP
João dos Reis Silva Júnior	Educação (DEd)	São Carlos-SP
Luiz Bezerra Neto	Educação (DEd)	São Carlos-SP
Luiz Roberto Gomes	Educação (DEd)	São Carlos-SP
Manoel Nelito Matheus Nascimento	Educação (DEd)	São Carlos-SP
Alan Victor Pimenta de Almeida Pales Costa	Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP)	São Carlos-SP
Klinger Teodoro Ciríaco	Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP)	São Carlos-SP
Simone de Oliveira Mestre	Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP)	São Carlos-SP
Ana Cristina Juvenal Juvêncio	Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP)	São Carlos-SP
Tatiane Cosentino Rodrigues	Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP)	São Carlos-SP
Joelson Goncalves de Carvalho	Ciências Sociais	São Carlos-SP
Flávia Cesarino Costa	Artes e Comunicação (DAC)	São Carlos-SP
Renata Franco Severo Fantini	Artes e Comunicação (DAC)	São Carlos-SP
Luciana Cristina Salvatti Coutinho	Ciências Humanas e Educação (DCHE)	Sorocaba - SP
Marcos Francisco Martins	Ciências Humanas e Educação (DCHE)	Sorocaba - SP
Maria Walburga dos Santos	Ciências Humanas e Educação (DCHE)	Sorocaba - SP
Kátia Regina Moreno Caiado	Ciências Humanas e Educação (DCHE)	Sorocaba - SP
Lourdes de Fátima Bezerra Carril	Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades (DGTH-So)	Sorocaba - SP

Professores/as externos

Professor(a) Doutor(a)	Instituição	Campus
Elianeide Nascimento Lima	Centro Universitário Central Paulista - UNICEP	São Carlos-SP
Monica Fernanda Botiglieri Moretti	Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	Santos - SP
Marcos Cassin	Universidade de São Paulo - USP	Ribeirão Preto-SP
Márcia Cristina Américo Quilombo	Quilombo São Pedro	Eldorado-SP
Elson Alves	Quilombo Ivoporanduva	Eldorado-SP
Viviane Marinho Luiz	CONAQ	Eldorado-SP
Luiz Marques	Quilombo São Pedro	Eldorado-SP

13. INFRAESTRUTURA.

A criação do curso de Pedagogia – Educação Escolar Quilombola é liderada pelos professores Maria Cristina dos Santos, Luiz Bezerra Neto e Manoel Nelito M. Nascimento do Departamento de Educação (DEd) da UFSCar do campus São Carlos e membros do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo – GEPEC, que tem oferecido cursos de licenciatura e especialização em Educação do Campo desde 2007. Cabe ressaltar a experiência dos professores do GEPEC com a realização do curso de licenciatura em Educação do Campo, em duas ofertas (2007 a 2011 e 2017 a 2021), com a coordenação do Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto e a participação de professores da UFSCar.

Para a realização do curso proposto teremos a participação de professores de vários departamentos e também de outros grupos de pesquisa, como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UFSCar) sediado no campus São Carlos e Grupo de Pesquisas e Estudos a respeito das Crianças, Educação Infantil e Estudos da Infância (CRIEI) e do Núcleo de Educação e Estudos da Infância. Para o desenvolvimento do curso terá a participação de professores vinculados ao Departamento de Educação (DEd), ao Departamento de Teoria e Práticas Pedagógicas (DTPP), que são departamentos responsáveis pelas disciplinas do curso de pedagogia e pelas disciplinas de fundamentos dos demais cursos de licenciatura do campus São Carlos. O curso terá a participação de professores do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE – campus Sorocaba/UFSCar), que atuam no Curso de Pedagogia do campus Sorocaba. Teremos, também, a colaboração de professores de outras instituições de ensino superior (UNIFESP, USP, UNICAMP, UNICEP). Contará com a participação de professores quilombolas mestres e doutores além da presença do formador convidado, previsto no edital PARFOR-Equidade 23/2023 que deve atender aos seguintes critérios:

I – ser mestre tradicional (notório saber) ou ser reconhecido por organização quilombola ou segmento dos povos e comunidades tradicionais, no âmbito de sua respectiva comunidade, grupo social ou por títulos obtidos junto a IES.

II – comprovar experiência em pelo menos 1 (um) dos seguintes critérios:

a) participação em atividades comunitárias em seus territórios, contribuindo com seus saberes tradicionais;

b) realização de palestras, oficinas e/ou cursos em universidade, instituto, faculdade, escola e/ou junto à organização quilombola, de populações do campo ou segmento dos povos e comunidades tradicionais;

c) colaboração em disciplina de curso de licenciatura e/ou bacharelado como debatedor, facilitador e/ou expositor;

d) colaboração em curso de formação continuada para professores;

e) atuação como formador, tutor ou coordenador em programas ou projetos institucionais de formação de professores;

f) participação em banca de Trabalhos de Conclusão de Curso de especialização, mestrado ou doutorado, por meio de notório saber.

O campus São Carlos, sede da UFSCar e sede de origem do curso, foi inaugurado em 1970 e está localizado a 235 km da capital do Estado de São Paulo. Atualmente tem aproximadamente 10 mil alunos, mil docentes, e 800 técnicos-administrativos. O campus abriga o Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET), o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) e o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), nos quais estão alocados mais de 30 Departamentos Acadêmicos que oferecem cerca de 40 cursos de graduação e 66 cursos de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento.

O campus São Carlos possui 10 edifícios de aulas teóricas (ATs), totalizando mais de 130 salas de aula, mais de 300 laboratórios, e uma Biblioteca Comunitária (BCo), que tem mais de 280.000 exemplares de livros para empréstimo. Na moradia estudantil do campus são ofertadas 574 vagas para estudantes, além de 80 vagas em moradias externas. Oferece serviços de atendimento social, ambulatório médico (atendimento médico e psicológico) e de alimentação no Restaurante Universitário (RU), com o fornecimento de cerca de 5 mil refeições diárias, que contam com acompanhamento nutricional, além de lanchonetes espalhadas por toda a Universidade. O campus disponibiliza aos alunos o parque esportivo com ginásios, campo de futebol, quadras poliesportivas cobertas, quadras de tênis e vôlei de areia, pista de atletismo e piscinas, além da Pista da Saúde.

Embora a UFSCar conte com essa estrutura, os alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia-Educação Escolar Quilombola frequentarão muito esporadicamente esse ambiente, pois as aulas ocorrerão no polo localizado no Vale do Ribeira.

O curso pretende estabelecer uma aproximação maior da UFSCar com as comunidades quilombolas, que possibilite uma integração ensino-pesquisa-extensão e os saberes tradicionais e uma melhor acessibilidade dos alunos ao curso.

As aulas e atividades formativas do curso serão realizadas no município de Eldorado-SP em local que será definido após o processo seletivo, de acordo com a origem dos alunos selecionados para o curso, devido as distâncias longas entre as comunidades quilombolas em relação ao centro de Eldorado. A opção inicial é de realização das aulas em uma escola municipal localizada na região central do município. A outra opção é a realização nas dependências da ETEC de Eldorado (Escola Técnica do Centro Paulo Souza) distante 45 quilômetros do centro e que está localizada na Comunidade Quilombola André Lopes, onde se encontra, também, o prédio da Escola Estadual Maria Antônia Chules Princesa, a primeira escola de educação escolar quilombola do Estado de São Paulo.

Ao longo do curso serão realizadas atividades de integração no campus de São Carlos da UFSCar como momentos em que os estudantes do curso poderão usufruir dos espaços e recursos da universidade.

Ao longo do curso serão realizadas atividades de integração no campus de São Carlos da UFSCar como momentos em que os estudantes do curso poderão usufruir dos espaços e recursos da universidade.

14. MATRIZ CURRICULAR

Código	Disciplina	C. H.	TU	TC
	1ª Etapa			
	INTRODUÇÃO AO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR	60	48	12
	INTRODUÇÃO À PESQUISA	60	48	12
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO I	60	48	12
	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I	60	48	12
	TRABALHO E EDUCAÇÃO.	60	48	12
	INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	60	48	12
	ACIEPE I	30	30	0
	Total da etapa	390		
	2ª Etapa			
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO II	60	48	12
	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II	60	48	12
	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	60	48	12
	ALFABETIZAÇÃO I	60	48	12

	POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL	60	48	12
	ASPECTOS HISTÓRICOS DOS QUILOMBOS	60	48	12
	ACIEPE II	30	30	0
	Total da etapa	390		
	3ª Etapa			
	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	48	12
	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	60	48	12
	ALFABETIZAÇÃO II	60	48	12
	MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO	60	48	12
	PESQUISA EM EDUCAÇÃO	60	48	12
	SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	60	48	12
	ACIEPE III	30	30	0
	Total da etapa	390		
	4ª Etapa			
	AGROECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO	60	48	12
	DIDÁTICA	60	48	12
	PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: TEORIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS	60	48	12
	TRABALHO PEDAGÓGICO NO ENSINO FUNDAMENTAL	60	48	12
	RELAÇÕES SOCIAIS E PROCESSO EDUCACIONAL	60	48	12
	LEGISLAÇÃO, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	60	48	12
	Total da etapa	360		
	5ª Etapa			
	TRABALHO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	60	48	12
	PRÁTICA SUPERVISIONADA EM EDUCAÇÃO INFANTIL	60	48	12
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO INFANTIL	100	0	100
	METODOLOGIA DE ENSINO EM LÍNGUA PORTUGUESA	60	48	12
	METODOLOGIA DE ENSINO EM MATEMÁTICA	60	48	12
	DIDÁTICAS E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	60	48	12
	EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	60	48	12
	Total da etapa	460		
	6ª Etapa			
	METODOLOGIA DE ENSINO EM CIÊNCIAS NATURAIS	60	48	12
	PRÁTICA SUPERVISIONADA EM ENSINO FUNDAMENTAL	60	48	12
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO FUNDAMENTAL	100	0	100
	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR I	60	48	12
	PRÁTICA SUPERVISIONADA EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR I	60	48	12

	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR I	50	0	50
	EDUCAÇÃO, ESTADO E PODER	60	48	12
	QUESTÕES IDENTITÁRIAS E CULTURAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	60	48	12
	Total da etapa	510		
	7ª Etapa			
	METODOLOGIA DE ENSINO EM CIÊNCIAS HUMANAS	60	48	12
	TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	60	48	12
	PRÁTICA SUPERVISIONADA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	30	24	6
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	100	0	100
	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR II	60	48	12
	PRÁTICA SUPERVISIONADA EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR II	30	24	6
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR II	50	0	50
	HISTÓRIA, RELIGIÃO E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA	60	48	12
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	60	48	12
	Total da etapa	510		
	8ª Etapa			
	ENSINO DE LIBRAS	30	30	0
	EDUCAÇÃO NO CAMPO	60	48	12
	FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	60	48	12
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	210	168	42
	Total da etapa	360		

Total da carga horária das disciplinas	2970	240	570
Estágio Supervisionado	400	0	400
Atividades Complementares	120	0	0
Total	3490	240	970

Legendas: C. H.= Carga Horária; TU= Tempo Universidade; TC= Tempo Comunidade

Quadro de Integralização Curricular

Etapa	Disciplinas de Formação Geral e de Conhecimentos Específicos	Estágio Supervisionado	Atividades acadêmicas de extensão (*)	Total
1ª	350		40	390
2ª	350		40	390

3ª	350		40	390
4ª	320		40	360
5ª	320	100	40	460
6ª	320	150	40	510
7ª	320	150	40	510
8ª	320		40	360
Total	2.650	400	320	3.370
Atividades Complementares				120
Total da carga horária do curso				3.490

(*). Integralizadas pelas atividades do Tempo Comunidade, e pelas ACIEPES.

15. EMENTAS DAS DISCIPLINAS

1ª ETAPA

INTRODUÇÃO AO CAMPO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Número de crédito

s: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A Pedagogia no Brasil: fundamentos históricos, políticos e teóricos. A Educação como objeto de pesquisa da Pedagogia, entendida como Ciência. A identidade do (a) Pedagogo (a) e seu campo de atuação. A docência enquanto eixo da formação do pedagogo. As condições de trabalho docente no Brasil.

Objetivos: A disciplina objetiva introduzir os estudantes iniciantes do curso ao campo da Educação e da Ciência Pedagógica, bem como propiciar uma visão sintética da formação e atuação do Pedagogo quilombola, no âmbito escolar e não escolar, e das condições de trabalho docente no Brasil.

Bibliografia básica

BRZEZINSKI, Iría. Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento [livro eletrônico]. Campinas, S.P.: Papyrus, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia, pedagogos, para quê? 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. QUILOMBOS E EDUCAÇÃO: Identidades em disputa. Disponível em: ><https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/57234>.< Acesso em 23 jul. 2018.

NASCIMENTO, Lisângela Kati do. Identidade e Territorialidade: Os Quilombos e a Educação Escolar no Vale do Ribeira. São Paulo, 2006.

SCHIMIED-KOWARZIK, W. Pedagogia Dialética. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Bibliografia complementar

ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2014. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação? São Paulo: Cortez, 1989. FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia como ciência da Educação. São Paulo: Cortez, 2008.

NASCIMENTO, B.; CASTRO, E.; BRAZÃO, P. Pedagogia ancestral: Uma investigação sobre existência e resistência da identidade da comunidade quilombola de Alto do Capim, Quixabeira-BA. Nuances Est. Sobre Educ., Presidente Prudente, v. 33, e022006, jan./dez. 2022. e-ISSN: 2236-0441. DOI: <https://doi.org/10.32930/nuances.v33i00.9484>

PIMENTA, Selma Garrido (coord.). Pedagogia, ciência da educação? 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INTRODUÇÃO A PESQUISA

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Estuda a metodologia do trabalho científico, discute métodos e técnicas de estudo, bem como as diretrizes para leitura, análise e interpretação de documentos e textos além da problemática da produção e transmissão do conhecimento científico e dos procedimentos e normas de elaboração do trabalho acadêmico-científico.

Objetivos: conhecer as diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos, conhecer as formas básicas de organização do trabalho científico e seus aspectos técnicos. Compreender os elementos essenciais que constituem um projeto de pesquisa, considerando a problemática da produção/transmissão do conhecimento científico e elaborar uma proposta de agenda de estudo individual e em grupo.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

FOUREZ, G. A construção das ciências. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

GEWANDSZNAJDER, Fernando. O que é o Método Científico. S. Paulo, Pioneira, 1989. GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1991.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 19 ed. São Paulo, 1993

SILVA, Martha Peregrino da e ROTHEN, José Carlos. Receitas de dona metodologia: orientações para elaboração de trabalhos acadêmicos e de conclusão de cursos. Mogi Guaçu: IMI, 2000.

Bibliografia Complementar:

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA (UFSCar) guia para apresentação do trabalho acadêmico: de acordo com NBR 14724/2011. São Carlos 2011. Disponível em http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.bco.ufscar.br.

Acesso em 28 fev. 2012

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA (UFSCar) guia para elaboração de Referências: de acordo com NBR 6023/2002. São Carlos, 2010. Disponível em http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.bco.ufscar.br.

Acesso em 28 fev. 2012.

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA (UFSCar). Guia para padronização de Citações: de acordo com NBR 10520/2002. São Carlos, 2010. Disponível em http://www2.ufscar.br/interface_frames/index.php?link=http://www.bco.ufscar.br.

Acesso em 28 fev. 2012.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO I

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A disciplina tratará a educação como processo de formação humana, apresentando os caminhos percorridos historicamente para a construção da escola, da sala de aula e do pensamento pedagógico desde a Antiguidade aos tempos atuais. Destacará políticas e movimentos socioculturais pela expansão da escolaridade e democratização da educação, como também colocará em discussão dilemas e desafios da educação em perspectiva global, o que envolve,

por um lado, movimentos de alfabetização em massa e expansão do acesso à escola, e por outro, questões relativas a gênero, infância e a profissão docente.

Objetivos: Fundamentar e conceituar os conhecimentos teóricos e críticos da história da educação e das práticas pedagógicas produzidas pelas civilizações. Estudar os fundamentos históricos da educação por meio de obras clássicas. Interpretar, com base na lógica que garantiu as existências material e espiritual das civilizações, os fundamentos históricos da educação. Analisar o processo de construção e de desarticulação da escola no âmbito dos contextos históricos desenvolvidos no mundo. Conhecer e analisar contextos e questões históricas que envolvam as exclusões sociais, étnico- raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras.

Bibliografia Básica:

CAMBI, Franco. História da pedagogia. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

BITTAR, Marisa. História da educação: da Antiguidade à época contemporânea. São Carlos: Editora EdUFSCar, 2009,

MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias. Tradução: Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1989. 382 p.

Bibliografia Complementar:

ANDERY, M.A. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988.

AQUINO, Rubim Santos Leão de et al. História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980. 458 p.

ARIÈS, Philippe e DUBY Georges (dir.); História da Vida Privada. 5 volumes. São Paulo: Companhia das Letras, s/d.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Uma introdução à história. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

HOBBSBAWN, Eric. A era dos impérios, 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOBBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos: O Breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, [1994].

HOBBSBAWN, Eric. A Era do Capital: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, [1975].

HOBBSBAWN, Eric. A Era das Revoluções: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, [1962]. KOSMINSKY, E. A História da Idade Média. Tradução: Paschoal Lemme. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1960. 279 p.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. Navegando pela História da Educação brasileira: 20 anos de HISTEDBR. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2009. LUZURIAGA, Lorenzo. História da educação e da pedagogia. 12ª Edição. Tradução: Luiz Damasco Penna. São Paulo: Editora Nacional, 1980. 292.

MARROU, Henri-Irénée. História da educação na Antiguidade. 4ª Edição. Tradução: Mário Leônidas Casanova. São Paulo: E.P.U.; Brasília: INL, 1975.

MOTA, Carlos Guilherme. História moderna e contemporânea. São Paulo: Editora Moderna, 1986. 497 p.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. 4ª Edição. Tradução: José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1983. 192.

ROSA, Maria da Glória de; “Aristófanes”, “Platão” e “Aristóteles”; SP: Ed. Cultrix, s/d

RUGIU, Antonio Santoni. Nostalgia do mestre artesão. Tradução: Maria de Lourdes Menon. Campinas: Autores Associados, 1988.167 p.

THOMPSON, E. P.. Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEYNE, Paul. Como se escreve a História. 3ª Edição. Brasília, Editora UNB, 1992. . “Quando a história era tradição e vulgata”. Acreditavam os gregos nos seus mitos?. Lisboa: Edições 70, 1983.

WILLIAMS, Raymond; “Cidades de trevas e de luz”; In: O campo e a cidade: na história e na literatura; SP: Cia. Das Letras; 1989

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A origem grega da proposta educacional fundada na concepção de homem omnilateral e a sua ulterior trajetória no contexto da chamada Civilização Ocidental até o advento da Época Moderna. A antinomia que se estabeleceu, a partir do século I d.C. , entre a Paidéia grega e a Paidéia em Cristo.

Objetivos: Conceituar a filosofia da educação como fundamento teórico-crítico dos conhecimentos e das práticas pedagógicas produzidas pela civilização ocidental da Grécia antiga e as reformas religiosas. Explicar os fundamentos filosóficos da educação por meio das obras clássicas geradas no âmbito da civilização ocidental. Refletir sobre os fundamentos antropológicos, éticos, políticos, estéticos e gnosiológicos da cultura ocidental; como forma de subsidiar o debate sobre as questões culturais que envolvem a educação brasileira hoje.

Bibliografia Básica:

ARISTÓTELES. Livro VIII. In: . Política. Tradução: Mário da Gama Kury. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. O que é filosofia? São Paulo: editora 34, 2004.

JAEGER, Werner. Paidéia: a formação do homem grego. 2ª ed. Tradução: Artur M. Parreira. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1994.

MONTAIGNE, Michel de. Ensaio (Coleção Os Pensadores) São Paulo: Abril Cultural, 1972. PLATÃO. A República. 5ª ed. Tradução: Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. 513 p.

PLATÃO. Diálogos: Mênon, Banquete e Fedro. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

ROTTERDAM, Erasmo de. Elogio da Loucura. São Paulo: Hemus, s.d.

SANTO AGOSTINHO. De magistro (Coleção Os Pensadores). Tradução: Angelo Ricci. São Paulo: Editora Abril, 1973.

TOMÁS DE AQUINO, Súplica contra os Gentios. In: SÃO TOMÁS E DANTE, coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Bibliografia Complementar:

ADORNO, Theodor W. Actualidad de la filosofía. Barcelona: Paidós, 1991. CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: editora da UNESP, 1999.

CHÂTELET, François. História da filosofia: idéias, doutrinas. A filosofia pagã; do século VI a. C. ao século III d. C. Tradução: Maria José de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. v. 1, 221 p.

CHÂTELET, François. História da filosofia: idéias, doutrinas. A filosofia medieval; do século I ao século XV. Tradução: Maria José de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. v. 2, 232p.

GILLES, T. R. Introdução à Filosofia. São Paulo: Cultrix, 1979.

KNELLER, George F. Introdução à Filosofia da Educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. MARTINS, M. F.; PEREIRA, A. dos Reis (Orgs.). Filosofia e Educação: ensaio sobre autores clássicos. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2000.

SEVERINO, Antônio. A busca do sentido da formação humana: tarefas da filosofia da educação. Educação e Pesquisa: Revista da FE-USP. São Paulo, v.32, n.3, pp. 619-634, set/dez, 2006.

171220 - TRABALHO E EDUCAÇÃO

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Trabalho e Educação. Estado, Educação, sociabilidade e formação humana. Reformas institucionais, reestruturação produtiva, mercado de trabalho e novas qualificações requeridas. As políticas educacionais do ensino médio, profissional de nível técnico e superior

Objetivos: Compreender as relações entre trabalho e educação no capitalismo e a contribuição da instituição escola no processo de socialização. Problematizar a escola na sua função social de formação humana e para o trabalho.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Elizabeth Garzuze da Silva. A educação para a saúde dos trabalhadores no contexto da acumulação flexível: novos desafios. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, Fiocruz, v.2, n.2, set. 2004.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. 5.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

FERRETTI, Celso. Uma nova proposta de orientação profissional. São Paulo, SP: Cortez, item “Conceito de trabalho”, p.83-107, 1992.

HELOANI, José Roberto. Assédio moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. RAE-eletrônica, v. 3, n. 1, jan. jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a12.pdf>>. Acesso em 23 fev. 2011.

LOPES, Márcia Cavalcanti Raposo. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, Fiocruz, v.7, n.1, mar. 2009.

LUKÁCS, György. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2010. MARX, Karl (1844). Manuscritos Econômicos e Filosóficos. São Paulo, SP: Martin Claret, item “O Trabalho Alienado”.

ROSSO, Sadi Dal. Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p.183-215, 1992. .

Bibliografia Complementar:

AMORIM, Henrique José Domiciano. A valorização do capital e o desenvolvimento das forças produtivas: uma discussão crítica sobre o trabalho imaterial. 2006. 216f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UNICAMP, 2006.

AUBERT, Nicole. A neurose profissional. In: CHANLAT, Jean-François (org.). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, v.2, p.163-193, 1994.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Reféns da produtividade: sobre produção do conhecimento, saúde dos professores e intensificação do trabalho na pós-graduação. Caxambu, MG: 30ª

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia; CODO, Wanderley. Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984

DEJOURS, Christophe. O trabalho como enigma. In: LANCMAN, S., SZNELWAR, L. (orgs.). Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. RJ: Editora Fiocruz, parte I, cap.3, p.127-140, 2004.

HELOANI, José Roberto. Saúde mental no trabalho: algumas reflexões. In: MENDES, Ana Magnólia (org.). Trabalho e saúde: o sujeito entre a emancipação e a servidão. Curitiba, PR: Juruá, cap.11, p.153- 183, 2008.

MARX, Karl. Teorias sobre trabalho produtivo e improdutivo. In: O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Teorias da mais-valia, cap.IV, p.132-287, Livro IV, v.1, 1980.

. Conceção apologética da produtividade de toda profissão. In: O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Teorias da mais-valia, p.382-383 (Digressão), Livro IV, v.1, 1980.

SAFFIOTI, Heleieth. Mulher, modo de produção e formação social. Contexto, São Paulo, n.4, p.45-57, nov. 1977.

SCHAFF, Adam. Marxismo e indivíduo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SÈVE, Lucien. A personalidade em gestação. In: SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernardo (org.). Elementos para uma teoria marxista da subjetividade. São Paulo: Vértice, cap.5, p.147-178, 1989.

SGUISSARDI, Valdemar, SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Trabalho intensificado nas federais: pós- graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, Eduardo Pinto e; CANGIANI, Marcia Fabbro; HELOANI, Roberto. O trabalho de enfermeiras e guardas municipais: identidade, poder e gênero. Interface, nov. 2009.

SILVA, Eduardo Pinto e; HELOANI, Roberto. Gestão educacional e trabalho docente: aspectos socioinstitucionais e psicossociais dos processos de saúde-doença. Campinas, Revista Histedbr On-line, n.33, p.207-227, mar. 2009.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Karl Marx e a subjetividade humana: balanço de contribuições e questões teóricas para debate. São Paulo, Hucitec, v.3, 2010.

VIEIRA, Mônica. Trabalho, qualificação e a construção social de identidades profissionais nas organizações públicas de saúde. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, Fiocruz, v.5, n.2, jul. 2007.

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Conceção de texto. Leitura crítica. Produção de texto: elemento de coesão e coerência e aspectos gramaticais

Objetivos: Compreender o texto como gênero do discurso. Diferenciar texto científico de texto de divulgação científica. Diferenciar Alfabetização científica de

Letramento científico. Produzir textos orais, escritos e multimodais: resumos, artigo científico, seminários. Revisar textos: coesão, coerência e aspectos gramaticais.

Bibliografia básica

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016.
FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. Para conhecer norma linguística. São Paulo: Contexto, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/125137>.
KOCH, Ingedore. O texto e a construção de sentido. São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2187>.

Bibliografia Complementar

BENVENISTE, E. Comunicação animal e linguagem humana. In: BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral I. Campinas: Pontes, 1991, pp. 60-67.
COSCARELLI, Carla; GOULART, Ana Elisa. Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/36662>.
FRADE, Isabel C. A. da Silva; COSTA VAL, Maria das Graças da; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (orgs.) Glossário Ceale. Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para Educadores. Belo Horizonte: Ceale/FAE-UFMG, 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/>
ROJO, Roxane Helena R.; MOURA, Eduardo. Letramentos, mídias, linguagens. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
TERRA, Ernani. Da leitura literária à produção de textos. São Paulo: Contexto, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158839>.

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa

Apresenta o quilombo como a principal forma de resistência ao sistema escravista, um espaço de afirmação da identidade negra e de preservação da cultura africana, contribuindo para a diversidade cultural e étnica do Brasil.

A reformulação do conceito de quilombo na Constituição Federal de 1988.

A luta pela concretização dos direitos territoriais reconhecidos na Constituição Federal. A luta pela Educação Escolar Quilombola normatizada na Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012 que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Objetivos

Compreender a História dos Quilombos no Brasil e a luta quilombola como resistência ao escravismo no Brasil; Analisar a atuação do Estado Brasileiro frente a questão quilombola; analisar a questão quilombola após a Constituição Federal de 1988; analisar a Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola (2012); discutir a Questão Racial no Brasil.

Bibliografia Básica:

ARRUTI, José Maurício. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. Revista Contemporânea de Educação. Vol. 12, n. 23, jan. /Mar de 2017, p. 107-142. DOI: <https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3454>

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). 2012B.

Coletivo de Educação da CONAQ. Apresentação. In: SILVA, Givânia Maria da; SILVA, Romero Antonio de Almeida; DEALDINA, Selma dos Santos; ROCHA, Vanessa Gonçalves da (org.). Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos. São Paulo: Jandaíra, 2021, p. 15-16.

Bibliografia Complementar:

BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flávia Magalhães (organizadoras). Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Educação quilombola. Salto para o futuro. MEC 2007

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Parecer CNE/CEB Nº: 16/2012. Relatora: Nilma Lino Gomes. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). 2012A.

BOTÃO, Renato Ubirajara dos Santos; NORTE, Silvane Aparecida da Silva Q.. A educação escolar quilombola no Estado de São Paulo: novas diretrizes. Comunicações, Piracicaba, Ano 21, n. 1, p. 153-166, jan.-jun. 2014

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. Revista Brasileira de Educação, 17(50), 369-383. 2012

MOURA, Camila Batista Gama; SOARES, David Gonçalves; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Educação Escolar Quilombola Em Debate. Cad. Pesquisa. São Paulo, v. 52, 2022.

MOURA, Gloria. Aprendizado nas comunidades quilombolas: currículo invisível. In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flávia Magalhães (organizadoras). Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 259-268.

MOURA, Gloria. Educação Quilombola. In: Salto para o Futuro – Educação Quilombola. Brasília: SEED/MEC, 2007

2ª ETAPA

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO II

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A disciplina tratará a história da educação brasileira considerando os seus períodos constitutivos desde a Colônia à contemporaneidade, as políticas que visaram a construção da escola em nossa sociedade, a construção do pensamento pedagógico e os movimentos sócio-culturais pela democratização da educação. Colocará em discussão os desafios da educação brasileira para o século XXI no tocante à democratização do acesso, à permanência na escola e à aprendizagem das crianças e jovens. Discutirá ainda os desafios que questões relativas a gênero, infância e profissão docente apresentam a educação na sociedade brasileira.

Objetivos: Fundamentar e conceituar os conhecimentos teóricos e críticos e as práticas pedagógicas produzidas nos processos históricos da educação brasileira;

Compreender os fundamentos históricos da educação brasileira; Analisar o processo de construção da escola nos diferentes contextos históricos vividos pela sociedade brasileira; Conhecer e analisar contextos e questões históricas que envolvam as exclusões sociais, étnico- raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras.

Bibliografia Básica:

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive, História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 10ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

Bibliografia Complementar:

ARCE, Alessandra. A pedagogia na "era das revoluções": uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas: Autores Associados, 2002

BUFFA, Ester. Contribuição da História para o enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos, pp. 13-19.

CARVALHO, José Murilo de. A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória. RJ: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

CARVALHO, José Murilo; "Tiradentes: um herói para a República". A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil. SP: Cia das Letras, 1990.

COSTA, Emilia Viotti da. Da monarquia à República: momentos decisivos. SP: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

DALAROSA, A.A.. Anotações à questão: para que estudar História da Educação In: LOMBARDI, José Claudinei.. (org). Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados, 1999, pp. 43-53.

DEL PRIORE, Mary L. M.. História das crianças no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 1991. FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. Editora Global, 49ª ed. São Paulo. 2004.

GHIRALDELLI, Paulo Junior. História da educação. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1994.

HOLANDA, Sérgio B.. Raízes do Brasil. SP: Cia. Das Letras, 1995.

LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação: fundamentos teórico- metodológicos. In:

LOPES, Eliane M.T. Perspectivas históricas da educação. São Paulo: Ática, 1986.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. SP-RJ: DIFEL, 1979.

MONARCHA, Carlos. *Brasil Arcaico Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*. 4 volumes. São Paulo, Cia. das Letras, 1997-1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos Ribeiro. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 16 ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. O debate teórico e metodológico no campo da História e sua importância para a pesquisa educacional In: SAVIANI, Dermeval., LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (orgs.). *História e História da Educação: O debate teórico-metodológico atual*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 1998, pp. 7-15.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. *O Legado Educacional do Século XIX*. Campinas: Autores Associados 2006.

SCHELBAUER, Anaete. R. e outros. *Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia*. Campinas SP: Autores Associados, 2006. pp.73-97

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

STADEN, Hans. *A VERDADEIRA HISTÓRIA DOS SELVAGENS, NUS E FEROCES DEVORADORES DE HOMENS... (1548-1555)*. RJ: Dantes, 1998.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena C.orgs). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, vol. I, II e III. Petrópolis: Vozes, 2004, 2005.

VIDAL, Diana. & HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Tópicos em história da educação*. São Paulo: EDUSP, 2001.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luísa Santos & NORONHA, Olinda Maria. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.

ZAMBONI, Ernesta et al. *Memórias e Histórias da Escola*. SP: Campinas: Ed. Mercado das Letras, 2008.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Concepção de homem omnilateral após o advento histórico do humanismo renascentista até os dias atuais. O processo histórico antinômico que gerou tanto a concepção de educação burguesa quanto a concepção de educação socialista.

Objetivos: Fundamentar e conceituar os conhecimentos teóricos e críticos da filosofia da educação e das práticas pedagógicas produzidas pela civilização ocidental; Estudar os fundamentos filosóficos da educação por meio das obras clássicas produzidas no âmbito da civilização ocidental do renascimento aos dias atuais; • Refletir sobre os fundamentos antropológicos, éticos, políticos, estéticos e gnosiológicos da cultura ocidental, como forma de subsidiar o debate sobre as questões culturais que envolvem a educação brasileira hoje.

Bibliografia Básica:

ADORNO, Theodor W. (1995). Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra. DEWEY, John (1978) "A criança e o programa escolar" In: Vida e educação, Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1978.

FREIRE, Paulo (1979) Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GRAMSCI, Antonio (2008). Cadernos do Cárcere. São Paulo: Martins Fontes.

KANT, Immanuel (2006). Sobre a pedagogia. Piracicaba: Editora da UNIMEP.

MESZAROS, Istvan (2008). Educação para além do Capital. São Paulo: Boitempo.

NIETZSCHE, F. (2003). Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino In: NIETZSCHE, F. Escritos sobre educação. São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Editora PUC-Rio, 2003,

POSTMAN, N. (1999). O Desaparecimento da Infância. Rio de Janeiro: Graphia.

SAVIANI, Dermeval (2005). Escola e Democracia. São Paulo: Autores Associados.

Bibliografia Complementar:

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: editora da UNESP, 1999.

DESCARTES, René (2005). Meditações Metafísicas. São Paulo: Martins Fontes.

HUME, David (1986). Tratado sobre a natureza humana. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

KANT, I (1999). Crítica da Razão Pura. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

MARTINS, M. F.; PEREIRA, A. dos Reis (2014). Filosofia e Educação: ensaio sobre autores clássicos. São Carlos: EDUFSCar.

SAVIANI, Dermeval (1983) "Tendências e Correntes da Educação Brasileira" In: MENDES, Durmeval T. (Coord.) - Filosofia da Educação Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

TORRES FILHO, Rubens, R. (1987) Ensaio de filosofia ilustrada, São Paulo: Brasiliense.:

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Contribuições da Psicologia para a Educação e compreensão contextualizada da educação e educação escolar. Concepções sobre aprendizagem e desenvolvimento nos processos educativos. Aspectos físicos, cognitivos, afetivos, relacionais, estéticos, culturais, lúdicos e artísticos do desenvolvimento humano. Dimensões psicossociais, intersubjetivas e histórico-culturais das dinâmicas pedagógicas. A ética nos usos da Psicologia na Educação.

Objetivos: Analisar as principais contribuições e transformações epistemológicas dos conhecimentos da Psicologia e de suas interfaces com a Educação; Problematizar as principais concepções de aprendizagem e desenvolvimento nos processos educativos com base em uma compreensão contextualizada da educação e da educação escolar; Analisar as dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas das dinâmicas pedagógicas; Discutir a questão da ética nos usos e abusos do discurso psicológico nas práticas educacionais.

BASTOS, Flávio Corrêa Pinto. O desejo de aprender: uma visão psicanalítica da educação. Trilhas, Belém, ano 4, n.1, p.95-104, jul. 2004.

BOCK, Ana M. B.; FURTADO, Odair & TEIXEIRA, Maria L.T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª. ed. São Paulo: Saraiva, cap.3, "O Behaviorismo, p.41-52, 2008.

COLE, Michael; COLE, Sheila R. O desenvolvimento da criança e do adolescente. Porto Alegre, RS: Artmed, cap.1 "Estudo do desenvolvimento humano", p.23-66, 2003.

DANTAS, Heloysa. Do ato motor ao ato mental: a gênese da inteligência segundo Wallon. In: LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, Martha Kohl de; DANTAS, H. (orgs.). Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, Parte I (Fatores biológicos e sociais), cap.3, p.35-46, 1992.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, "A sexualidade infantil" (p.162-194), 1985.

JUNQUEIRA, Patricia (org.). Henri Wallon. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, cap.2 (Wallon e a psicogênese da pessoa na educação brasileira), p.31-42, 2010.

LIMA, Maira Sampaio Alencar Lima; LIMA, Maria Celina Peixoto. As contribuições de Freud para o debate sobre educação e inibição intelectual. Colóquio Lepsí IP-FE/ USP, ano 8, p.1-8, 2001. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032010000100003&script=sci_arttext. Acesso em 12 março de 2014.

PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, "Linguagem e pensamento do ponto de vista genético" (p.77-85); "O papel da noção de equilíbrio na explicação psicológica" (p.87-98), 2006.

SISTO, Fermio F. O desenvolvimento cognitivo da criança na teoria de Piaget. In: SISTO, Fermio F. et. al. (orgs.). Leituras de Psicologia para a formação de professores. Vozes, cap.7, p.70-84, 2000.

SKINNER, B. F. Sobre o behaviorismo. São Paulo: Cultrix, "O comportamento inato" (p.33-42); "O comportamento operante" (p.43-63), 1982.

VIGOTSKI, Lev S.; LURIA, Alexander R.; LEONTIEV, Aléxis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 10. ed. São Paulo: Ícone, cap.6, "Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar", p.103-117, 2006.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Ana Rita Silva. A afetividade no desenvolvimento da criança: contribuições de Henri Wallon. Inter-Ação: Rev. Fac. Educ, UFG, 33(2), p.343-357, jul. dez. 2008.

ALMEIDA, S. F. C. O lugar da afetividade e do desejo na relação ensinar-aprender. Temas em Psicologia, n.1, p.31-44, 1993.

BASTOS, Ivanilda Maria e Silva; PEREIRA, Sonia Regina. A contribuição de Vygotsky e Wallon na compreensão do desenvolvimento infantil. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, v.4, n.1, p.1-22, 2003.

BRENELLI, Rosely P. Piaget e a afetividade. In: SISTO, Fermio F. et. al. (orgs.). Leituras de Psicologia para a formação de professores. Vozes, cap.7, p.105-116, 2000.

CUNHA, Marcus Vinícius da. Freud: Psicanálise e Educação. Texto da Disciplina "Psicologia da Educação", Módulo "Educação, Cultura e Desenvolvimento", UNESP - UNIVESP, p.1-21, 2012. Disponível em:

<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/140/3/01d08t01.pdf>.

Acesso em 12 março de 2014.

DE LA TAILLE, Yves. Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na obra de Jean Piaget. In: Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, p.47-73, 1992.

KUPFER, Maria Cristina. (1989). Freud e a Educação: o mestre do impossível. São Paulo, SP: Scipione. LAJONQUIÈRE, Leandro de. Sigmund Freud: para uma educação além da pedagogia. Educação Temática Digital, Campinas, v.8, n.especial, p.1-19, dez 2006.

. De Piaget a Freud: para repensar as aprendizagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. LEONTIEV, Aléxis. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Editora Moraes, cap.6, "O desenvolvimento do psiquismo na criança", p.303-333, 1987.

PATTO, Maria H. de S. Introdução à psicologia escolar. 3.ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. PIAGET, Jean. Psicologia e pedagogia. RJ: Forense. 1985.

. Epistemologia genética. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

QUEIROZ, Sávio Silveira de; DIAS, Letícia Pires; Chagas, Josana Deriz; NEPOMOCENO, Patrícia dos Santos. Erros e equilíbrio em psicologia genética. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v.15, n.2, p.263-271, jul. dez. 2011.

RAPPAPORT, Clara R.; FIORI, Wagner R. & DAVIES, Cláudia. Psicologia do Desenvolvimento. São Paulo: EPU, v.1, 1982.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 10ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais, São Paulo, PUC, p.59-79, 1997.

VIGOTSKI, Lev. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ALFABETIZAÇÃO I

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: O eixo condutor da disciplina é a articulação entre os aspectos históricos, sociais, econômicos, linguísticos e psicológicos da linguagem e as práticas de letramento e alfabetização, tanto do/a professor/a quanto dos/as estudantes das turmas de alfabetização.

Objetivos:

Compreender o processo de apropriação da leitura e da escrita do/a educando/a e do/a professor/a, por meio da articulação de aspectos históricos, sociais, linguísticos e psicológicos, a fim de desenvolver metodologias e práticas pedagógicas pertinentes.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, M. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MONTEIRO, M. I. Alfabetização e letramento na fase inicial da escolarização. São Carlos: EdUfscar, 2010.

SOARES, M. B. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, 25, jan/fev/mar 2004, p.1-17.

Bibliografia Complementar:

BAGNO, M. A língua de Eulália: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1985.
FREIRE, P. Educação e conscientização. In . Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1988

POLÍTICA EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Políticas públicas, políticas públicas sociais e políticas educacionais. A educação no contexto da organização política e econômica brasileira. O direito à educação e a legislação educacional. Organização dos sistemas de ensino: níveis, etapas e modalidades. Gestão, financiamento, avaliação, currículo, profissionais da educação e diversidade na legislação e na política educacional brasileira. Perspectivas das atuais políticas públicas voltadas para a educação.

Objetivos: Analisar a atual política educacional, as legislações sobre o tema e a organização do ensino no Brasil, tendo como ponto de partida o contexto das relações entre Estado, Política e Sociedade; Compreender a política educacional no âmbito das políticas públicas sociais; Contextualizar histórica, econômica e politicamente a organização da educação brasileira e o direito à educação; Conhecer e analisar a legislação brasileira sobre educação; Conhecer e analisar as principais tendências atuais de política educacional brasileira.

Bibliografia Básica:

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. Educ. Pesq., Jun 2002, v.28, n.1, p.77-89. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-97022002000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 04 fev 2016.
ARELARO, L. R.G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política?. Educ. Soc., Out 2007, v.28, n.100, p.899-919. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1328100.pdf>>. Acesso em 04 fev 2016.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 04 fev 2016.
BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 04 de fevereiro de 2016.
BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> . Acesso em 04 fev 2016.
CARINHATO, P. H. S.. Neoliberalismo, Reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. Aurora, v. 03, p. 37-46, 2008. Disponível em

<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_misclanea_01.pdf>. Acesso 04 fev 2016.

DAGNINO, E. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”. En Daniel Mato (coord.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110. Disponível em: <

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>>.

Acesso em 04 fev 2016.

DAVI, J.; PATRIOTA, L. M. ; SILVA, S. S. S. Políticas sociais no contexto neoliberal: focalização e desmonte dos direitos. Qualit@s (UEPB), Paraíba, v. 05, n. 03, p. 01-14, 2006. Disponível em:

<<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/64/56>>. Acesso em 04 fev 2016. FREITAS, L C de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação.

Educ. Soc., Campinas (SP), v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.- jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>>. Acesso em 04 fev 2016.

MENEZES, R M. Processo de gasto e descentralização na política educacional brasileira. Em Aberto, Brasília (DF), v. 18, n. 74, p. 58-71, dez. 2001. Disponível em:

<<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1128/1027>>. Acesso em 04 fev 2016. SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. pp. 223-231.

Bibliografia Complementar:

ARELARO, L. R. G. Direitos sociais e política educacional: alguns ainda são mais iguais que outros. In: SILVA, S, VIZIM, M. (orgs.) Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas: mercado de letras, 2003.

DELORS, Jacques. Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília DF: MEC: UNESCO, 2000.

FERRETTI, C J. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?. Educ. Soc. 2002, v. 23, n. 81, pp. 299-306.

NOGUEIRA, M A. Em defesa da política. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M.C. M.; EVANGELISTA, O. Política educacional. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. pp. 53-86.

ASPECTOS HISTÓRICOS DOS QUILOMBOS

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa

A formação dos quilombos nas lutas históricas dos negros escravos, como resistência contra o escravismo e as condições em que viviam. Os quilombos como um espaço de afirmação da identidade negra e de preservação da cultura africana, contribuindo para a diversidade cultural e étnica do Brasil.

Objetivos

Possibilitar aos estudantes a compreensão do processo histórico de constituição dos quilombos e como estes se mantiveram na luta por reconhecimentos de seus direitos por quase cinco séculos. Busca compreender, também, as influências culturais das atividades dos quilombolas.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Edson. O Quilombo dos Palmares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Caro Enigma, 2015.

MOURA, Clovis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Tânia (org.). Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas. São Paulo: IMESP, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Estórias Quilombolas / organizadora do Projeto Histórias Quilombolas: Glória Moura; pesquisadores: Juliane Mota e Paulo Dias. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negras. 2005.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Educação Escolar Quilombola. Resolução no 08/2012 do Conselho Nacional de Educação: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Cartilha. Equipe. CABRAL LIBÓRIO, Andréia Regina Silva et al. 2018. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/39/quilombola_cartilha.pdf>. Acesso em 28/11/2023.

FIABANI, A. Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FREITAS, Décio. Insurreições Escravas. Porto Alegre, Movimento, 1976.

FREITAS, Décio. Palmares: A Guerra dos Escravos. Porto Alegre, Editora Graal, 1983.

FUNARI, Pedro Paulo e CARVALHO, Aline Viera de. Palmares, ontem e hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Quilombos ainda existem no Brasil. Fundação Cultural Palmares (FCP), 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. A Hidra e os Pântanos: Mocambos, Quilombos e Comunidades de Fugitivos no Brasil (séculos 17-19). Rio de Janeiro: Polis, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Revista Etnográfica, Portugal, v. IV, n. 2, 2000. p. 333-345

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades Insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. Alfredo Wagner Berno de Almeida (orgs.) [et al]. Manaus: Editora UEA, 2010.

MESQUITA, Cláudia. Morte e vida quilombola. Revista Palavra, maio, 2000.

MOURA, Clóvis. África & Brasil. In: Revista Palmares. Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura. Brasília, DF, n. 5, p. 9-15, 2000.

MOURA, Clovis. História do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1989.

MOURA, Clovis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, Clovis. Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil. Maceio: Edfal, 2001.

MOURA, Clovis. Quilombos: resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MOURA, Clovis. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi. 6ª edição, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Origem e Histórico do Quilombo na África. Revista USP, São Paulo, 1996.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006

NASCIMENTO, Abdias. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Revista Afrodíaspóra, v. 3, n. 6 e 7

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. TOMO São Cristóvão - SE, nº 11 jul./dez. 2007.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1996

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835. Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

3ª ETAPA

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A sociologia educacional como campo de estudo. Conceitos fundamentais de sociologia e sua relação com a educação: relações sociais, processo de socialização, sociedade e cultura; processo civilizatório, comunidade e sociedade. Status social, controle social e dominação. Relações de gênero, multiculturalismo e relações de classes. Concepções teóricas relativas à educação presentes nos diferentes discursos sociológicos: de autores clássicos -Marx, Durkheim e Weber - e de autores e correntes de pensamento contemporâneos.

Objetivos: Estudar os fundamentos sociológicos da educação; Compreender os conceitos básicos da sociologia e de seus principais teórico; Entender o papel das relações socioculturais no processo educativo.

Bibliografia Básica:

MARX, Karl e ENGELS, Freidrich. Manifesto do Partido Comunista. In: Karl Marx e Freidrich Engels: Obras Escolhidas. v.1. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

RODRIGUES, Alberto T. Sociologia da Educação. 5 ed., Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2004. TURA, M. L. R. (Org.). Sociologia para educadores. Rio de Janeiro, RJ: Quartet, 2002.

Bibliografia Complementar:

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997. DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. SP: Melhoramentos, 1973.

GOMES, C. A. A educação em perspectiva sociológica. SP: EDU, 1994. KRUPPA, S.M.P. Sociologia da Educação. SP: Cortez, 1994.

MANACORDA, Mario A. Escola e sociedade: o conteúdo do ensino. Marx e a Pedagogia moderna. Trad. Newton Ramos-de-Oliveira. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991.

TURNER, J. H. Sociologia: conceitos e aplicações. Trad. Márcia Marques Gomes Navas. São Paulo: Makron Books, 1999.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Processos de subjetivação do sujeito educacional contemporâneo. Alteridade e educação. Dinâmicas pedagógicas e compreensão contextualizada da instituição escolar. Dimensões sócio-institucionais e psicodinâmicas dos processos relacionais, interativos e intersubjetivos. Os processos grupais nas práticas educativas.

Objetivos: Analisar os processos de subjetivação do sujeito educacional contemporâneo em uma perspectiva histórica, social e cultural. Problematizar as relações com o outro no campo educacional. Compreender as dinâmicas pedagógicas com base na contextualização da instituição escolar e das dimensões sócio-institucionais e psicodinâmicas dos processos relacionais, interativos e intersubjetivos. Abordar os processos grupais e as relações de poder nas práticas educativas.

Bibliografia Básica:

- BLEGER, José. Temas de Psicologia: entrevista e grupos. SP: Martins Fontes, cap.4. (Grupos operativos no ensino), 1980.
- CAPITÃO, Claudio Garcia; HELOANI, José Roberto. A identidade como grupo, grupo como identidade. Aletheia, n.26, p.50-61, jul./dez. 2007.
- FERRY, Gilles. A prática do trabalho em grupo. Porto Alegre: RS: Editora Globo, cap.8 (O professor desmascarado), p.195-233, 1974.
- FREUD, Sigmund (1921). Psicologia de massas e análise do ego. RJ: Imago, v.XVIII, p.91-167, 1985 (Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud).
- MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Processo grupal e a questão do poder em Martin-Baró. São Paulo, Psicologia e Sociedade, v.15, n.1, p.201-217, jan./jun. 2003.
- OSORIO, Luis Carlos (2003). Psicologia Grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era. Porto Alegre: Artmed, cap.3 (O que é, afinal, um grupo?, p.57-58), cap.4 (Os fenômenos do campo grupal, p.59-63), cap.6 (Processos obstrutivos nos grupos, nas instituições e nos sistemas humanos em geral, p.71-81).
- SILVA Jr. João dos Reis, FERRETTI, Celso J. O institucional, a organização e a cultura da escola. SP: Xamã, cap.2, p.49-81, 2004.
- WREGGE, N. S. A orientação educacional no ensino paulista: da (re)visão de uma experiência vivida às propostas para uma nova praxeologia em educação. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Tese de Doutorado, parte IV, cap.6 (O orientação Educacional e a questão do coletivo), p.220-232, 1997.

Bibliografia Complementar:

- ENRIQUEZ, Eugéne. Da horda ao Estado: a Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- GALLO, Silvio. Os limites de uma educação auto-gestionária: a experiência da Pedagogia Institucional. São Paulo, Campinas, Pro-posições, v.8, n.2, p.58-71, mar. 1999.
- LAPASSADE, G. Grupos, organizações e instituições. RJ: Francisco Alves. 1983.
- NASCIUTTI, Jacyara C. Rochael. A instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS (2001), R.H.F. (Org.). Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. 6a. ed. RJ, Petrópolis, Vozes, cap.6, p.100-126, 2001.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. O Processo grupal. SP: Martins Fontes, cap.13 (Técnica dos grupos operativos, p.87-98), 1991.
- TRATENBERG, Maurício. A contribuição de Freud para o esclarecimento do fenômeno político. Pró- posições, v.16, n.2, v.47, p.243-250, maio./ago., 2005.
- TRATENBERG, Maurício. Relações de poder nas escolas. Educação e Sociedade, ano VII, n.20, p.4045, jan./abr., 1985.

ALFABETIZAÇÃO II

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A disciplina visa aprofundar a discussão sobre os processos de alfabetização no ensino fundamental.

Objetivos: Levar o aluno a compreender os processos de alfabetização no ensino fundamental.

Bibliografia Básica:

REYES, R. C.; MONTEIRO, M. H. (Orgs.) Um olhar crítico-reflexivo diante da realidade educacional. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2010.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALZA, Miguel A. Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.13-30.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, M. Guia Prático do Alfabetizador. São Paulo: Ática, 2010.

MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? 12.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PATTO, Maria Helena S. A produção do fracasso escolar. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2008. REALI, A. M. de M. R.; REYES, C R. Reflexões sobre o fazer docente. São Carlos: EdUFSCar, 2009. MONTEIRO, M. I. Práticas alfabetizadoras: contradições produzindo sucesso e fracasso escolar. Araraquara: Junqueira e Marin, 2002.

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A disciplina visa introduzir o educando na discussão sobre as propostas educacionais defendidas pelos movimentos sociais e sindicais e suas lutas em defesa de uma educação pública, laica e gratuita, que sirvam aos interesses dos movimentos populares. Serão utilizados textos que discutam: a luta dos movimentos sindicais por educação; a defesa de uma escola unitária; a educação escolar quilombola.

Objetivo: Introduzir os educandos no debate sobre a educação praticada no interior dos movimentos sociais e sindicais bem como refletir sobre suas lutas em defesa da educação pública.

Bibliografia Básica:

ARROYO, M. G. CALDART, R.S. MOLINA, M. C. Por uma educação do campo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BEER, Max. História do socialismo de das lutas sociais. São Paulo, expressão popular, 2006. MARX, K. A assim Chamada acumulação Primitiva de Capital, O capital, livro I vol. II Cap. XXIV.

Bibliografia Complementar:

BENJAMIN, et. al. César. A Opção Brasileira, Rio de Janeiro, contraponto, 1998.

BEZERRA NETO, Luiz. O Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e seu projeto educativo. In: BITTAR, M. LOPES. R.E. Estudos em fundamentos da educação. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.

BEZERRA NETO, Luiz. A Educação Rural no contexto das lutas do MST. In: ALVES Gilberto Luis (org), Educação no Campo: recortes no tempo e no espaço, Campinas, autores associados, 2009; CRUZ, Armando. Sem -Escola, Sem-Terra. Pelotas, UFPel, 1996;

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. São Paulo, Cortez, 1994.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Discute a produção do conhecimento na área da Educação Escolar Quilombola por meio de levantamentos de pesquisa na área. Articula atividades de prática de ensino relacionadas ao trabalho do tempo comunidade

Objetivos: Levar o educando a se preparar para o processo de pesquisa e do TCC.

Bibliografia básica

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20ª ed. revista e ampliada. São Paulo, Cortez, 1996.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, Atlas, 1997.

GROPPO, Luis Antonio e MARTINS, Marcos Francisco. 2ª edição. Introdução à pesquisa em Educação. Piracicaba-SP, Biscalchin Editor, 2007.

Bibliografia complementar

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa. nº 113, p. 51-64, julho 2001.

ANDRÉ, M. Pesquisa. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001.

BARBIER, R. A pesquisa-ação. Brasília: Editora Plano, 2002.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa em ciências humanas e sociais. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FAZENDA, I. A. C. (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GAMBOA, S. S. Pesquisa educacional: quantidade e qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.

GAMBOA, S. S. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 4ª edição revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Marcos Francisco e VARANI, Adriana. Professor e pesquisador: considerações sobre a problemática relação entre ensino e pesquisa. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 12,

n. 37 p.647-680, set./dez. 2012.

SEVERINO, A. J. e FAZENDA, I. Conhecimento, pesquisa e educação. Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera MUszkat Menezes. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3ª ed. revisada e atualizada. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (DEd)

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Estudos sobre a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira. História e geografia da África. História do negro no Brasil. Cultura africana e Afro-brasileira. Escola e relações étnico-raciais. Reflexão sobre raça, etnia, racismo, discriminação, preconceito, etnocentrismo. Ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial na educação brasileira. Políticas de ações afirmativas na educação. A Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos. Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.

Objetivos: Refletir sobre o acesso aos conhecimentos a respeito da questão racial na sociedade brasileira e a relação com os processos educativos. • Discutir sobre a construção de projetos educativos na perspectiva da diversidade étnico-racial no Brasil. • Propiciar o conhecimento de propostas de educação das relações étnico-raciais que visam a eliminação da discriminação racial, do preconceito racial e do

racismo, de acordo com a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). • Analisar as políticas de ações afirmativas na educação e as ações educativas de combate ao racismo, às discriminações raciais e aos preconceitos raciais.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, W. R. & FRAGA FILHO, W. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fund. Cultural Palmares, 2006.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto (Coord.). Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, 2005.

MUNANGA, Kabengele . (org.) Superando o Racismo na escola. 2ª ed. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza (Coord.). O negro na universidade: o direito a inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PAHIM PINTO R.. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade. São Paulo. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1993

SOUZA, Ana Lúcia Silva [et al...]. De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2005.

4ª etapa

AGROECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO.

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: os conceitos básicos da Agroecologia e as suas interfaces com a Educação: Fundamentos Agroecologia. Compreensão da dinâmica da Agricultura tradicional. Educação agroecológica. Conhecimentos agroecológicos.

Objetivo: Estudar a relação entre agroecologia, meio ambiente e educação. - Desenvolver com os alunos conhecimentos em torno da agroecologia, do meio ambiente e das práticas agrícolas adequadas ao campo.

Bibliografia básica

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba, Editora Agropecuária, 2002.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005.

MACHADO, L.C.P. Pastoreio Racional Vision -Tecnologia Agroecológica Para o 3º Milênio. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIMAVESI, A. Manejo ecológico de solos: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1989.

Bibliografia complementar

AQUINO, A. M. & ASSIS, R. L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. (Editores Técnicos). Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

EHLERS, E. Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo, Livros da Terra, 1996.

MACHADO, L.C.P. Dialética da Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WAKES-BAYER, A. Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Trad. J. C. Comemore. Rio de Janeiro, AS-PTA, 1994.

SOSA, B.M.; LOZANO, D.A.R. Revolução Agroecológica – O Movimento Camponês a Camponês da ANAP em Cuba. São Paulo, Editora Outras expressões, 2012

DIDÁTICA

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: estuda os fundamentos filosóficos e sociológicos da didática. Estuda as principais matrizes teóricas do pensamento pedagógico contemporâneo e de suas relações com os processos de ensino e aprendizagem. Elabora propostas de planejamento de ensino.

Objetivos: Levar o educando a compreender a importância da didática nas práticas de ensino.

Bibliografia Básica:

ALVES, L.A.M. República e Educação: Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação. Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA - Porto, III Série, vol. 11, - 2010, pp. 165-180

BRANCO, M.L. - O sentido da educação democrática: revisitando o conceito de experiência educativa em John Dewey. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.2, p. 599-610, maio/ago. 2010 (online).

CAMPOS; SHIROMA. O resgate da Escola Nova pelas reformas educacionais contemporâneas. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 80, n. 196, p. 483-493, set./dez. 1999.

CASTRO, Amélia Domingues de. A trajetória histórica da didática. in Cadernos Idéias, nº 11. A didática e a escola de 1º grau. FDE/CENP, 1992. (online).

Bibliografia Complementar:

COMÊNIO, João Amós. Didática Magna – Tratado da Arte Universal de Ensinar tudo a todos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

DAVID, H. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. Revista Brasileira de História da Educação, no. 1, p. 45-73, jan/jun 2001.

DEWEY, John. Democracia e Educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DEWEY, John. La ciência de la educación. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1964. FERRER Y GUARDIA. La Escuela Moderna. Madrid: Morata, 1998.

DURÃES, S.J.A. Aprendendo a ser professor(a) no século XIX: algumas influências de Pestalozzi, Froebel e Herbart. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37,n.3, p. 465 - 480, set./dez. 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2007

HERBART, Johan Friedrich. *Pedagogia Geral*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

MIZUKAMI, Maria da Graça. *Ensino: as abordagens do processo*. SP: EPU, 1986.

MORAES, M.C.M. "A teoria tem consequências": indagações sobre o conhecimento no campo da educação. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 107, p. 585-607, maio/ago. 2009

PAIVA, W. A formação do homem no Emílio de Rousseau. In. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.2, p. 323-333, maio/ago. 2007. (online)

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou Da educação*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SACRISTÀN, J. Gimeno; PÉREZ GOMES, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000. Capítulo 2.

SACRISTÀN, J. Gimeno; PÉREZ GOMES, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SANTIAGO, R. A história da educação do negro no Brasil: interdição institucional à escolarização pelo poder e seus reflexos no século XXI. *Revista da ABPN* • v. 5, n. 10 • mar.-jun. 2013 • p. 196-203

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. SP: Cortez e Associados, 1984.

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: TEORIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Estudo das dimensões teóricas e práticas da pedagogia histórico-crítica visando assegurar a compreensão da articulação dialética da teoria pedagógica com a prática docente no desenvolvimento da atividade educacional.

Objetivos: Caracterizar o significado da pedagogia histórico-crítica como uma concepção contra-hegemônica de educação; -Compreender os fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e pedagógico-didáticos da pedagogia histórico-crítica; -Estudo das iniciativas de implementação da Pedagogia Histórico-Crítica em redes municipais de educação, buscando entender suas possibilidades e limites; - Examinar e avaliar a contribuição da pedagogia histórico-crítica na melhoria da qualidade da educação, buscando estudá-la comparativamente às pedagogias hegemônicas; -Examinar e avaliar a contribuição da pedagogia histórico-crítica para a articulação dialética das dimensões teóricas e práticas nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Bibliografia básica:

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*, 41ª ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*, 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

MARSIGLIA, Ana Carolina G. *Pedagogia Histórico-Crítica: 30 anos*. Campinas, Autores Associados, 2011.

Bibliografia complementar:

LAVOURA, T. N.; MARSIGLIA, A. C. G. A pedagogia histórico-crítica e a defesa da transmissão do saber elaborado: apontamentos acerca do método pedagógico. *Perspectiva (UFSC)*, v. 33, p. 345-376, 2015.

LAVOURA, Tiago Nicola; MARTINS, Lígia Márcia. A dialética do ensino e da aprendizagem na atividade pedagógica histórico-crítica. *Interface (Botucatu)* [online]. vol.21, n.62, pp.531-541, 2017.

LAVOURA, Tiago, Nicola; MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. A pedagogia histórico-crítica e a defesa da transmissão do saber elaborado: apontamentos acerca do método pedagógico. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 33, n. 1, 345-376, jan./abr. 2015.

MALANCHEN, J.; MATOS, N. da S. D.; PAGNONCELLI, C. A pedagogia histórico-crítica na trajetória histórica e nos fundamentos teóricos do currículo para a rede pública municipal de ensino de Cascavel/PR. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 12, n. 46, p. 190-204, 2012, p. 190-204.

MARSIGLIA, A. C. G. "Relações entre o desenvolvimento infantil e o planejamento de ensino". In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Org.). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 99-119. Disponível em: http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=113

SAVIANI, D. "Contextualização histórica e teórica da pedagogia histórico-crítica". In: D. SAVIANI. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*, 11ª ed., Campinas, Autores Associados, 2012, p. 111-125.

SAVIANI, D. Antecedentes, origem e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica. In: A. C. G. MARSIGLIA (Org.). *Pedagogia Histórico-Crítica: 30 anos*, Campinas: Autores Associados, 2011, p. 197-225.

SAVIANI, D. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. In: *Interface (Botucatu)* vol.21 no.62 Botucatu jul./set. 2017. Link: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000300711&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

SAVIANI, D.; MARSIGLIA, A. C. G. Prática pedagógica alfabetizadora à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. *Psicologia em Estudo (ONLINE)*, v. 22, p. 3-13, 2017. <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/31815/pdf>

RELAÇÕES SOCIAIS E PROCESSO EDUCACIONAL

Número de créditos: 04 – Carga horária: 60h (teóricas).

Ementa:

A educação como prática social. Relações de macro e micro poderes no processo educacional. A escola como grupo social. Educação e transformação social. Educação e reprodução social. Relações sociais e ação pedagógica. Movimentos sociais, ações coletivas e educação popular. Conflitos, marginalidade, desenvolvimento social e educação. Multiculturalismo e educação. Relações de classe, gênero e raça. Justiça e igualdade social.

Objetivos: Possibilitar a compreensão do papel da sociologia da educação na ação educacional; Contribuir para o entendimento de princípios de justiça social e respeito à diversidade; Compreender o papel da educação na transformação da sociedade com base no estudo das diferentes correntes de pensamento da sociologia educacional.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. O Diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Pierre Bourdieu: escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 127-144.

FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. A educação e a mudança social. In: Educar em tempos incertos. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.13-25. (Biblioteca Artmed. Educação, Teoria e Crítica)

GENTILI, Pablo. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10 ed. DP&A editora. 2005.

RITZER, George. Teoria sociológica contemporânea. Tradução de Maria Teresa Casado Rodriguez. México: MacGraw-Hill, 1992. Disponível em: [http://www.trabajosocial.unlp.edu.ar/uploads/docs/teoria_sociologica_contemporanea_ritzer_georg_e.com\).pdf](http://www.trabajosocial.unlp.edu.ar/uploads/docs/teoria_sociologica_contemporanea_ritzer_georg_e.com).pdf)

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156p.

TAVARES, Sidnei Ferreira de. Reprodução social e resistência política na escola capitalista: um retorno às teorias reprodutivistas. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.20, n2, p.309-326, jul./dez.2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1642/2250>

Bibliografia Complementar:

CATANI, Afrânio M.; CATANI, Denice B.; PEREIRA, Gilson R. de M. Pierre Bourdieu: As leituras de sua obra no campo educacional brasileiro. In: TURA, Maria de Lourdes R. (Org.). Sociologia para educadores. Rio de Janeiro, RJ: Quartet, 2002. p. 127-160.

ESTEVES, António J.; STOER Stephen (Org.). A Sociologia na escola. Porto, Afrontamento, 1992. MORROW, Raymond A. e TORRES, Carlos A. Educação e reprodução de classe, gênero e raça: respondendo ao desafio pós-moderno. In: TORRES, Carlos Alberto (Org.). Teoria Crítica e Sociologia política da educação. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003, p. 33-62.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Movimentos sociais e educação. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999. 117 p. (Questões da Nossa Época; v.5).

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Microfísica da violência, uma questão social mundial. Ciência e Cultura, São Paulo, v.54, n. 1, p. 22-24, 2002. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000100017&script=sci_arttext

TORRES, Carlos Alberto e MITCHELL, Theodore R. Perspectivas emergentes e novos pontos de partida. In: TORRES, Carlos Alberto (Org.). Teoria Crítica e Sociologia política da educação. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003, p. 13-31.

TURNER, J. H. Desordem, desvio e divergência. In: Sociologia: conceitos e aplicações. Trad. Márcia Marques Gomes Navas. São Paulo: Makron Books, 1999. p.179-195.

WEBER, Max. Os letrados chineses. In: Ensaios de Sociologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 471-500.

TRABALHO PEDAGÓGICO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Número de créditos: 04 – Carga horária: 60 h (teóricas).

Requisito: não tem

Ementa:

Os conhecimentos contemplados na disciplina referem-se à interface entre o saber pedagógico e o conteúdo específico e têm como objetivo levar os estudantes e as estudantes a analisar e refletir a respeito de questões de ensino e de aprendizagem relacionadas à docência nos anos iniciais do ensino fundamental de 9 anos de duração. Serão abordados e discutidos aspectos referentes aos desafios para o ensino, o aluno, enfatizando suas marcas de diversidade (cultural, de classe social, étnico/racial, de religião, de gênero) e seus conhecimentos escolares e não escolares, como também a construção da identidade docente para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental de 9 anos. Contempla estudos e atividades práticas sobre as relações entre escola, o currículo e os conhecimentos específicos, a fim de preparar os estudantes e as estudantes para o ingresso nas práticas de ensino e nos estágios supervisionados.

Objetivos:

A disciplina tem por finalidade possibilitar aos futuros pedagogos e pedagogas a compreensão dos processos de ensino e de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental de 9 anos de duração, de modo a favorecer a análise da especificidade da ação docente junto a esse nível de ensino. Favorecer a compreensão da relevância desse trabalho no mundo contemporâneo, privilegiando os diferentes conteúdos e formas de abordá-los de modo que contemplem as marcas da diversidade dos grupos de crianças e jovens, que favoreçam o trabalho coletivo de professores/as e crianças com os diferentes conhecimentos, no espaço escolar e na sociedade; Articular atividades de análise de currículos, de materiais didáticos, orientar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de aulas, bem como de elaboração de material pedagógico adequado para o ensino e a aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ensino Fundamental de 9 anos: orientações gerais. Brasília: MEC/SEB, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>

GIMENO SACRISTAN, G.; GOMEZ, A. L. P. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALZA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar:

ARELARO, L.R.G.; JACOMINI, M.A.; KEIN, S.B. O ensino fundamental de 9 anos e o direito à educação. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.37, n.1, 220p. 35-51, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a03.pdf>

BRASIL. Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>

BRASIL. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2. ed. Brasília:ME, 2007.

VEIGA, I. P. A. Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papyrus, 2006. KISHIMOTO, T.M. Jogo e letramento: crianças de 6 anos no ensino fundamental. Educação e Pesquisa. Vol.37, no.1, São Paulo, jan./abr.2011.

LEGISLAÇÃO, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Ementa

A educação escolar, a Lei 10.639/03, o Parecer CNE/CEB de 2012, a Resolução CNE/CEB de 08/2012, os processos de descolonização dos currículos na escola brasileira.

Objetivos

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 nov. 2012.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Revista Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr, 2012.

Disponível

em:

http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20currículo.pdf. Acesso em: 28/11/2023

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: Castro, E.; Hebete, J. (Orgs.). Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia. Cadernos NAEA, Belém: UFPA, n. 10, p. 163-196, 1989

ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARRUTI, José Maurício. Notas sobre as Iniciativas Federais em Educação no Contexto das Políticas Públicas para Quilombos In: Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. – Curitiba: SEED –2010.

BRASIL. CNE/CEB Resolução nº 1 DE 17 DE MARÇO DE 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). Documento final. Brasília: MEC, SEA, 2010.

DEALDINA, Selma dos Santos. (Org.). Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

GOMES, Nilma Lino. (Org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007,

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio/ago. 2012.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Alienígenas na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-189.

5ª ETAPA

TRABALHO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa:

Esta disciplina propõe a inserção do futuro pedagogo aos processos históricos, sociológicos e culturais que constituíram a ideia de criança e de infância. Propõe olhar para estas noções conceituais a partir de suas dimensões étnicas, raciais, geracionais e de gênero. Analisa a forma pela qual se configurou diferentes formas de atendimento à criança pequena até a consolidação da educação infantil como direito da criança pequena.

Objetivos: Descrever e analisar as ideias de criança e de infância à luz de diferentes abordagens teórico- metodológicas no contexto das relações étnicas, raciais, geracionais e de gênero; Analisar a história do atendimento às crianças pequenas em diferentes instituições sob o prisma histórico, sociológico e cultural no contexto da constituição da educação como direito da criança de 0 a 6 anos de idade; Possibilitar que o futuro pedagogo e professor de crianças pequenas possam compreender e analisar em seus contextos profissionais a criança e a infância a partir de suas dimensões étnicas, raciais, geracionais e de gênero. Compreender os conceitos de Criança e de infância a partir de suas dimensões étnicas, raciais, geracionais e de gênero; Compreender a construção social da mulher na sociedade e sua relação de complementariedade com a criança e com a ideia de infância.

Bibliografia Básica:

ARIËS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

BADINTER, Elisabeth. O amor conquistado. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 5ª. Ed

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 2ª. Ed

Bibliografia Complementar:

KUHLMANN JR. Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KISHIMOTO, Tizulo. A pré-escola na república. Campinas. Pro-posições. V. 1. N.3. 1990. SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. As crianças e a infância: Contextos e Identidades. Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997.

KORCZAK, Janusz. Quando eu voltar a ser criança. São Paulo: Summus, 1981.

ABRAMOWICZ, Anete e SILVÉRIO, Valter Roberto et alli (orgs.) Trabalhando a diferença na educação infantil. SP: Moderna, 2006

PRÁTICA SUPERVISIONADA EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 30h (teóricas) + 30h (prática).

Ementa:

O eixo condutor da disciplina metodologia do trabalho docente na educação infantil é a articulação entre os aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, étnico-raciais e de gênero produtores da ideia de infância e as práticas de apropriação pela criança pequena do mundo em que vive. O trabalho docente considera: História do atendimento à criança, da infância e da educação infantil no contexto da diversidade cultural social, religiosa e de gênero; A infância como

experiência e a cultura infantil; Enfoques teóricos sobre os processos de aprendizagem da criança pequena: o brincar e o pensar; A identidade da(o) professora(professor) da pequena infância; O currículo da escola da pequena infância.

Objetivos:

Compreender os processos de aquisição do conhecimento pela criança pequena, de zero a seis anos, a partir das suas múltiplas linguagens e da cultura da infância por meio da articulação com o mundo adulto no que se refere aos aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, étnico-raciais e de gênero, a fim de desenvolver concepções e estratégias educativas pertinentes.

Bibliografia Básica:

BRASIL, CNE/CEB. Resolução Nº 5 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, de 17 de dezembro de 2009.

BRASIL, MEC. Critérios de Atendimento que respeitem os Direitos das Crianças. 2009. BRASIL/MEC. Relatório de pesquisa - Práticas cotidianas na educação infantil - bases para a reflexão sobre as orientações curriculares (Maria Carmen Silveira Barbosa – consultora). BRASÍLIA, 2009.

Bibliografia Complementar:

BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. Manual de educação infantil de a 0 a 3 anos. Porto alegre: Artmed, 1998.

FALK, Judit. Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy. Editora: Junqueira & Marin. FORMOSINHO, PINAZZA e KISHIMOTO (org). Pedagogias da Infância: Dialogando com o passado. Construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo: CEERT, 2011. MEC/SEB/UFSCar-NEAB/CEERT. FARIA, A. L. G.; FINCO. D.; BARBOSA, M.C.S. Campos de experiência na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo da educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições leituras críticas, 2016.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUC. INFANTIL

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 100h

Ementa: Realiza estágio supervisionado em escolas de educação infantil, 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos, num total de 100h de atividades na instituição escolar. Desenvolve um projeto de estágio com intervenção pedagógica, produz relatórios e socializa o estágio em seminários no curso.

Objetivos: Levar o educando a compreender a função do estágio e o desenvolver nas escolas de educação infantil.

Bibliografia Básica:

BRASIL, CNE/CEB. Resolução Nº 5 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, de 17 de dezembro de 2009.

BRASIL, MEC. Critérios de Atendimento que respeitem os Direitos das Crianças. 2009.

FREIRE, Madalena. Instrumentos Metodológicos: Observação e registro na educação infantil. In: WEFFORT, M.; CAMARGO, F.; DAVINI, J.; MARTINS, M. Observação, registro, reflexão – Instrumentos metodológicos I. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

Bibliografia Complementar:

BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. Manual de educação infantil de a 0 a 3 anos. Porto alegre: Artmed, 1998.

BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo: CEERT, 2011.

MEC/SEB/UFSCar-NEAB/CEERT. OSTETTO, Luciana E. Planejamento na Educação Infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: (org).

Encontros e Encantamentos na Educação Infantil: Partilhando experiências dos estágios. 10ª. Ed. Campinas/SP:Papirus,2012

METODOLOGIA DE ENSINO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A disciplina tem como eixo condutor as concepções de linguagem, língua e de seu ensino, articuladas ao desenvolvimento de formas de trabalho pedagógico na escola do campo. O futuro professor deverá compreender a amplitude social da linguagem, sua natureza e função, a fim de promover o acesso à norma padrão.

Objetivos: levar os futuros professores a compreenderem a função e a natureza de diferentes linguagens e do ensino de Português na educação infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. A partir do reconhecimento de sua amplitude social, bem como relacionem a necessidade de respeito à linguagem do educando e de acesso à norma padrão, no desenvolvimento de práticas pedagógicas na escola do campo.

Bibliografia Básica:

BAGNO, M. A língua de Eulália: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2006.

GERALDI, J. W. (Org.). O texto na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

REYES, C. e PICOLLI,

D. M. O ensino da língua: um processo discursivo. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

Bibliografia Complementar:

BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BASE CURRICULAR COMUM NACIONAL (proposta). Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 07/10/2016.

MONTEIRO, M. I. Alfabetização e letramento na fase inicial da escolarização. São Carlos: EdUfscar, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. O texto na alfabetização: coesão e coerência. Campinas, SP. Mercado das Letras. 2002.

METODOLOGIA DE ENSINO EM MATEMÁTICA

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A disciplina visa levar o educando a discutir e analisar a situação atual do ensino de Matemática a partir da inserção dos futuros professores nas escolas do campo nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na EJA. Nessa análise destacam-se os seguintes aspectos: elementos teórico-metodológicos que orientam a ação docente; relações aluno-conteúdo-metodologia-professor; relação da Matemática com a realidade.

Objetivos: Conhecer e analisar a realidade escolar com relação aos processos de ensinar Matemática e o que a influencia; Caracterizar e analisar a situação do ensino de Matemática na educação infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos;
Conhecer e analisar alternativas metodológicas do ensino de Matemática que considerem a realidade escolar das séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos na escola do campo.

Bibliografia Básica:

NACARATO, A. M.; PASSOS, C. L. B. A geometria nas séries iniciais: reflexões sob a perspectiva da formação de professores e da prática pedagógica. São Carlos: UFSCar, 2003.

NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. A Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. PASSOS, C. L. B.; ROMANATTO, M. C. A matemática na formação de professores dos anos iniciais: aspectos teóricos e metodológicos. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2010. v.1.

ROMANATTO, M. C.; PASSOS, C. L. B. A Matemática na formação de professores dos anos iniciais: um olhar para além da aritmética. São Carlos: EduFSCar, 2011. v. 1.

VAN DE WALLE, John A. Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicação na sala de aula. Trad. Paulo Henrique Colonese. Porto Alegre: Artmed, 2009

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Quantificação, Registros e Agrupamentos. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional, MEC, SEB, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Construção do Sistema de Numeração Decimal. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional, MEC, SEB, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Estatística. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional, MEC, SEB, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Alfabetização Matemática. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional, MEC, SEB, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Jogos e Alfabetização Matemática. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional, MEC, SEB, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASTRO, J. P.; RODRIGUES, M. Sentido de número e organização de dados: Textos de Apoio para Educadores de Infância. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação

e de Desenvolvimento Curricular, 2008. Disponível: http://www.esev.ipv.pt/mat1ciclo/textos/sent_num_net.pdf.

LOPES, A. L. Matemática: soluções para dez desafios do professor: 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. 1ª. ed. São Paulo: Ática, 2014, 112p.

MORETTI, V.; SOUZA, N. M. M. Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: princípios e práticas pedagógicas. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

MOURA, M. O. A séria busca no jogo: do lúdico na matemática. In Educação Matemática em Revista. Blumenau: SBEM. Ano II, n.3, 2º semestre, 1994.

PASSOS, C. L. B. Materiais manipuláveis como recursos didáticos na formação de professores de matemática. In LORENZATO, S. O laboratório de ensino de matemática na formação de professores. Campinas: Autores Associados, 2010, 2ª. Edição, 2010

PIRES, C. M. C. Educação Matemática: conversas com professores dos anos iniciais. São Paulo: Zé- Zapt Editora, 2012.

SMOLE, K. S. e DINIZ, M. I. (org.) Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Número de créditos: 04 – Carga horária: 60h (teóricas).

Ementa:

A sociedade capitalista contemporânea. A revolução técnico-científica. As políticas educacionais e suas principais tendências. Problemas sociais, étnicos, culturais, econômicos, culturais e de gênero e perspectivas da sociedade e da educação contemporâneas.

Objetivos: Compreender crítica e historicamente a sociedade capitalista contemporânea; Conhecer as tendências pedagógicas contemporâneas com base nos fundamentos das teorias sociais; Compreender de forma contextualizada os problemas e desafios da sociedade, da educação e das políticas educacionais contemporâneas; Identificar os problemas socioculturais e educacionais no sentido da superação das exclusões sociais, étnicas, culturais, econômicas, culturais e de gênero.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: Escritos de Educação. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA Cláudio M. Martins. Bourdieu e a Educação. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009.

DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 37.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAFFIOTI, Heleith. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da Educação Básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (org.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, cap.4, p.125-193.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses do mundo do trabalho. Adeus ao trabalho? 10.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e causalidade do provável. In: Escritos de Educação. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, cap.5, p.81-126, 2007. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia-histórico-crítica. 9.ed. Campinas, SP: Autores Associados, cap.3 (A pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da Educação Brasileira, p.65-86), 2005.

SILVA JR, João dos Reis; Sguissardi, Valdemar. Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: Ed. USF, 2001.

DIDÁTICAS E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (DTPP)

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa:

A disciplina focaliza a educação das relações étnico-raciais como dimensão indispensável à Didática, campo de investigação da ciência Pedagogia, que estuda meios, instrumentos, modalidades, estratégias utilizadas para ensinar e aprender, situando-os histórica, social e culturalmente. Busca conhecer e compreender *didáticas* próprias a diferentes raízes étnico-raciais que constituem a nação brasileira, a fim de fortalecer a formação de cidadãos, sujeitos de direitos, participantes e comprometidos com a construção de uma sociedade justa para todos e respeitosa com a diversidade cultural. Preocupa-se com a construção de conhecimentos, posturas, valores, atitudes, sensibilidades éticas, competências e critérios, mediações, instrumentos, modalidades, estratégias para apreender-ensinar-aprender.

Objetivos:

Construir experiências de formação em que os participantes possam vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção em que se busquem valorizar culturas que constituem a nação brasileira, eliminar práticas racistas e discriminatórias, CÓDIGO NOVO condições para a convivência respeitosa, apoiar o fortalecimento de identidades, pertencimento étnico-racial e auto estima, nos termos do Parecer CNE/CP 3/2004, assim como histórias e culturas dos povos indígenas, conforme a Lei 11645/2008.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Org.); Petronilha Beatriz Goncalves e Silva (Org.); Valter Roberto Silverio (Org.). De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2003. .

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/BB 14/1999 Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Brasília, 1999. (www.mec.gov.br/cne)

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Brasília, 2004. www.mec.gov.br/cne

Bibliografia Complementar:

ABRAMOWICZ, Anete. A pluralidade de ser judeu. In: GOMES, Nilma L. & SILVA, Petronilha B. G. E. Experiências étnico raciais para formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2006. p. 35-49.

ANDREWS, George Reid. Negros e brancos em SP (1888-1988). Tradução: Magda Lopes. São Paulo: EDUSC, 1998.

CHNAIDERMAN, Miriam. Minorias, discriminação étnica, preconceito, miséria...da tragédia cotidiana a uma ética da alteridade. In ABRAMOVVICZ, A. SILVÉRIO, V.R. (orgs) Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola, Campinas, Papirus, 2005.

DÁVILA, Jerry. Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945). São Paulo: Editora Unesp, 2006. GOMES, Nilma L. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In SILVA, P.B.B.; BARBOSA, L. M. A. de (Org.) O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro. São Carlos: EDUFSCar, 1997.

GUIMARÃES, Antonio S. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

HANCHARD, Michael G. Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e SP. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma L. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Editora Global, Ação Educativa, 2006.

PETRUCELLI, José L. A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

RODRIGUES, Tatiane C. Embates e contribuições do movimento negro à política educacional nas décadas de 1980 e 1990. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha B. G.; PINTO, Regina P. (Org.). Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas. Brasília: INEP/MEC, v. III, p. 251- 263.

RODRIGUES, TATIANE C. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. Educação e Pesquisa (USP), 2013.

SLENES, Robert W. A importância da África para as ciências humanas. História Social, n. 19, 2010. SILVA, Petronilha B. G. E. Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos. In BARBOSA, L.M. de A. Et al, De Preto a afro-descendente. Trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos, EDUFSCAR, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

APPLE, Michel. Políticas de direita e branquidade: a presença ausente da raça nas reformas educacionais, Revista Brasileira de Educação, N 16, pp 61-67, 2001

ARAÚJO-OLIVERA, S. S. Lendo pegadas para construir o futuro. In: GOMES, Nilma L. & SILVA, Petronilha B. G. E. Experiências étnico-raciais para formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2006. p. 35-49.

BATES, Robert H.; MUDIMBE, V.Y.; O? BARR. Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa. The University of Chicago Press, 1993.

AZOINAYCE, R. W. & JANUÁRIO, E. (2004.) Entrevista com o Professor Rony Paresi Cadernos de Educação Indígena, Barra dos Bugres, MT, UNEMAT, v. 3, n. 1, p. 160-163

BERGAMASCHI, M. A . Nhembo e educação escolar nas aldeias Guarani. Educação Porto Alegre, Faculdade de Educação PUC/RS, v. 29, 2007.

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/faced/article/viewFile/542/378>

BENTO, Maria Aparecida Silva, Branquitude e poder, a questão das cotas para negros, . An. 1Simp. Internacional do Adolescente May.2005.

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000100005&script=sci_arttext

CARVALHO, Marília ? Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos, <http://www.scribd.com/doc/7017591/Quem-e-Negroquem-e-BrancoDesempenho-Escolar-e-Classificacao-Racial-de-Alunos>

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo, Humanitas, Contexto, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03, Coleção Educação para Todos, Brasília, MEC/BID/UNESCO, 2005, p 39-62.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira, SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. ?Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas?. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 109- 123, jan./jun. 2003.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira, SILVA, Petronilha B. G. E. O jogo das diferenças. O multiculturalismo e seus contextos, Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Org. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília, ministério da Educação, 2005. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4575.pdf>.

NASCIMENTO, Elisa L. A matriz africana no mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008.

SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete B. A temática indígena na escola, novos subsídios para professores de 1o e 2º. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Assessoria de Educação Escolar Indígena; USP Mari grupo de educação Indígenas, UNESCO, 1995.

História Geral da África: África do século VII ao XI. [General History of Africa, III: Africa from the seventh to the eleventh century]. Valter Roberto Silvério (Coord.); Mohammed El Fasi (Ed.). David Yann Chaigne (Trad.)...et al.. Brasília: UNESCO, 2010. v.3. 1024 p. -- (Coleção História Geral da África da UNESCO; v.3)

6ª ETAPA

METODOLOGIA DE ENSINO EM CIÊNCIAS NATURAIS

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Estuda as metodologias desenvolvidas no ensino das Ciências Naturais, com vistas ao ensino das mesmas na educação infantil e ensino fundamental.

Objetivos: Levar o educando a compreender as metodologias e práticas de ensino das ciências naturais no ensino fundamental e educação infantil.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

CAMPOS, Maria.C.C.; Nigro, Rogério. Didática de Ciências: o ensino-aprendizagem como investigação.

FREITAS, Denise. A perspectiva curricular Ciência Tecnologia e Sociedade CTS no ensino de ciência. In Pavão, Antonio C. e Freitas, Denise de (orgs). Quanta Ciência há no Ensino de Ciências São Carlos: EdUFSCar, 2008, p. 229-237.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente/saúde. Brasília: MEC, 1998.

COLL, Cesar e TEBEROSKY, Ana. Aprendendo Ciências. São Paulo: Ática, 2000. Ciência Hoje das Crianças.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José. A. e PERNAMBUCO, Marta M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

KNELLER, George. A Ciência como atividade humana. Trad. Antônio José de Souza. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1980.

KRASILCHIK, Miriam. O professor e o currículo das Ciências. São Paulo: EPU: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

PRÁTICA SUPERVISIONADA EM ENSINO FUNDAMENTAL

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 30h (teóricas) + 30h (prática).

Ementa:

Orientações para a participação na vida da escola de ensino fundamental, com ênfase nos anos iniciais e orientações para a redação de portfólio reflexivo de estágio supervisionado serão realizados em aulas na universidade, com duração de duas horas semanais e de caráter prático. Pretende-se, ainda, que as estagiárias e os estagiários realizem o planejamento, desenvolvimento e avaliação de projeto de intervenção pedagógica em classe de anos iniciais do ensino fundamental de 9 anos de duração, com regência de aulas e de ações pedagógicas, em diferentes componentes curriculares, a partir de uma necessidade de ensino e de aprendizagem identificada em sala de aula de anos iniciais. As atividades pedagógicas realizadas na escola e sala de aula de anos iniciais, devem ser analisadas pelos(as) estudantes à luz da literatura estudada no curso e das orientações recebidas nas aulas da disciplina, atendendo às questões legais da escola de educação básica e do reconhecimento da diversidade (cultural, de classe social, étnico/racial, de religiosidade, de gênero etc.) e seus conhecimentos escolares e não escolares, compondo o portfólio reflexivo de estágio supervisionado, instrumento formativo que caracteriza a integralização da disciplina.

Objetivos:

A disciplina tem por finalidade possibilitar aos futuros pedagogos e pedagogas situações de inserção no cotidiano de uma escola e de sala de aula de anos iniciais de ensino fundamental de 9 anos de duração para planejar, desenvolver e avaliar projeto de intervenção pedagógica, com aulas e ações pedagógicas, em diferentes componentes curriculares, analisando esse processo à luz da literatura educacional, e reconhecendo a diversidade (cultural, de classe social, étnico/racial, de religiosidade, de gênero etc.).

Bibliografia Básica:

ANDRE, M.D., PONTIN, M.M. D. O diário reflexivo, avaliação e investigação didática. Revista Ensaio. V.6, n. 21, outubro, dezembro, 1998, p. 447-462.

Disponível em:
<http://metaavaliacao.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/66/62>
Acesso em: 15/03/2013.

PIMENTA, S.G. , LIMA, M.S.L. Estágio e docência: diferentes concepções. Revista Poíesis.V. 3, Números 3 e 4, 2005/2006, pp.5-24. Disponível em:
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/10542> Acesso em:
15/03/2013.

SOUZA, E.C. O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores. São Paulo: DP&A, 2010.

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, R.M.M.A. , MIZUKAMI, M.G.N. Na escola se aprende de tudo. In: MIZUKAMI, M.G.N., REALI, A. M. (Orgs.). Aprendizagem profissional da docência: saberes, contextos e práticas. São Carlos: EDUFSCar, 2002.

PIMENTA, S.G. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2008.

TARDIF, M. LESSARD, C. LAHAYE, L. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. Revista Teoria e Educação. Porto Alegre, n. 4, 215-233, 1991. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100003 Acesso em: 15/03/2013.

UTSUMI, L. M. S. Professoras bem-sucedidas são professoras reflexivas: a prática da reflexividade nas ações pedagógicas de professoras dos anos iniciais de escolaridade. Revista Olhar de Professores. PontaGrossa, 2005, v. 8, n.02, p.107-123. Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/issue/view/140/showToc>
Acesso em: 15/03/2013.

ZABALZA, A. Diários de aula. Porto Alegre: Artmed, 2004

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO FUNDAMENTAL

Número de créditos: 09 – **Carga horária:** 100h (práticas).

Ementa: Realiza estágio supervisionado em escolas de ensino fundamental, no ciclo I, num total de 100h de atividades na instituição escolar. Desenvolve um projeto de estágio com intervenção pedagógica, produz relatórios e socializa o estágio em seminários no curso.

Objetivos: Levar o educando a estagiar no ensino fundamental no ciclo I

Bibliografia Básica:

PIMENTA, S.G. , LIMA, M.S.L. Estágio e docência: diferentes concepções. Revista Poíesis.V. 3, Números 3 e 4, 2005/2006, pp.5-24. Disponível em:
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/10542> Acesso em:
15/03/2013.

SOUZA, E.C. O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores. São Paulo: DP&A, 2010.

Bibliografia Complementar:

PIMENTA, S.G. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2008.

TARDIF, M. LESSARD, C. LAHAYE, L. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. Revista Teoria e Educação. Porto Alegre, n. 4, 215-233, 1991. Disponível em:

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR I

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Teoria Geral da Administração - TGA. Distinções entre a TGA e a administração escolar. Fundamentos e modelos de administração educacional e escolar vigentes. Conceitos e diferenciações entre administração e gestão escolar. Gestão democrática e participativa. A administração escolar: pública, privada e do terceiro setor.

Objetivos: Introduzir e problematizar a Teoria Geral da Administração - TGA, relacionando-a com administração dos sistemas educacionais e das escolas; Estudar e refletir sobre os modelos de administração escolar e educacional vigentes; Apropriar-se os conceitos relacionados à gestão democrática e participativa; Compreender a administração escolar nas esferas pública, privada e do terceiro setor.

Bibliografia Básica:

MOTTA, F. C. P. Teoria geral da administração: uma introdução. São Paulo: Livraria Pioneira, 1987.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TORCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. Cortez: São Paulo, 2008.

COSTA, Jorge Adelino. Imagens organizacionais da escola. Porto: ASA Editores, 1996.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, I. Teoria Geral da Administração. 7. ed. São Paulo: Campus, 2003.

FAYOL, H. Administração geral e industrial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

RIBEIRO, José Querino. Ensaio de uma teoria da administração escolar. São Paulo: Saraiva, 1978. TAYLOR, F. W. Princípios de administração científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In. Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PRÁTICA SUPERVISIONADA EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR I

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 30h (teóricas) + 30h (prática).

Ementa: Orienta a elaboração de um Projeto de Estágio em Administração Escolar, coordenação e orientação pedagógica. Acompanha e avalia o desenvolvimento desse projeto.

Objetivos: Inserir os estudantes nos ensinamentos fundamental e médio, para além do contexto de sala de aula. Estudar e refletir sobre os aportes teóricos necessários para a realização do estágio supervisionado: políticas públicas como reguladoras da organização escolar; relações entre a comunidade atendida e a escola: cultura organizacional, autonomia e disciplina.

Bibliografia Básica:

GOHN, M.G. *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro, v.14, n.50, jan./mar., p. 27- 38, 2006.

LIMA, L. Para uma abordagem sociológica dos modelos organizacionais de escola pública. In: LIMA, L. A escola como organização educativa. São Paulo: Cortez, 2003, p.93-115.

NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. (org.). *As organizações escolares em análise*. 3ª edição. Lisboa: Dom Quixote, Portuguesa, 1999, p. 13-42.

Bibliografia Complementar:

ABDIAN, G. Z.; OLIVEIRA, M. E. N. Gestão e qualidade da educação de escolas estaduais paulistas no contexto dos indicadores de desempenho. RBPAAE. Recife: ANPAE, 2015 – v.31, n. 1; p.177-195, jan./abr. 2015.

BOTLER, A. M. H. Repercussões das políticas educacionais na organização escolar. RBPAAE. Recife: ANPAE, 2015 – v.31, n. 1; p.107-124, jan./abr. 2015.

COSTA, J. A.; CASTANHEIRA, P. A liderança na gestão das escolas: contributos de análise. RBPAAE. Recife: ANPAE, 2015 – v.31, n. 1; p.13-44, jan./abr. 2015.

COSTA, E. A. S.; LIMA, M. S. L.; LEITE, M. C. S. A construção da profissionalidade do gestor escolar: concepções e práticas. RBPAAE. Recife: ANPAE, 2015 – v.31, n. 1; p.65-84, jan./abr. 2015. WERLE, F. O. C.; AUDINO, J. F. Desafios da gestão escolar. RBPAAE. Recife: ANPAE, 2015 – v.31, n. 1; p.125-144, jan./abr. 2015.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR I

Número de créditos: 02 – **Carga horária:** 50h (teóricas).

Ementa: Realiza estágio supervisionado em escolas públicas, com foco na administração escolar, num total de 50h de atividades na instituição de ensino. Desenvolve um projeto de estágio, produz relatórios e socializa o estágio em seminários no curso.

Objetivos: Levar o educando a tomar contato com a administração escolar.

Bibliografia Básica:

GOHN, M.G. *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro, v.14, n.50, jan./mar., p. 27- 38, 2006.

LIMA, L. Para uma abordagem sociológica dos modelos organizacionais de escola pública. In: LIMA, L. *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez, 2003, p.93-115.

NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. (org.). *As organizações escolares em análise*. 3ª edição. Lisboa: Dom Quixote, Portuguesa, 1999, p. 13-42.

Bibliografia Complementar:

ABDIAN, G. Z.; OLIVEIRA, M. E. N. Gestão e qualidade da educação de escolas estaduais paulistas no contexto dos indicadores de desempenho. RBPAAE. Recife: ANPAE, 2015 – v.31, n. 1; p.177-195, jan./abr. 2015.

BOTLER, A. M. H. Repercussões das políticas educacionais na organização escolar. RBPAAE. Recife: ANPAE, 2015 – v.31, n. 1; p.107-124, jan./abr. 2015.

COSTA, J. A.; CASTANHEIRA, P. A liderança na gestão das escolas: contributos de análise. RBPAAE. Recife: ANPAE, 2015 – v.31, n. 1; p.13-44, jan./abr. 2015.

COSTA, E. A. S.; LIMA, M. S. L.; LEITE, M. C. S. A construção da profissionalidade do gestor escolar: concepções e práticas. RBPAAE. Recife: ANPAE, 2015 – v.31, n. 1; p.65-84, jan./abr. 2015. WERLE, F. O. C.; AUDINO, J. F. Desafios da gestão escolar. RBPAAE. Recife: ANPAE, 2015 – v.31, n. 1; p.125-144, jan./abr. 2015.

EDUCAÇÃO, ESTADO E PODER

Número de créditos: 04 - Carga horária: 60h (teóricas)

Ementa: Teorias do Estado na sociedade capitalista. O papel conferido ao Estado produzindo os condicionantes para a elaboração de políticas sociais. Políticas educacionais.

Objetivos: Examinar expressões do pensamento político e educacional, privilegiando-se tendências que têm tido impacto nas políticas educacionais e nas instituições de ensino, bem como na produção teórica da área; Analisar criticamente ideias, concepções, teorias, conceitos, bem como de programas e práticas educacionais, mediante o tratamento de temas e abordagens de interesse para sua formação básica e para possíveis desdobramentos em planos de estudos e projetos de pesquisa em desenvolvimento no Programa; Estudar as relações entre Estado e Sociedade, privilegiando o exame das formas de controle e poder da esfera estatal e suas expressões em âmbito educacional. Examinar teorias que discutem o papel do Estado no regime capitalista em suas diferentes fases, desde as que fundamentam/justificam a ordem constituída às que a ela se contrapõem (no sentido de reformá-la ou superá-la).

Bibliografia Básica:

COMENIUS, J. A. Didática Magna. Lisboa: Fundação Calouste Glubenkian, 1987. Introdução, caps. XVI, XVII, XVIII e XIX.

MARX, Karl. As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. v. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s.d., p. 93 - 198. (Também disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/index.htm>)

ROUSSEAU, J-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: Rousseau. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1991, p. 234-282.

Bibliografia Complementar:

ENGELS, Friedrich. 1985. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 10º ed. Cap. IX – pp. 177-201.

DUPAS, Gilberto. A lógica global e a revisão do welfare state: a urgência de um novo pacto. Seminário Internacional Sociedade e a reforma do Estado. São Paulo, 1998.

FIORI, José Luís. Em busca do dissenso perdido. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995. FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos. Petrópolis, 1998.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1982.

GRAMSCI, Antonio. O Moderno Príncipe. In: . Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 3 - 102.

HAYEK, Friedrich A. The fatal conceit – the errors of socialism. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O estado e a revolução. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Editora Global, 1987. LÊNIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Editora Global, 1987. NOGUEIRA, Marco Aurélio. As possibilidades da política – idéias para a reforma democrática do estado. São Paulo e rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. Globalização e antivalor: uma antiintrodução ao antivalor. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. São Paulo: Cortez Editora e USF-IFAN, 1996. p. 77-113.

PIERSON, Christopher. Beyond the welfare state? Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1991.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. In: . Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia Das Letras, 1989.

PRZEWORSKY, Adam. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: editora Relume Dumará, 1995.

SADER, Emir. Estado e política em Marx. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

SALAMA, Pierre. Riqueza y pobreza en América Latina – la fragilidad de las nuevas políticas económicas. México: Universidad de Guadalajara e Fondo de Cultura Económica, 1999.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. O Novo Papel da Universidade Estatal Brasileira. The new Brazilian university – a busca de resultados comercializáveis: para que? Buenos Aires: CLACSO, 2011.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Mundialização Financeira do Capital, e, Estado Neoliberal e as Mudanças na Universidades no Âmbito Mundial (World Class University). The new Brazilian university – a busca de resultados comercializáveis: para que? Buenos Aires: CLACSO, 2015. SILVA Júnior, João dos Reis. O

Capitalismo Acadêmico na UFMG. In: . The new Brazilian university – a busca de resultados comercializáveis: para que? Buenos Aires: CLACSO, 2015.

SCHULTZ, T.W., 1972 “Inversion en capital humano”, In: BLAUG, M. (org.), Economía de la educación. Madrid, Ed. Tcnos, - pp 15-32.

SMITH, ADAM. Do Rédito do Soberano ou da Comunidade. In: . Riqueza das nações. V. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

SWEEZY, P. M. Capitalismo Moderno. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

SWEEZY, P. M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). 1989. Os clássicos da política. Vols. I e II. São Paulo: Editora Ática.

QUESTÕES IDENTITÁRIAS E CULTURAIS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A disciplina promove o estudo de memória, ancestralidade, oralidade, corporeidade, estética e do etnodesenvolvimento e conhecimento produzido pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural. A oralidade como meio de transmissão dos saberes dos quilombolas e de manutenção da tradição, religiosidade, identidade étnica e cultural negra e quilombola.

Objetivos: Oferecer oportunidade de conhecer e discutir as questões identitárias e culturais dos quilombolas.

Bibliografia Básica:

CALHEIROS, F. P. & STADTLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. Revista Katálisis, 13(1), 2010, 133-139.

MAGGIE, Yvonne - Medo de Feitiço: Relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1992

SANTOS, Jocélio Teles – O poder da cultura e a cultura no poder. A disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador, Edfuba, 2005

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Emanuel (org.) – A Mão Afro-brasileira – significados da contribuição artística e histórica. São Paulo, Tenenge, 1988.

BASTIDE, Roger - As Religiões Africanas no Brasil. São Paulo. Pioneira. 1985.

DANTAS, Beatriz G. - Vovó Nagô e Papai Branco. Rio de Janeiro. Graal. 1988.

FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Edufba, 2008.

MONTES, Maria Lucia – “Figuras do Sagrado: Entre o público e o privado”. In: História da vida privada no Brasil. Vol 4, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MOURA, M. G. V. (1997). Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ORTIZ, Renato - A Morte Branca do Feiticeiro Negro. Rio de Janeiro. Vozes. 1978.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

VIANNA, Hermano - O Mistério do Samba. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

7ª ETAPA

METODOLOGIA DE ENSINO EM CIÊNCIAS HUMANAS

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa:

Instrumentalizar os estudantes para a elaboração e desenvolvimento do trabalho com História e Geografia na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Dar-se-á ênfase nos debates que constituem historicamente ambas as disciplinas e a aplicabilidade dos conteúdos em contexto educativo com ênfase nos tempos e espaços da escola. Pretende-se apresentar elementos que aprofundem o ensino e o estudo de História e de Geografia a partir das aproximações e dos processos históricos que marcam os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira a partir dos temas de direitos humanos, juventudes e questões de gênero e sexualidade. Almeja-se integrar a previsão das diretrizes curriculares específicas para cada nível de ensino, o ensino de História e Cultura dos africanos e seus descendentes no contexto brasileiro e da diáspora junto aos outros grupos que compõem a sociedade brasileira como indígenas, quilombolas entre outros.

Objetivos:

Elaborar conhecimentos a partir da prática docente para a prática pedagógica da História e da Geografia nos espaços e tempos escolares e não-escolares nos temas de direitos humanos, juventudes e questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais; Desenvolver metodologias por meio de atividades desenvolvidas na Prática de Ensino de História e Geografia as metodologias desenvolvidas e apresentar as experiências compartilhadas;

Bibliografia Básica:

SANTOS, M. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994. KI-ZERBO, J. (coord.). História geral da África. São Paulo: Ática, 1982.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Conselho Nacional de Educação, MEC, 2004. CALLAI, Helena Copetti (Org.). Educação Geográfica: reflexão e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

CAVALCANTI, L. de S. Geografia e prática de ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.

HILL, L. O livro dos negros. Primavera Editorial: São Paulo, 2015.

hooks, b. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. Trad. Carliane P. Gonçalves, Joana Plaza Pinto e Paula de Almeida Silva. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro- dezembro/2008, pp. 857-864.

ROMÃO, J. História da educação dos negros e outras histórias. 2002.

TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Número de créditos: 04 – Carga horária: 60h (teóricas).

Ementa:

A disciplina será responsável por abordar: Breve histórico da Educação de pessoas jovens e adultas no Brasil; Caracterização dos sujeitos que compõem a EJA, considerando as questões de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais, intergeracionais, culturais e sociais; Políticas públicas e teorias educacionais que consideram as especificidades da aprendizagem de jovens e adultos (EJA); EJA no quadro da educação popular e da educação ao longo da vida; A aprendizagem dos jovens e adultos e os processos de ensino; EJA em diferentes contextos formais e não formais;

Objetivos:

A disciplina tem por finalidade possibilitar aos futuros pedagogas e pedagogos o estudo de políticas públicas para a educação de jovens e adultos (EJA), bem como de teorias que consideram as especificidades da aprendizagem destes sujeitos. A partir da compreensão da educação como direito humano e da importância de considerar as questões de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais, intergeracionais, culturais e sociais, pretende orientar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de aulas, a análise e elaboração de material pedagógico e apresentar experiências vivenciadas em diferentes cenários.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 218 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

MACHADO, M. M. *Educação de Jovens e Adultos* (org). Em Aberto. Brasília: v.22, n. 82, nov. 2009. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/108> Acesso em: 12/02/2013.

IRELAND, Timothy (Coord.). *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições de prática*. Brasília: UNESCO, 2008. 212 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162640por.pdf> Acesso em: 12/02/2013.

Bibliografia Complementar:

BRASIL/MEC/TV ESCOLA/SALTO PARA O FUTURO. *Série Educação ao longo da vida*. Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=568:salto-para-o-futuro-serie-educacao-ao-longo-da-vida&catid=71:destaque Acesso em: 12/02/2013.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. *Escolarização de Jovens e Adultos*. Revista Brasileira de Educação. N. 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

UNESCO. *Declaração de Hamburgo*. CONFINTEA V. Brasília, SESI/UNESCO, 1999. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf> Acesso em: 15/02/2013.

Marco de ação de Belém. CONFINTEA VI. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UIIL/confintea/pdf/working_documents/Belem%20Framework_Final_ptg.pdf Acesso em: 15/02/2013.

RIBEIRO, Vera Masagão (org). Alfabetismo e atitudes: pesquisa junto a jovens e adultos paulistanos.

Revista Brasileira de Educação. n. 9. Set/Out/Nov/Dez, 1998.

VÓVIO, Cláudia; IRELAND, Timothy (org). Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, 2005. 361 p.

PRÁTICA SUPERVISIONADA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 30h (teóricas) + 30h (prática).

Ementa: Orienta a elaboração de um Projeto de Estágio em Educação de jovens e Adultos. Acompanha e avalia o desenvolvimento desse projeto. Orienta a elaboração do Relatório de Estágio.

Objetivos: possibilitar ao educando a elaboração do projeto de estágio em EJA.

Bibliografia Básica:

BRASIL/MEC. Educação para jovens e adultos: Ensino Fundamental: proposta curricular - 1º segmento – Vera Masagão Ribeiro (coord). São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf> Acesso em: 12/02/2013.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 150p. FLECHA, R. ; MELLO, R. R. . A formação de educadoras e educadores para um modelo social de educação de pessoas jovens e adultas: perspectiva dialógica. Revista FAEEBA, v. 20, p. 1-16, 2012. Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeaba/edicoes-anteriores/> Acesso em: 12/02/2013.

Bibliografia Complementar:

DAUSTER, T. Oralidade e escrita: notas para pensar as práticas de alfabetização. In: VÓVIO, Cláudia; IRELAND, Timothy (org). Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, 2005. 361 p.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Educação Matemática e EJA. In: VÓVIO, Cláudia; IRELAND, Timothy (org). Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, 2005. 361 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143238por.pdf> Acesso em: 12/02/2013.

LEMOS, Cláudia. Práticas de leitura: do estamos falando e o que estamos aprendendo. REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos. V. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007. Disponível em: [http://www.cereja.org.br/site/_shared%5Cfiles%5Ccer_artigos%5Canx%5C20100427192952_Praticas](http://www.cereja.org.br/site/_shared%5Cfiles%5Ccer_artigos%5Canx%5C20100427192952_Praticas-leitura_REVEJ@_0_ClaudiaVovio.pdf)

[-leitura_REVEJ@_0_ClaudiaVovio.pdf](http://www.cereja.org.br/site/_shared%5Cfiles%5Ccer_artigos%5Canx%5C20100427192952_Praticas-leitura_REVEJ@_0_ClaudiaVovio.pdf) Acesso em: 12/02/2013.

MOURA, Tania Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos:

contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceio: EDUFAL, 1999. 228 p.

SECAD. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Materiais didáticos.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Realiza estágio supervisionado na educação de jovens e adultos, num total de 100h de atividades pedagógicas. Desenvolve um projeto de estágio, realiza intervenção pedagógica, produz relatórios e socializa o estágio em seminários no curso.

Objetivos: Proporcionar ao educando a realização do estágio em EJA.

Bibliografia Básica:

BRASIL/MEC. Educação para jovens e adultos: Ensino Fundamental: proposta curricular - Vera Masagão Ribeiro (coord). São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf> Acesso em: 12/02/2013.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 150p. FLECHA, R. ; MELLO, R. R. . A formação de educadoras e educadores para um modelo social de educação de pessoas jovens e adultas: perspectiva dialógica. Revista FAEEBA, v. 20, p. 1-16, 2012. Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeeba/edicoes-anteriores/> Acesso em: 12/02/2013.

Bibliografia Complementar:

DAUSTER, T. Oralidade e escrita: notas para pensar as práticas de alfabetização. In: VÓVIO, Cláudia; IRELAND, Timothy (org). Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, 2005. 361 p.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Educação Matemática e EJA. In: VÓVIO, Cláudia; IRELAND, Timothy (org). Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, 2005. 361 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143238por.pdf> Acesso em: 12/02/2013.

LEMOS, Cláudia. Práticas de leitura: do estamos falando e o que estamos aprendendo. REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos. V. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007. Disponível em: [http://www.cereja.org.br/site/_shared%5Cfiles%5Ccer_artigos%5Canx%5C20100427192952_Praticas](http://www.cereja.org.br/site/_shared%5Cfiles%5Ccer_artigos%5Canx%5C20100427192952_Praticas-leitura_REVEJ@_0_ClaudiaVovio.pdf)

[-leitura_REVEJ@_0_ClaudiaVovio.pdf](http://www.cereja.org.br/site/_shared%5Cfiles%5Ccer_artigos%5Canx%5C20100427192952_Praticas-leitura_REVEJ@_0_ClaudiaVovio.pdf) Acesso em: 12/02/2013.

MOURA, Tania Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceio: EDUFAL, 1999. 228 p.

SECAD. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Materiais didáticos.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR II

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Estuda os princípios da administração democrática na escola pública e suas possibilidades para o campo.

Objetivos: Levar o educando a conhecer os princípios da administração democrática na escola pública.

Ementa:

Inserção dos estudantes no contexto da educação infantil. Aportes teóricos necessários para a realização do estágio supervisionado, articulando teoria e prática. Políticas públicas como reguladoras da organização escolar. Relações entre a comunidade atendida e a escola de educação infantil. Cultura organizacional, autonomia e disciplina. Observação do cotidiano escolar em seus diversos aspectos: físicos; pedagógicos e administrativos.

Objetivos:

Inserir os estudantes no contexto da educação infantil; Estudar e refletir sobre os aportes teóricos necessários para a realização do estágio supervisionado: políticas públicas como reguladoras da organização escolar; relações entre a comunidade atendida e a escola da educação infantil: cultura organizacional, autonomia e disciplina. Promover a observação nas escolas para caracterizar os seus diversos aspectos: físicos; pedagógicos e administrativos; Entender as especificidades da organização e da administração da educação infantil na escola; e do trabalho dos profissionais da equipe gestora.

Bibliografia Básica:

BARROSO, João. Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/cultura_part_esc.pdf Acesso em 18-06-15.

THIN, D. Famílias populares e instituição escolar: entre autonomia e heteronomia. Educação e Pesquisa [online]. 2010, vol.36, n.spe, pp. 65-77. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspea06.pdf> Acesso em 24-06-15.

VEIGA, ILMA PASSOS ALENCASTRO. Inovações e projeto político-pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória? Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Nancy Nonato de Lima. Educação infantil e gestão democrática na rede municipal de educação de Goiânia. Disponível em: https://anaisdosimposio.fe.ufg.br/up/248/o/4_ALVES_Nancy_Nonato_de_Lima.pdf Acesso em 18-06-15.

AQUINO, M. L.A. Gestão democrática nas instituições de educação infantil: questões para pensar a formação de gestores. In: Educação em foco, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 251-268, set 2008/fev 2009.

FERNANDES, F. S.; GIMENES, N.; CAMPOS, M.M. Gestão educacional e educação infantil: formas de organização dos municípios para a implementação da política de educação infantil no Brasil. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE, v. 29, n.1, p. 61-78, jan/abr., 2013.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel e GARMS, Gilza Maria Zauhy. Educação infantil e a família: perspectiva jurídica desta relação na garantia do direito à educação. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE, v. 25, n.3, set./dez., 2009. p.545-561.

SUSIN, Maria O. K. ; PERONI, V.M.V. A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias: a educação infantil em Porto Alegre. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE, v. 27, n.2, p.185-204, mai./ago., 2011.

THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. Rev. Bras. Educ. [online]. 2006, vol.11, n.32, pp. 211-225. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a02v11n32.pdf> Acesso em 18-08-14.

PRÁTICA SUPERVISIONADA EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR II

Número de créditos: 02 – **Carga horária:** 15h (teóricas) + 15h (prática).

Ementa: Orienta a elaboração de um Projeto de Estágio em Administração Escolar, direção e supervisão escolar. Acompanha e avalia o desenvolvimento desse projeto. Orienta a elaboração do Relatório de Estágio.

Objetivos: Levar o educando a conhecer as práticas de administração da escola pública.

Bibliografia Básica:

BARROSO, João. Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola. Disponível em:

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/cultura_part_esc.pdf Acesso em 18-06-15.

THIN, D. Famílias populares e instituição escolar: entre autonomia e heteronomia. Educação e Pesquisa [online]. 2010, vol.36, n.spe, pp. 65-77. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspea06.pdf> Acesso em 24-06-15.

VEIGA, ILMA PASSOS ALENCASTRO. Inovações e projeto político-pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória? Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Nancy Nonato de Lima. Educação infantil e gestão democrática na rede municipal de educação de Goiânia. Disponível em:

https://anaisdosimposio.fe.ufg.br/up/248/o/4_ALVES_Nancy_Nonato_de_Lima.pdf Acesso em 18-06-15.

AQUINO, M. L.A. Gestão democrática nas instituições de educação infantil: questões para pensar a formação de gestores. In: Educação em foco, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 251-268, set 2008/fev 2009.

FERNANDES, F. S.; GIMENES, N.; CAMPOS, M.M. Gestão educacional e educação infantil: formas de organização dos municípios para a implementação da política de educação infantil no Brasil. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBP AE, v. 29, n.1, p. 61-78, jan/abr., 2013.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel e GARMS, Gilza Maria Zauhy. Educação infantil e a família: perspectiva jurídica desta relação na garantia do direito à educação. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBP AE, v. 25, n.3, set./dez., 2009. p.545-561.

SUSIN, Maria O. K. ; PERONI, V.M.V. A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias: a educação infantil em Porto Alegre. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBP AE, v. 27, n.2, p.185-204, mai./ago., 2011.

THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. Rev. Bras. Educ. [online]. 2006, vol.11, n.32, pp. 211-225. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a02v11n32.pdf> Acesso em 18-08-14.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR II

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Realiza estágio supervisionado em escolas públicas, com foco na administração escolar, num total de 50h de atividades na instituição escolar. Desenvolve um projeto de estágio, produz relatórios e socializa o estágio em seminários no curso.

Objetivos: Levar o educando a conhecer a organização das escolas através do contato com as formas de administração.

Bibliografia Básica:

BARROSO, João. Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/cultura_part_esc.pdf Acesso em 18-06-15.

THIN, D. Famílias populares e instituição escolar: entre autonomia e heteronomia. Educação e Pesquisa [online]. 2010, vol.36, n.spe, pp. 65-77. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspea06.pdf> Acesso em 24-06-15.

VEIGA, ILMA PASSOS ALENCASTRO. Inovações e projeto político-pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória? Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Nancy Nonato de Lima. Educação infantil e gestão democrática na rede municipal de educação de Goiânia. Disponível em: https://anaisdosimposio.fe.ufg.br/up/248/o/4_ALVES_Nancy_Nonato_de_Lima.pdf Acesso em 18-06-15.

AQUINO, M. L.A. Gestão democrática nas instituições de educação infantil: questões para pensar a formação de gestores. In: Educação em foco, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 251-268, set 2008/fev 2009.

FERNANDES, F. S.; GIMENES, N.; CAMPOS, M.M. Gestão educacional e educação infantil: formas de organização dos municípios para a implementação da política de educação infantil no Brasil. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE, v. 29, n.1, p. 61-78, jan/abr., 2013.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel e GARMS, Gilza Maria Zauhy. Educação infantil e a família: perspectiva jurídica desta relação na garantia do direito à educação. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE, v. 25, n.3, set./dez., 2009. p.545-561.

SUSIN, Maria O. K. ; PERONI, V.M.V. A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias: a educação infantil em Porto Alegre. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE, v. 27, n.2, p.185-204, mai./ago., 2011.

THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. Rev. Bras. Educ. [online]. 2006, vol.11, n.32, pp. 211-225. ISSN 1413-2478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a02v11n32.pdf> Acesso em 18-08-14.

HISTÓRIA, RELIGIÃO E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A disciplina promove o estudo de memória, ancestralidade, oralidade, corporeidade, estética e do etnodesenvolvimento e conhecimento produzido pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural.

A oralidade como meio de transmissão dos saberes dos quilombolas e de manutenção da tradição, religiosidade, identidade étnica e cultural negra e quilombola.

Objetivos: Oferecer oportunidade de conhecer e discutir as questões identitárias e culturais dos quilombolas.

Bibliografia Básica:

CALHEIROS, F. P. & STADTLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. *Revista Katálisis*, 13(1), 2010, 133-139.

MAGGIE, Yvonne - Medo de Feitiço: Relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1992

SANTOS, Jocélio Teles – O poder da cultura e a cultura no poder. A disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador, Edfuba, 2005

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Emanuel (org.) – A Mão Afro-brasileira – significados da contribuição artística e histórica. São Paulo, Tenenge, 1988.

BASTIDE, Roger - As Religiões Africanas no Brasil. São Paulo. Pioneira. 1985.

DANTAS, Beatriz G. - Vovó Nagô e Papai Branco. Rio de Janeiro. Graal. 1988.

FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Edufba, 2008.

MONTES, Maria Lucia – “Figuras do Sagrado: Entre o público e o privado”. In: História da vida privada no Brasil. Vol 4, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MOURA, M. G. V. (1997). Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ORTIZ, Renato - A Morte Branca do Feiticeiro Negro. Rio de Janeiro. Vozes. 1978.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

VIANNA, Hermano - O Mistério do Samba. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Organiza um levantamento da produção do conhecimento na temática de pesquisa. Estuda as normas do trabalho científico. Elabora um projeto de pesquisa.

Objetivos: Levar o educando a conhecer as normas da pesquisa científica e iniciar a elaboração de seu projeto de TCC.

Bibliografia Básica:

ECO, Humberto. Como Se Faz uma Tese. 20 ed. SP: Ed. Perspectiva, 2005 (Col. Estudos, n. 85). SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento, 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. 144 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22 ed. SP: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar:

FAZENDA, Ivani C. A. (Org.) Metodologia da Pesquisa Educacional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Biblioteca da Educação, Série 1, Escola, v. 11).

Outras bibliografias de interesse comum dos alunos serão utilizadas, de acordo com as das demandas eventualmente apresentadas. Além disso, cabe destacar que a indicação das bibliografias específicas de cada TCC, em função dos diferentes temas abordados, ficará a cargo dos respectivos orientadores.

8ª ETAPA

FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: Estuda a história da educação especial no Brasil. Conhece trabalhos pedagógicos significativos na área. Estuda as possibilidades de interface da educação especial no campo.

Objetivos: Levar o educando a compreender os problemas da educação especial no Brasil.

Bibliografia Básica:

BIANCHETTI, I. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. Em: BIANCHETTI, I. E freire, i.m. (orgs). Um olhar sobre a diferença. Interação, trabalho e cidadania. Campinas: PAPIRUS, 2001(a), 4ª. Ed, cap.1, pp. 21-52.

BIANCHETTI, I. Os trabalhos e os dias dos deuses e dos homens: a mitologia como fonte para refletir sobre normalidade e deficiência. Em: denari, f.e.; ferreira, m.c.c. e manzini, e.j. (eds). Revista brasileira de educação especial. Marília/abpee, vol.7, n.1, 2001(b), pp.61-76; denari, f.e. docência e diversidade: elementos para uma educação (mais) inclusiva. Em: educação inclusiva. Revista da pró-inclusão: associação nacional de docentes de educação especial. Almada/pt, vol.2, n. 1, junho de 2011. Guhur,

m.l.p. a representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. Em: azevedo, i.b (ed). Revista brasileira de educação especial. Marília, vol.1, número 2, 1994, pp. 75-84. Omote, s. Perspectivas para conceituação de deficiências. Em: azevedo, i.b (ed). Revista brasileira de educação especial. Unimep/piracicaba/abpee, vol.ii, número 4, 1996, pp.127-136. Omote, s. Inclusão: da intenção à realidade. Em: em: omote, s (org) inclusão. Intenção e realidade. Marília: fundepe, 2004. Rodrigues, d.a dez idéias (mal) feitas sobre educação inclusiva. Em: rodrigues, d. A (org) inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. S. Paulo. Summus editorial, 2006.

BRASIL/MEC. Política nacional de educação especial, Brasília/df, 2008 (www.seesp.org.br)

Conselho Nacional De Educação/câmara de educação básica. Resolução no. 4/2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília/df, 2009.

Obs 1: todos os textos extraídos da revista brasileira de educação especial estão no site da abpee EDLER, r. Enfoque sistêmico da educação especial. Em pereira, o. (org) educação especial: atuais desafios. Rio de janeiro: interamericana, 1980.

ARANHA, m.s. f. Educação inclusiva: transformação social ou retórica: em: omote, s (org) inclusão. Intenção e realidade. Marília: fundepe, 2004.

ENSINO DE LIBRAS

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: estuda a língua brasileira de sinais, possibilitando a atuação do educando junto aos alunos com deficiências.

Objetivos: Levar o educando a conhecer e dominar a língua brasileira de Sinais.

Bibliografia básica:

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO- MEC. Decreto nº 5626 de 22/12/2005. Regulamenta a Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art.18 da Lei nº 10098 de 19/12/2000.

Sites <http://www.feneis.com.br/page/> <http://www.pucsp.br/derdic/>

<http://www.ecs.org.br/site/default.aspx>

<http://www.editora-arara-azul.com.br/> <http://www.lsbvideo.com.br/>

http://www.dicionariolibras.com.br/website/index.asp?novoserver1&start=1&endereco_site=www.dicionariolibras.com.br&par=&email

<http://www.especial.futuro.usp.br/>

<http://www.tvebrasil.com.br/jornalvisual/>

<http://www.tvbrasil.org.br/programaespecial/default.asp>

<http://www.blogvendovozes.blogspot.com/>

<http://www.libras.org.br/>

<http://sentidos.uol.com.br/canais/>

http://www.acessasp.sp.gov.br/modules/xt_conteudo/index.php?id=8

<http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

<http://sistemas.virtual.udesc.br/surdos/dicionario/>

<http://www.ines.gov.br/>

<http://www.sj.ifsc.edu.br/~nepes/>

<http://www.ges.ced.ufsc.br/>

<http://www.fe.unicamp.br/dis/ges/>

<http://www.eusurdo.ufba.br/>

<http://www.vezdavoiz.com.br/2vrs/index.php>

<http://www.ines.gov.br/libras/index.htm>

<http://www.libraselegal.com.br/>

<http://www.prolibras.ufsc.br/>

<http://www.libras.ufsc.br/>

Bibliografia Complementar:

BERGAMASCHI, R.I e MARTINS, R.V.(Org.) Discursos Atuais sobre a surdez. La Salle, 1999. BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação de Surdos. Autentica, 1998.

BRITO, L.F. Por uma gramática de Língua de Sinais. Tempo brasileiro, 1995.

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volume I: Sinais de A a L (Vol1, PP. 1-834). São Paulo: EDUSP, FABESP, Fundação Vitae, FENEIS, BRASIL TELECOM, 2001a.

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volume II: Sinais de M a Z (Vol2, PP. 835-1620). São Paulo: EDUSP, FABESP, Fundação Vitae, FENEIS, BRASIL TELECOM, 2001b.

FELIPE,T.A; MONTEIRO, M.S. LIBRAS em contexto: curso básico, livro do professor instrutor: Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC:SEESP, 2001.

FERNANDES, E. Linguagem e Surdez. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

QUADROS, R.M. e KARNOPP, L.B. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre. Artes Médicas, 2004.

LACERDA, C.B.F. e GOES, M.C.R. (org.). Surdez: Processos Educativos e Subjetividade. Lovise, 2000.

LODI, A.C.B. Uma leitura enunciativa da Língua Brasileira de Sinais: o gênero contos de fadas. São Paulo, v.20, n.2. p. 281-310, 2004.

MOURA, M.C. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Revinter e FAPESP, 2000. MACHADO, P. A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo. Editora UFSC, 2008.

QUADROS, R.M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artes Médicas, 1997. SKLIAR, C. (Org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos (vol I). Mediação, 1999.

SÁ, N.R.L. Educação de Surdos: a caminho do bilinguismo, EDUF, 1999.

THOMA, A. e LOPES, M. A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

VASCONCELOS, S.P; SANTOS, F da S; SOUZA, G.R. LIBRAS: Língua de Sinais. Nível 1- AJA- Brasília: Programa Nacional de Direitos Humanos. Ministério da Justiça/ Secretaria de Estado dos Direitos Humanos CORDE.

EDUCAÇÃO NO CAMPO

Número de créditos: 04 – Carga horária: 60h (teóricas).

Ementa:

Paradigmas da educação do campo Brasileiro. Relações econômicas e sociais contemporâneas no campo e na cidade. Práticas educativas escolares e não escolares nas comunidades indígenas, quilombolas e camponesas. O currículo das escolas do campo. O papel dos movimentos sociais na educação do campo. Escolas unidocentes com classes multisseriadas.

Objetivos: Identificar e analisar a problemática da educação rural brasileira e o contexto sócio-político e econômico em que se inicia a educação do campo; Discutir o papel dos movimentos sociais na luta pela educação do campo; Analisar o desenvolvimento das políticas públicas na educação dos povos do campo; Identificar os sujeitos que vivem no campo e suas práticas educativas; Analisar a diversidade do campo e as propostas curriculares voltadas para a realidade dos sujeitos; Discutir sobre a educação do campo e a formação de professores na legislação educacional.

Bibliografia Básica:

CALDART, Roseli & CERIOLI, Paulo Ricardo & KOLLING, Edgar Jorge (orgs.). Educação do Campo: identidades e políticas públicas. Brasília, D.F: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB nº I, de 3 de abril de 2002. Brasília, 2002.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, M. (et.al.) (orgs.). Por Uma Educação do Campo. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2004. ARROYO, Miguel G. Escola, cidadania e participação no campo.

<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/134/showToc> acesso 25/02/12

BARBOSA. Maria Carmen Silveira [et al.] organizadoras. Oferta e demanda de educação infantil no campo / ? Porto Alegre : Evangraf, 2012.

BARROS, Oscar Ferreira; HAGE, Salomão Mufarreg, CORREA, Sérgio Roberto Moraes; BASSO, Jaqueline Danieli. As escolas no campo e as salas multisseriadas no estado de São Paulo: um estudo sobre as condições da educação escolar. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação. UFSCAr. 2013.

FERNANDES. Bernardo Mançano [et al.] Educação do Campo: campo- políticas públicas ? educação. Brasília : Inkra ; MDA, 2008

GRACINDO, Regina Vinhais et. Al. Conselho escolar e educação do campo. Brasília, MEC/SEB. 2006. pp. 39- 88

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação básica do campo. 3ª ed. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999, pp. 5-29.

MAIA, Eni Marisa. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? Disponível

em:<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/134/showToc> acesso 25/02/12 MORAES, Edel. Retratos de realidade das escolas do campo: multissérie, precarização, diversidade e perspectivas in ROCHA, Maria Isabel Antunes; HAGE, Salomão Mufarrej(orgs). pp. 155-166.

ROSA, Júlia Mazinini. Autonomia e participação na escola do campo.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; SANTOS JÚNIOR, Claudio de Lira, ESCOBAR, Micheli Ortega. Cadernos didáticos sobre educação no campo/ Universidade Federal da Bahia. Salvador: EDITORA, 2010. Concepção de Educação do Campo.

VICENTINI, Paula Perin e GALLEGO, Rita de Cassia. Escolas primárias urbanas e rurais: um estudo dos debates acerca de suas especificidades na organização do sistema de ensino paulista (1890- 1945). Disponível em

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Paula%20Perin%20Vicentini%20e%20Rita%20de%20Cassia%20Gallego%20-%20Texto.pdf> acesso 25/02/12.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 210h (teóricas).

Ementa: Estuda o método materialista histórico e os diferentes procedimentos metodológicos de coleta e análise de dados na pesquisa em educação. Desenvolve o texto monográfico e o prepara para qualificação e banca de qualificação. Produção final do texto da monografia, sob orientação. Organização do texto nas normas da ABNT. Defesa da monografia em banca examinadora.

Objetivos: Levar o educando a concluir o projeto de pesquisa e iniciar a mesma. Levar o educando a preparar o texto para ser qualificado. Levar o educando a defender a monografia e concluir o curso.

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. Etnografia da prática escolar. 14 ed. Campinas: Papirus, 2008 BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. [Qualitative research for education]. Maria João Alvarez (Trad.); Sara Bahia dos Santos (Trad.); Telmo Mourinho Baptista (Trad.). Porto: Porto Editora, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A.. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Sao Paulo: EPU, 1986.

Bibliografia Complementar:

Será definida de acordo com cada temática de estudo.

HISTÓRIA, RELIGIÃO E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Número de créditos: 04 – **Carga horária:** 60h (teóricas).

Ementa: A disciplina aborda as temáticas: a) História africana e afro-brasileira: os principais aspectos da história da África e da diáspora africana; história do negro no Brasil: escravidão, pós-abolição, racismo estrutural; Políticas públicas de promoção da igualdade racial; O movimento negro e a luta por direitos civis. b) Cultura africana e afro-brasileira: Manifestações culturais afro-brasileiras; Influência africana na formação da cultura brasileira; A valorização da diversidade cultural e o combate à discriminação racial. c) Religiões afro-brasileiras: Matriz africana das

religiões afro-brasileiras; Sincretismo religioso e a formação das religiões afro-brasileiras; Intolerância religiosa e a luta pela liberdade de culto.

Objetivos: Compreender a importância da história, religião e cultura africana e afro-brasileira para a formação da sociedade brasileira; identificar os principais marcos históricos da África e suas relações com o Brasil; Conhecer as crenças, divindades e rituais das religiões afro-brasileiras; analisar o sincretismo religioso e a formação das religiões afro-brasileiras; compreender as diversas manifestações culturais afro-brasileiras e sua influência na cultura brasileira.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, W. R. & FRAGA FILHO, W. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fund. Cultural Palmares, 2006.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Repensando o Sincretismo: estudo sobre a Casa das Minas. São Paulo: EDUSP; São Luís: FAPEMA, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015 123

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global: Ação Educativa, 2004.

Complementar:

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005;

HEYWOOD, Linda. (org.) Diáspora negra no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Clovis. História do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1989.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) . Sankofa: matrizes africanas na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Introdução à história da África . In: BRASIL. Educação africanidades Brasil. MEC – SECAD – UnB – CEAD . Brasília. 2006. p. 33-51.

ORTIZ, Renato. A Morte Branca do Feiticeiro Negro. Petrópolis: Vozes. 1978.

PRANDI, R. (2007). As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. Civitas: Revista De Ciências Sociais, 3(1), 15–33. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2003.1.108>

RATTS, Alex; DAMASCENO, Adriane A. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola: A Incisiva marca africana na cultura brasileira. Brasília: Via Brasília Editora, 2008.

SILVA, S. T. da, & SOARES, A. G. (2021). RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NO CONTEXTO ESCOLAR. *Imagens Da Educação* , 11(4), 47-72. <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v11i4.54004>

SOUZA, Ana Lúcia Silva [et al...]. De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2005.

16. REFERÊNCIAS

- BEZERRA NETO, Luiz. Formação de Professores para o Campo. In: Adrian Alvarez Estrada; Fábio Lopes Alves; José Luis Derisso; Vilmar Malacarne. (Org.). O Processo de Formação do Professor. São Leopoldo - RS: Trajetos Editorial, 2017, v. 1, p. 21-34.
- BOTÃO, Renato Ubirajara dos Santos; NORTE, Silvane Aparecida da Silva Q.. A educação escolar quilombola no Estado de São Paulo: novas diretrizes. Comunicações, Piracicaba, Ano 21, n. 1, p. 153-166, jan.-jun. 2014
- BRASIL. Educação quilombola. Salto para o futuro. MEC 2007
- CARRIL, Lourdes De Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017
- DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial E Continuada Dos Profissionais Do Magistério Da Educação Básica: concepções e desafios. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas. Brasil, 2021 Disponível: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/titulos_quilombolas_nov_2021.pdf/view . Acesso em: 26 dez. 2022.
- LACHERT, Jeanes Martins, OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Panorama da Educação Quilombola no Brasil. Políticas Educativas, Porto Alegre, v. 6, n.2, p.44-60, 2013
- LIBÓRIO, Andréia Regina Silva Cabral; HAYAMA, Andrew Toshio; SILVA, Elson da; NASCIMENTO, Lisângela Kati do; DIAS, Luiz Marcos de França. Cartilha Educação Escolar Quilombola. Resolução n.º 08/2012 do Conselho Nacional de Educação: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, 2018. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/753bcfba-d1d8-20ac-375c-cb9b01e11bf7> Acesso em: 23/11/2023.
- LIBÓRIO, Andréia Regina Silva Cabral. Educação Escolar Quilombola: currículos de formação inicial de professores em uma instituição da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, ressignificando olhares. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo. São Paulo: , 2022.
- MOURA, Camila Batista Gama; SOARES, David Gonçalves; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Educação Escolar Quilombola Em Debate. Cad. Pesquisa. São Paulo , v. 52, e09773, 2022 .
- MOURA, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo. 5ª ed. Teresina: EdUESPI, 2021.
- MOURA, Gloria. Educação Quilombola. In: Salto para o Futuro – Educação Quilombola. Brasília: SEED/MEC, 2007

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. Notas sobre a História da População Negra no Brasil. In: MARTINS, Marcos Francisco; VARANI, Adriana (org). Educação das relações étnico-raciais – Apontamentos críticos e a realidade da região de Sorocaba. São Carlos, EdUFScar, 2015

REIS, João J. & Gomes, Flávio S. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro: Edição comemorativa, 100 anos. Brasil: Grupo Editorial Global, 2022.

SANTOS, Maria Cristina dos; SANTOS NETO, José Leite dos Orgs.. Formação de professores para escolas rurais no Estado de São Paulo: o ensino em salas multisseriadas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

SILVA, Tatiana Dias. Educação escolar quilombola no censo da educação básica – Texto para discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA.- Brasília: Rio de Janeiro: 2015

SOARES, E. G. Educação Escolar Quilombola: quando a diferença é indiferente. 2012. Tese (Doutorado em Educação), Curso de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Paraná, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. de Gestão de Exercício de 2020. São Carlos, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/bFSZJS7>. Acesso em: 28/10/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2018-2022. São Carlos, 2022. Disponível em: <https://cutt.ly/rFSL4F4>. Acesso em: 28/10/2023.

Anexo I - Lista de ACIEPEs do curso

Quilombo: modelos de Resistência, possibilidades anticapitalistas

Ementa: História da resistência/revoluções anticoloniais no Brasil e no mundo, alternativas ao capitalismo, reformulações econômicas, movimentos anticapitalistas.

Quilombo, virtualidades e mídias

Ementa: Explorando não só a presença na e uso das mídias pelas comunidades mas também como são retratados e comunicados por terceiros (comunicação, envolver, produtora kaburé, fazimento de cena de SC, Beto Novaes)

Jogar, tornar, tomar espaço

Ementa: construção de subjetividades, co(r)existência, apropriação de território através do brincar, arte/artesanato, musicalidades, dança, maneiras de (loco)mover-se, cuidado/preservação do contínuo: si/comunidade/terra (meio ambiente/natureza).

Do direito à terra: história da concepção de quilombo a partir da Constituição Federal/1988

Ementa: formulações/conceitos legais que concernem comunidades quilombolas, onde estamos, o que conquistamos e o que ainda precisa ser feito, como abordar/integrar isso à educação. (Direito/política econômica)

Nenhum Quilombo é uma ilha: como lidar com/abordar cultura “não-quilombola” de maneira crítica, generativa e sustentável na educação?

Ementa: As línguas+culturas brasileiras, as indústria do entretenimento, alimentícia, farmacêutica, etc. em diálogo com saberes+fazeres ancestrais e quilombolas contemporâneos. (Um momento de especulação e formulação de novos questionamentos e visões de resistência, coexistência e disseminação+integração de sabedoria quilombola para além do quilombo)

Leitura, interpretação e produção de texto

Ementa: Concepção de texto. Leitura crítica. Produção de texto: elemento de coesão e coerência e aspectos gramaticais

Uso de recursos tecnológicos na educação

Ementa: Educação e Comunicação. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Mídia-educação. As modalidades de educação (presencial, remota e a distância): conceitos, histórico, características, regulamentação. Formação de professores e as TIC. A mediação pedagógica no ensino-aprendizagem através das TIC

Direitos humanos

Ementa: Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.